

ATA APROVADA

COM:

25 VOTOS FAVOZ

4 ASSISTÊNCIAS



Assembleia Municipal de Caminha

[Handwritten signature]

ATA Nº 26/13-17
SESSÃO ORDINÁRIA
2017/06/23

Aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e dezassete, no Edifício do Teatro Valadares, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H20M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, PSD e independentes, num total de 35 elementos.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 47º e do n.º 1, do artigo 51º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Flamiano Gonçalves Martins, Vereador eleito pelo Partido Social Democrata, não esteve presente, cuja falta foi justificada.
- Vanda Maria Cunha Pêgo, Vereadora eleita pelo Partido Social Democrata, não esteve presente, cuja falta foi justificada.
- José Miguel Gonçalves, Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, substituído por José Esteves.
- Jorge Paulo Alvarenga de Araújo, Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, não esteve presente, cuja falta foi justificada.
- Severino Manuel Gomes de Sousa, eleito pelo Partido Social Democrata, cuja falta foi justificada.
- Liliana Ferreira Gonçalves Gomes, eleita pelo Partido Social Democrata, cuja falta foi justificada.
- Carlos Alberto Mouteira Fernandes, eleito pelo Partido Social Democrata, não esteve presente, cuja falta foi justificada.



[Handwritten signatures in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa** deu posse ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Simões Ribeiro eleito pela Coligação Democrática Unitária, em substituição do Senhor Deputado Jorge Paulo de Sá Alves.

O **Senhor Presidente da Mesa**, leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período de Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 21 de abril 2017;
- c) – Nomeação da Prestação de Serviços de Revisor Oficial de Contas à Firma Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A.;
- d) – Atribuição de Subsídio à Junta de Freguesia de Âncora para apoio na Requalificação da Escola EB1 de Âncora;
- e) – Atribuição de Subsídio à União de Freguesias de Moledo e Cristelo para apoio na Requalificação da Escola EB1 do Cruzeiro;
- f) – Medida de Ocupação de Espaço Público para Instalação de Esplanadas na Avenida Ramos Pereira em Vila Praia de Âncora;
- g) – Implementação de Sinalética na União de Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho;
- h) – Implementação de Sinalética na União de Freguesias de Venade e Azevedo.



Assembleia Municipal de Caminha

O Senhor Luis Matias, Coordenador da Delegação Distrital da Associação Nacional de Freguesias de Viana do Castelo, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, e leu o seguinte:

“Gostava de agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Eng. Luís Mourão a amabilidade de hoje aqui nesta Assembleia nos conceder 5 minutos do vosso tempo.

A ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) através da sua Delegação Distrital em Viana do Castelo, em parceria com a Secretaria de Estado da Administração Interna e a ANPC (Autoridade Nacional de Proteção Civil) de Viana do Castelo, levou a cabo no dia 12 de dezembro último em Vila Nova de Cerveira uma formação no âmbito da Proteção Civil para todos Autarcas de Freguesia do Distrito.

Apesar de ANAFRE representar apenas as Freguesias Associadas, achamos por bem convidar todas as freguesias a participar nessa formação pela importância e preocupação que a todos nos merece.

Nessa formação, quem esteve presente, achou ser uma grande mais-valia de conhecimentos e serviu também para perceber como a Proteção Civil atua e se posiciona no terreno de operações.

Infelizmente apenas estiveram representadas 89 das 208 Freguesias do Distrito.

Por esse motivo, a Delegação Distrital da ANAFRE e a ANPC de Viana do Castelo, solicitou aos Senhores Presidentes das Assembleias dos Municípios do Distrito de Viana do Castelo o uso da palavra nesta Assembleia para uma breve apresentação do colete identificativo de Presidente de Junta oferecido pela ANAFRE e a ANPC a ser entregue hoje aos Senhores Presidentes de Junta que não estiveram presentes nessa formação.

O Colete deve ser usado pelo Sr. Presidente de Junta, sempre que alguma situação grave aconteça na sua Freguesia. Dou como exemplo, acidentes, inundações, incêndios, etc.



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

Infelizmente com estes últimos acontecimentos horrendos que temos assistido, vimos alguns aparecer nas imagens das televisões.

O colete serve para o Presidente de Junta se identificar perante as autoridades presentes (Bombeiros ou Polícia) e população. Nesse sentido o Presidente deve dirigir-se às forças presentes e informar que ali se encontra disponível para o que for necessário.

Mas para uma melhor explicação passarei a palavra ao Sr. CODIS de Viana do Castelo para uma breve apresentação.

A ANAFRE trabalha em prol das Freguesias.

Associem-se a nós, porque juntos e unidos estamos a conseguir ser ouvidos e um pouco mais respeitados pelos representantes do Governo e a maioria dos Municípios.

Não se esqueçam que a prevenção começa em todos nós!”

De seguida convidou o Senhor Marco Domingues, Comandante Operacional Distrital da Autoridade Nacional da Proteção Civil, o qual agradeceu e fez a entrega de coletes identificativos aos Presidentes de Junta no âmbito do programa da Proteção Civil.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor Armando Barbosa, saudou todos os presentes e disse que aquilo que o levou ali foi o facto de junto a casa dele e dos vizinhos existir um terreno cheio de vegetação o qual constituiu uma situação de risco em caso de haver um incêndio, e gostaria que houvesse um pouco mais de preocupação por parte do Município em averiguar quem são os proprietários dos terrenos para que esses fizessem a limpeza como refere a Lei.

De seguida disse que estava ali em representação dos seus colegas do Mercado Municipal de Caminha por causa do espaço que lhes está atribuído para estacionamento de cargas e descargas, porque esse espaço está destinado aos veículos que transporta os géneros que vão ali vender. Disse que aquilo parece



Assembleia Municipal de Caminha

inaudito, porque às quartas-feiras qualquer pessoa leva aquilo que tem para vender e estaciona o seu carro junto e eles que estão lá diariamente pretendem estacionar lá o seu carro e nunca tem espaço, porque a placa que lá está só diz proibido estacionar às quartas-feiras e nos outros dias todos podem lá estacionar, contudo, já fez chegar essa matéria ao Senhor Vereador Rui Fernandes, o qual lhe deu conhecimento que já tinha dado conta dessa matéria à Eng.^a Angelina, mas, ainda nada foi feito para alterar essa situação, para que cada um possa estacionar o seu veículo de mercadorias não o carro que os transporta para o seu trabalho. Disse ainda o Senhor Armando quanto ao funcionamento do mercado não vai ali dizer nada porque é “bater em saco roto”, mas, não deixou de ali referir que na passada terça-feira pediu a uma pessoa da segurança e higiene no trabalho para que fosse dentro mercado medir a temperatura e nesse dia marcava 28º e é inacreditável vender produtos de primeira necessidade, como são os produtos que ali se vendem com essas temperaturas, no entanto, o Senhor Armando sabe que não há dinheiro como o refere constantemente o Senhor Presidente, mas, se calhar o Senhor Presidente consegue algum crédito para que se faça uma remodelação naquele telhado, porque como todos sabem aquele material do telhado está proibido por Lei, até para os cortelhos dos porcos e eles andam à anos assim com aquele telhado, pelo que, pede ao Senhor Presidente que não os abandone e pede desculpa se faltou ao respeito a alguém.

O **Senhor Deputado Rui Lages**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e caros munícipes, e disse que não tem uma resposta clara, óbvia e objetiva para dar ao Senhor Armando, não obstante a uma das questões julga que pode dar um contributo, quanto à questão da limpeza de terrenos contíguo à sua habitação e refere que a Lei é muito clara nesse sentido e aquilo que ela refere é que os proprietários são os primeiros a ter essa obrigação, sejam terrenos agrícolas, florestais ou outros, cabe aos proprietários desses terrenos fazer a sua limpeza, pelo que aproveita ali esse



Assembleia Municipal de Caminha

momento para incentivar os Senhores Presidentes de Junta para que sensibilizem os seus fregueses no sentido de fazerem a limpeza dos seus terrenos para evitar certas catástrofes que se têm vindo a assistir ao longo dos anos, aqui no Concelho de Caminha, mas, mais concretamente àquilo a que se assistiu na última semana na região centro do País. Disse ainda o Senhor Deputado que o Senhor Armando deve fazer uma participação escrita à Câmara Municipal, uma vez que o proprietário não procedeu à limpeza do terreno, sendo essa uma prerrogativa que a Lei lhe dá. Os eleitos do Partido Socialista também farão a sua obrigação de questionar a Autarquia e de promover também esse processo de agilização desse procedimento.

Quanto à questão do Mercado em relação às placas que deverão ser recolocadas disse o Senhor Deputado que também colocarão essa questão ao executivo e logo que tenham uma resposta, o Partido Socialista dar-lhe-á conhecimento da mesma.

2º - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Informações da Mesa

O **Senhor Primeiro Secretário, João Alberto Silva**, saudou todos os presentes e informou que a Mesa tinha recebido a seguinte correspondência:

- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento da Declaração de voto do PCP - impedimento de realização de audições no âmbito da transferência de competências
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento do requerimento que apresentou na Comissão de Ambiente, Ordenamento, do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação), que disponibilize os estudos e os elementos que fundamentam as propostas apresentadas
- E-mail de Carmen Mendes a solicitar esclarecimento sobre a isenção de derrama relativa aos lucros tributáveis de 2016



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento de dois Projetos de Lei apresentados relativos a:
 - a)- Regularização excecional da situação dos trabalhadores sem vínculo jurídico com funções permanentes nas autarquias locais;
 - B)- Fixa o regime de atribuição e os montantes dos acréscimos em suplementos e outras compensações que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (6.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho - Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas).
- E-mail de Luis Sottomaior a dar conhecimento de uma queixa dirigida ao Provedor de Justiça com o assunto “Procedimento concursal para cargo de direção intermedia de 2.º grau”.
- Ofício/requerimento dos Delegados da Assembleia de Freguesia de Vila Praia de Âncora a dar conhecimento de “Irregularidades da Assembleia de Freguesia de Vila Praia de Âncora”.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que chegou à mesa uma informação por parte do Provedor do Município a qual será entregue aos representantes dos grupos com assento nesta Assembleia.

Disse ainda o Senhor Presidente da Mesa que também foi apresentado um voto de Louvor pelo grupo da Assembleia Municipal de Caminha do PS e um voto Pesar apresentado pelos grupos da Assembleia Municipal de Caminha do PS, PSD e CDU.

De seguida o **Senhor Primeiro Secretário, João Alberto Silva**, leu o Voto de Louvor apresentado pelo Partido Socialista:

“Ângela Marta Chevarria Fernandes é natural de Moledo, no concelho de Caminha, tendo nascido a 14/10/1982.

É Licenciada em Treino, pela Escola Superior de Desporto de Rio Maior, tendo iniciado a sua atividade desportiva, ligada ao remo, aos 13 anos, no Sporting Club Caminhense; passou pelo ciclismo (btt, estrada e ciclocrosse) durante 6 anos e



Handwritten initials in blue ink, possibly 'AD' and 'E'.

Assembleia Municipal de Caminha

pelo triatlo, atualmente é atleta de Stand up Paddle, associada ao Peniche Surf Clube.

No seu Currículo Desportivo de Remo foi:

15x Campeã Nacional (em diferentes distâncias e barcos);

4x Vice- Campeã Nacional

Vice-campeã nacional em 2016;

4ª Classificada na Coupe de la Jeunesse 2000;

7ª Classificada no Campeonato do Mundo Eton 2006;

Currículo Desportivo de Ciclismo foi:

Campeã Nacional de Pista em velocidade;

Campeã Nacional master de ciclocrosse (2015 e 2016)

2x Vencedora da taça de Portugal por equipas;

Vencedora da volta a Galiza 2011;

2ª Classificada Campeonato nacional (prova de longa distância)

2ª Classificada Campeonato Nacional Contra-relógio;

Teve várias representações da selecção nacional em taças do mundo e prémios internacionais;

Currículo Desportivo de Triatlo foi:

Campeã Nacional de idades em triatlo longo 2014;

Vencedora da 1ª etapa do Campeonato Ibérico 2014;

Currículo Desportivo de Paddle:

3ª. Classificada no Campeonato da Europa 2016 em Stand UP Paddle maratona; 5ª classificada em Stand UP Paddle técnico e 3ª classificada por equipas;

Participou no Campeonato da Europa 2017 – 3ª class em Stand UP Paddle maratona; 5ª classificada em Stand UP Paddle técnico e 4ª classificada por equipas;

6ª classificada na 1ª etapa do Euro Stand UP Paddle Tour 2015;

Vencedora São Jorge 2 Pico 2015 e 2016;

5ª Classificada no Stand UP Paddle 11 City Tour 2015;

2ª Classificada no Porto of Setubal Race (EuroTour).

5ª Classificada no Port Adriano Sup Race (EuroTour).



Assembleia Municipal de Caminha

Campeã Nacional 2014, 2015, 2016 Stand UP Paddle técnico e Stand UP Paddle maratona.

Recentemente obteve o terceiro lugar no Campeonato de Europa de Stand Up Paddle, na vertente maratona, que decorreu em Peniche. O que confirma a nossa atleta como uma das melhores atletas no mundo nesta modalidade.

O currículo desportivo de Ângela Marta Chevarria Fernandes fala por si. É tempo desta Assembleia reconhecer o mérito, o esforço, empenho e dedicação desta atleta.

A personalidade e o espírito de vencedora desta nossa conterrânea é inspiração para toda a nossa comunidade, em especial para os nossos jovens.

Assim, os eleitos do Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Caminha propõem que a Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 23 de junho de 2017, delibere:

- a) Presentear a atleta Ângela Marta Chevarria Fernandes com um voto de Louvor pelos feitos alcançados, que elevam e muito dignificam o nome do Concelho de Caminha;
- b) Recomendar à Câmara Municipal a atribuição da medalha honorífica do concelho à atleta.

O Presente Voto de Louvor deve ser remetido:

- a) À atleta Ângela Marta Chevarria Fernandes;
- b) Ao Peniche Surf Clube;
- c) À Federação Portuguesa de Surf

Os Eleitos pelo Partido Socialista à Assembleia Municipal de Caminha”

O **Senhor Deputado Rui Taxa** disse que também leva ali um Voto de Louvor apresentado pelo grupo da Assembleia Municipal de Caminha do PSD, que de seguida passou a ler:

“Nos passados dias 5, 6 e 7 de junho realizou-se em Peniche o evento Peniche Paddle Series - Eurosup 2017 que contou com a participação de uma caminhense, que nos honrou e brindou com uma medalha de bronze.



Assembleia Municipal de Caminha

O trabalho, o esforço e a dedicação desta atleta merece de todos nós um reconhecimento profundo.

Ângela Fernandes, natural de Moledo levou o nome do Concelho de Caminha a um patamar elevado e nesse sentido, esta Assembleia Municipal deve prestar-lhe a devida homenagem.

Ângela Fernandes ganhou a medalha de bronze na competição de longa distância do campeonato da europa de Stand Up Paddle, um trajecto de 15 km entre a ilha da Berlenga e a praia do Molhe Leste, em Peniche.

Neste sentido, a bancada do Partido Social Democrata propõe um voto de louvor à atleta Ângela Fernandes, que fique constante da ata e se dê conhecimento à mesma.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha e, na sua pessoa, todos os presentes e todos os que acompanham a Assembleia a partir de casa. Disse que, uma vez que os une a todos aquela homenagem que prestam a uma conterrânea que leva o nome do Concelho de Caminha pelo País e pelo Mundo, e uma vez que todos os considerandos, quer da proposta dos eleitos do PS, quer dos eleitos do PSD, se cruzam e até se complementam em muitos dos pontos, propôs que se faça a junção dos dois textos, aprovando-se um único Voto de Louvor, unânime, de toda a Assembleia Municipal.

O **Senhor Deputado Manuel Falcão**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e caros munícipes, disse que da parte da bancada do Partido Socialista concorda com a proposta do Senhor Deputado Celestino Ribeiro, não deixando de salientar que a proposta do Partido Socialista refere a atribuição da medalha de honra do Concelho à atleta.



Assembleia Municipal de Caminha

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, submeteu à votação o Voto de Louvor, o qual foi aprovado por unanimidade.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa** passou a ler o voto de Pesar:

“O povo português encontra-se enlutado pelos trágicos acontecimentos que ocorreram na região centro, afetando as populações de Pedrógão Grande e concelhos vizinhos, nomeadamente de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Sertã e Pampilhosa da Serra.

Às dezenas de vítimas, aos seus familiares e amigos, os eleitos do Partido Socialista, do Partido Social Democrata e da CDU-Coligação Democrática Unitária, na Assembleia Municipal de Caminha, expressam o seu maior pesar e consternação.

A imagem do desespero, da dor, da perda é uma imagem que a todos nos toca e sensibiliza.

As vidas perdidas neste colossal incêndio fazem-nos recordar o quão insignificantes podemos ser perante a força da natureza.

Expressamos o nosso incondicional apoio e solidariedade às famílias que hoje choram os seus e à população que carregará, para sempre, as marcas desta tragédia, reconhecendo o papel intrépido dos Bombeiros e dos elementos de socorro e emergência, das equipas médicas do INEM às demais valências da proteção civil, não esquecendo as responsabilidades políticas que pendem sobre a nação que vê estes flagelos repetirem-se ano após ano. As populações e as Autarquias locais, sabem que contam com a solidariedade de todos, e que esta ultrapassa as nossas fronteiras. E mesmo que a solidariedade que hoje oferecemos não previna situações futuras, sabemos que é um incentivo ao recomeço das vidas de cada família e de cada localidade. Reconhecemos igualmente a entrega de tantos, da Cruz Vermelha Portuguesa, aos Escuteiros, passando pela Comunidade Internacional (pela sua solidariedade e envio de meios de combate a incêndios), mas particularmente a genuína ação protetora da sociedade civil que, ao arripio heroico, dá provas de saber acumulado, nem



Assembleia Municipal de Caminha

sempre aproveitado, mas que salva vidas, protege os seus conterrâneos, salvaguarda os bens e defende a sua terra. É com eles, respeitando a sua dor, que construímos a certeza de que é preciso fazer muito mais para que o seu sofrimento não seja replicado. É com eles que queremos cuidar os que ainda sofrem. É com eles que queremos honrar a bravura dos que enfrentaram as chamas e o horror da morte.

Assim, os eleitos do Partido Socialista, do Partido Social Democrata e da CDU-Coligação Democrática Unitária na Assembleia Municipal de Caminha propõem que a Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 23 de junho de 2017, delibere:

- a) Apresentar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pedrógão Grande o mais sentido pesar, expressado por esta Assembleia;
- b) Observar um minuto de silêncio, em honra das vítimas;
- c) Enviar o presente Voto de Pesar:
 - i) A Sua Excelência o Senhor Presidente da República;
 - ii) A Sua Excelência a Ministra da Administração Interna;
 - iii) A Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional;
 - iv) A Sua Excelência o Ministro Adjunto;
 - v) A Sua Excelência o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;
 - vi) A Sua Excelência o Ministro da Saúde;
 - vii) A Suas Excelências os Presidentes das Assembleias Municipais de Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Sertã, Góis e Pampilhosa da Serra;
 - viii) A Suas Excelências os Presidentes das Câmaras Municipais de Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Sertã, Góis e Pampilhosa da Serra;
 - ix) À Autoridade Nacional de Proteção Civil;
 - x) À Liga dos Bombeiros Portugueses;
 - xi) À Cruz Vermelha Portuguesa;
 - xii) Ao Corpo Nacional de Escutas.



AD
L.

Assembleia Municipal de Caminha

Os Eleitos pelo Partido Socialista à Assembleia Municipal de Caminha

Os Eleitos pelo Partido Social Democrata à Assembleia Municipal de Caminha

Os Eleitos pela CDU-Coligação Democrática Unitária à Assembleia Municipal de Caminha”.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, agradeceu o convite por parte da bancada do Partido Socialista para se juntarem a esta moção na pessoa do Senhor Deputado Rui Lages, para ser apresentada uma moção conjunta e unanime sobre esta razão. Disse ainda o Senhor Deputado que deixa ali um grande abraço de solidariedade para todos aqueles que no Serviço Nacional de Saúde socorreram estas vitimas, mais concretamente para todos aqueles funcionários que trabalham nos Centros de Saúde daquela zona, os quais foram desclassificados como em tempos foi o Centro de Saúde de Caminha e que lutaram com falta de pessoal, de meios e material para poderem socorrer devidamente estas vitimas.

Por fim disse o Senhor Deputado que existem responsabilidades politicas, as quais terão que ser assumidas, sejam elas para quem for, e deve haver essas responsabilidades pela memória daqueles que perderam ali a sua vida e pelo sofrimento daqueles que conseguiram sobreviver.

Para terminar o Senhor Deputado desafiou todos os membros da Assembleia para que doassem o valor da senha de presença a todas as vitimas.

O **Senhor Deputado Rui Lages**, disse que por lapso na moção não foi integrado o Município de Góis pelo que julga que não haverá objeção por parte dos restantes membros das bancadas, para que este faça parte da referida moção.

Disse ainda o Senhor Deputado que os eleitos do Partido Socialista aceitam a proposta do Senhor Deputado Rui Taxa no sentido da senha de presença desta sessão, ser retribuída para as vitimas desta calamidade. Disse ainda o Senhor Deputado que este não é o momento de assacar sequências politicas, mas sim, de dar respostas às populações, é tempo de as ajudar e de estar ao lado dessas pessoas, não é tempo de qualquer comentário que seja politico ou de outra índole.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que posiciona a bancada da CDU na mesma linha, acedendo, concordando e apoiando a proposta que foi lançada pelo Partido Social Democrata, referindo ainda que pela CDU não haverá qualquer problema na atribuição do valor da senha de presença desta sessão, como um sinal de solidariedade e de contributo para com aqueles que neste momento sofrem na Região Centro.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, submeteu à votação o Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Mesa, propôs que se fizesse um minuto de silêncio em honra das vítimas.

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros da Assembleia

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

O **Senhor Carlos Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social e leu:

“Sr. Presidente Dr. Miguel Alves, esta minha intervenção tem três temas que rapidamente vou elencar:

O primeiro é sobre as verbas dos Protocolos de 2016 e 2017, assinados por ambas as partes.

Recordo ao Sr. Presidente que a Câmara Municipal ainda deve à nossa Freguesia alguns milhares de Euros referentes ao Protocolo de Transferências de Capital do ano de 2016.



Assembleia Municipal de Caminha

Relembro, igualmente, que estamos no final do mês de Junho e ainda não recebemos qualquer transferência referente aos Protocolos de 2017.

O segundo refere-se ao encerramento do posto dos CTT em Vila Praia de Âncora e sobre este assunto tenho a dizer que tive uma reunião com o Diretor da Área Comercial, Dr. Francisco Castelo Branco, e com o Gestor de Parceiros, Dr. António Bento. Nessa reunião, foi-me transmitido que o Posto dos CTT em Vila Praia de Âncora iria encerrar em breve e que os serviços iriam ser prestados, como já acontece há muitos anos, na Papelaria Âncora, situada na rua Alexandre Herculano, em Vila Praia de Âncora, e num novo comércio na parte central da Vila. Esses senhores pediram, também, informações sobre o novo parceiro dos CTT, ou seja, sobre o proprietário da papelaria Copiâncora, que recentemente transferiu o seu comércio para a Praça da República.

Sr. Presidente, no nosso comunicado não é informado que a freguesia iria ficar sem os serviços dos CTT, pelo contrário, transmitimos à população a verdade, como sempre fazemos. Os Ancorenses têm o direito de ser informados sobre tudo o que se passa na nossa Freguesia, e, mais uma vez, tomaram conhecimento através do comunicado, que o posto dos CTT, em Vila Praia de Âncora, irá encerrar, mas que os serviços irão ser prestados por um comerciante que fez uma parceria com os CTT.

Sr. Presidente, Vossa Excelência disse numa entrevista à comunicação social que desconhecia este assunto e, pela primeira vez, falou verdade, porque foi a Junta de Freguesia primeiro a ser informada de um problema que diz respeito à freguesia, aleluia, aleluia.

Vossa excelência, na semana passada, mandou um comunicado aos Ancorenses que é uma cópia do nosso, não dizendo rigorosamente nada de que já não tivessem conhecimento.

Sr. Presidente, o encerramento do Posto dos CTT na freguesia mais populosa do concelho é mais uma facada nas costas dos Ancorenses, porque estamos a perder, e muito rapidamente, a nossa identidade, a nossa história e a nossa



Assembleia Municipal de Caminha

soberania. O posto dos CTT é uma referência de enorme valor para a nossa freguesia que já teve código postal próprio o 4915.

E o que estamos a ver por parte de Vossa Excelência são fotografias de reuniões de cosmética e assistimos a um desmantelamento sem precedentes dos nossos principais pilares de desenvolvimento e de criação de riqueza, como era a Ancorensis Cooperativa de Ensino, agora o Posto dos CTT e a seguir teremos uma carrinha da Caixa Geral de Depósitos estacionada na Praça da República para levar os idosos a uma caixa multibanco para levantarem as suas reformas.

E tudo isto é feito com muito diálogo Sr. Presidente.

Terceira Questão - Forte da Lagarteira

Sr. Presidente, é do conhecimento público toda a polémica que envolveu a Cerimónia da assinatura do Protocolo de cedência do nosso Forte ao Município, sendo, também, do conhecimento público como Vossa Excelência conseguiu passar de convidado a anfitrião.

Vossa Excelência assinou o protocolo com a Autoridade Marítima Nacional, aniquilando por duas vezes a Junta de Freguesia neste processo, processo este que foi a Junta que iniciou tendo-o convidado a estar presente na reunião com o Excelentíssimo Senhor Almirante Cunha Lopes, (Diretor Geral da Autoridade Marítima). Foi nessa reunião que o Sr. Almirante disse que não via qualquer inconveniente em fazer o protocolo com a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora.

Nesse momento, Vossa Excelência pediu para que a Câmara também fosse envolvida no protocolo, eu não levantei qualquer problema, pelo contrário, dei o meu parecer favorável para se fazer um protocolo tripartido.

É importante que esta Assembleia Municipal tenha conhecimento que o Protocolo que foi assinado no dia 3 de maio, não foi assinado pelo Sr. Almirante Cunha Lopes, porque este Senhor não concordou com a atitude que o senhor Presidente da Câmara teve em excluir a Junta de Freguesia do Protocolo, mas pelo Vice-Almirante Sr. Luís Carlos de Sousa Pereira.



Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Presidente, na intervenção que fez após a assinatura do referido protocolo, referiu que a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora podia utilizar o forte para atividades culturais, recreativas, etc.. É bom dizer que não está a fazer nenhum favor à nossa Junta de Freguesia pois qualquer associação, coletividade, instituição ou entidade privada do concelho ou não, pode usufruir daquele espaço para a realização de eventos, nas mesmas condições que a minha Junta de Freguesia.

Senhor Presidente no seu discurso, aquando da realização do protocolo entre a Autoridade Marítima Nacional e o Município, referiu que a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora poderia utilizar o Forte sempre que entendesse. Se a sim é, porque queria assinar um memorando com a minha Junta na cerimónia de realização do protocolo?

Seria para Vossa Excelência ficar bem na fotografia?

Seria para vossa Excelência camuflar a baixeza com que você agiu?

Ou seria para tentar denegrir a minha imagem publicamente, ao assinar um Protocolo de Fantasia com Vossa Excelência.

Sim, senhor Presidente, um protocolo de Fantasia, pois o memorando que enviou para a Junta de Freguesia para ser analisado é uma autentica Piada.

Passo a citar:

Clausula Segunda

(Obrigações da CMC)

A CMC obriga-se a:

C) Garantir que as atividades a desenvolver pela Junta de Freguesia não restrinjam ou colidam com o objeto do protocolo em anexo, por um lado, nem com atividades agendadas previamente pela CMC ou por outras instituições.

Clausula Terceira

(Obrigações da Junta de Freguesia)

A Junta de Freguesia Obriga-se a:

a) Comunicar, por escrito, com antecedência de, pelo menos, 5 (cinco) dias uteis, a utilização do Forte...



Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Presidente este memorando é idêntico ao regulamento a que qualquer outra entidade estará sujeita para utilização do espaço.

Obrigado, senhor Presidente, por, mais uma vez, me mostrar daquilo que vossa Excelência é capaz.

E agora, senhor Presidente, tenho mais uma questão para lhe colocar, gostava que vossa Excelência, perante esta Assembleia, me dissesse quando é que eu o insultei? Sim, senhor presidente, o senhor foi “cheio de moral” para a comunicação social dizer que eu o insultava e que eu era o Megafone do PSD.

Em relação aos insultos, Senhor Presidente, não me recordo de o ter insultado porque não é da minha natureza fazer tal coisa.

Quanto à questão do Megafone, acho que no momento que fez essa afirmação Vossa Excelência devia estar em frente a algum espelho.”

O **Senhor Deputado Manuel Amial**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social e leu o seguinte:

“Solidariedade com as vítimas dos incêndios e suas famílias, e a minha gratidão aos membros da Proteção Civil e dos serviços de Saúde, nomeadamente os Bombeiros voluntários que estiveram na primeira linha de apoio as populações;

-Homenagem ao Dr.º Francisco Sampaio:

A Câmara Municipal de Caminha homenageou recentemente o Dr. Francisco Sampaio, no dia comemorativo do seu 80.º Aniversário, com uma sessão com muita dignidade, solenizada peio Orfeão de Vila Praia de Âncora do qual o Dr. Sampaio foi Diretor Artístico e Maestro, com a inauguração de uma mostra fotográfica relevante da sua vida e o anúncio de um Passeio Pedonal a construir sobre o Rio Âncora com o nome do homenageado, tudo isto realizado no Forte da Lagarteira.

Uma homenagem justíssima, a que aqui me quero associar, em reconhecimento ao Homem do Turismo do Alto Minho, da Ciência, das Letras e do Teatro; Ao



Assembleia Municipal de Caminha

Professor, ao Político, ao Poeta e ao Músico, ao Amigo sempre disponível, ao brilhante conversador e ao divulgador e defensor do nosso Concelho e do nosso Distrito.

Parabéns, Dr. Francisco Sampaio!

A minha eterna gratidão!

-Forte da Lagarteira

Aproveito a oportunidade para propor a iluminação deste equipamento tão nobre e tão carregado de história, que precisa de ser realçado durante a noite, situado numa zona nobre da vila e que é muito movimentada.

Aqui fica o desafio.

-Praias do Concelho com Bandeira Azul:

Uma vez mais o nosso Concelho foi galardoado com o Símbolo de qualidade balnear com a Bandeira Azul da Europa atribuída às quatro praias marítimas - Caminha, Moledo, Vila Praia de Âncora e Âncora.

Esta atribuição pressupõe um trabalho muito cuidado para assegurar a qualidade da água, do ambiente e das estruturas de apoio.

Por isso, queria aqui manifestar a minha felicitação por este trabalho meritório à Câmara e às Juntas de Freguesia envolvidas de Caminha, Moledo, Vila Praia de Âncora e Âncora.

Parabéns!

-Recuperação e Iluminação da Ponte Pedonal da Praia de Vila Praia de Âncora:

Queria aqui também felicitar a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora pelo excelente trabalho de recuperação do piso da Ponte Pedonal sobre o Rio Âncora e a iluminação colocada na Ponte e ao longo da Avenida Ramos Pereira que tem um efeito belíssimo.

Parabéns!

-Iluminação da Cruz do Calvário:

Tenho vindo a notar o apagamento da Cruz do Calvário. Essa cruz iluminada é um farol para os nossos pescadores e para quem nos visita.



Assembleia Municipal de Caminha

Deixo aqui um apelo à Junta de Freguesia ou à Câmara Municipal para reporem logo que possível a iluminação, permitindo assim que a cruz cumpra a sua missão. Para terminar deixo a todos os votos de boas férias!”

O Senhor Deputado Rui Taxa, deu início à sua intervenção, e leu o seguinte:

“Prendo, antes de mais, felicitar a escolha da sala do Cine-Teatro da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, como local para celebração este ano, da Sessão Solene do 43º Aniversário de 25 de Abril de 1974. Também aproveito para mais uma vez endereçar os meus parabéns à Direcção da Associação Humanitária dos Bombeiros, pela execução dessa obra de requalificação que só foi possível graças aos muitos donativos e ao seu empenho. Trata-se de uma sala nova, ampla, cómoda, com excelente visibilidade e acústica, que de certeza será testemunha de excelentes eventos futuros.

Como sala nova que é, poderia conter ainda alguns alérgenos em suspensão no ar resultantes de tintas ou colas acabadas de aplicar, e esse facto, provocar alguma reacção alérgica no público presente, obrigando-o a tossir de uma forma mais intensa que o habitual.

Refiro este facto, porque como sabemos, durante a minha intervenção, a partir de determinada altura, várias pessoas tentaram sobrepor os seus acessos de tosse à minha palavra.

Não tendo ninguém tossido durante a primeira intervenção, que foi a intervenção do Sr. Deputado Joaquim Celestino Ribeiro em representação do grupo da CDU desta As. Municipal, e não tendo ninguém tossido, durante as intervenções do Representante do Grupo do P.S. desta As. Municipal, ou durante a intervenção do Sr. Presidente da Câmara ou do Sr. Presidente desta Assembleia Municipal, tenho toda a legitimidade para concluir, que houve uma clara tentativa de boicote da minha intervenção, enquanto representante do Grupo do PSD desta As. Municipal. Podemos verificar, que após 43 anos do 25 de Abril de 1974, ainda muita gente que se diz democrata, e canta o tema “Grândola Vila Morena”, ainda têm extrema



Assembleia Municipal de Caminha

dificuldade em perceber o que é a Democracia, em perceber o que é a Liberdade de Expressão, em perceber o que é a Tolerância Democrática.

Ainda não toleram o discurso do contraditório.

Não toleram outro discurso que não seja a sua narrativa.

Verificamos, que 43 anos depois do 25 de Abril de 1974, ainda temos um défice democrático no Concelho de Caminha, e um longo percurso pedagógico democrático a realizar.

Infelizmente, este período compreendido entre 2013 e 2017, este período de 4 anos em que o Partido Socialista foi poder na Câmara Municipal de Caminha de Caminha, não ficará para a História.

Não ficará para a História pelos melhores motivos e, se algum dia for lembrado, será pelos piores motivos.

Na tomada de posse dos elementos desta Assembleia Municipal, os elementos do PSD foram vaiados.

Uma vergonha!

Uma autêntica vergonha!

Depois, para não serem confrontados pelos comerciantes do Concelho de Caminha, aquando da instalação do Continente, sem qualquer diálogo, mudam o local de realização das Assembleias Municipais para uma sala mais pequena, enchem-na de pessoas arregimentadas, de forma que os Comerciantes, os principais interessados, não tendo lugar na sala são obrigados a ficarem à porta.

Depois voltam a mudar o local de realização das Assembleias Municipais para o Cine-Teatro Valadares, como forma de poderem, através das galerias, tentar exercer coação psicológica sobre os diversos elementos do Grupo do PSD.

Este ano, nas celebrações do 43º Aniversário de 25 de Abril de 1974, tentam boicotar o discurso do representante do Grupo do PSD.

Assim tem funcionado esta Assembleia Municipal.

De uma forma parcial, sempre a beneficiar a bancada do Partido Socialista.

Se dúvidas houvesse, lembre-se o que se tem passado nas Assembleias Municipais Extraordinárias.



Assembleia Municipal de Caminha

Nas Assembleias Municipais Extraordinárias convocadas para celebrar o Dia Mundial da Criança, o Sr. Presidente da As. Municipal tem o cuidado de pedir que o Período de Intervenção do Público, possa ser superior ao regimentado. E tenho a dizer que concordo plenamente, porque eu gosto de ouvir a opinião dos nossos jovens.

No entanto na Assembleia Municipal Extraordinária, convocada pelo Grupo do PSD para discutir o futuro da Ancorensis Cooperativa de Ensino, o Sr. Presidente desta Assembleia Municipal, na sua intervenção escrita e lida na As. Municipal de 23-09-2016 diz:

- "Existindo o Regimento é para cumprir".

E é assim, com esta ligeireza democrática, dos pretensos defensores do diálogo, que se manda sentar aos 2,5 minutos de intervenção uma jovem de 14 anos que estava em pleno uso da palavra e do exercício dos seus direitos democráticos.

É assim que se manda sentar e se manda retirar o som ao microfone, ao Dr. Manuel Marques, pessoa que foi só eleito democraticamente 4 vezes como Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora.

É assim que se manda sentar e se retira a palavra aos 2,5 minutos de intervenção ao Dr. Avelino Meira de Oliveira, representante da Direção da Ancorensis Cooperativa de Ensino.

"Novos tempos outras verdades", para citar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

É por tudo isto, mais o que me esqueci de referir, que este período de 4 anos, não será lembrado.

Quanto ao Executivo Camarário liderado pelo seu Presidente, acho que a melhor forma de poder demonstrar o que que foi a sua gestão camarária, é compará-la ao CALCITRIN.

Como sabemos o Calcitrin, é um pretense medicamento de venda livre, colocado no mercado com uma forte campanha publicitária promocional, que promete resolver todos os nossos problemas dolorosos ósseos, mas que, no fundo, só serve para gastar dinheiro.



Assembleia Municipal de Caminha

Tal e qual o que foi este Executivo Socialista durante 4 anos.

Tudo prometeu resolver, “Mais e melhor” foi o seu lema, mas à data:

-Limitou-se a utilizar dinheiro, sem fazer cabimentações, procedimento legal obrigatório, e o resultado foi gastar mais do que podia e endividar-se.

Para melhor perceberem: - Limitou-se a gastar dinheiro e a endividar-se.

-Está com uma dívida de curto prazo, com mais de 60 dias, de quase 6 milhões de Euros, e o pouco que fez, foi a continuação dos projetos do Executivo PSD de Júlia Paula, alguns tarde e más horas, como é o caso da obra do cais, uma obra da responsabilidade da POLIS, que já constava do seu plano de ação, cujo projeto já estava pronto e que vem neste hiato temporal unicamente para servir os timings eleitoralistas, iniciando agora uma obra que já podia estar realizada em benefício da classe piscatória.

Acho que o Sr. Presidente nunca se dedicou verdadeiramente a Caminha, nem tirou benefício nenhum do contexto único de o governo em funções ser do seu partido.

Nunca verdadeiramente se empenhou com vontade de desenvolver o Concelho de Caminha e isso, já todos os munícipes perceberam. Passou 4 anos a arranjar desculpas para nada fazer. Desculpou-se com processos, com os funcionários, com os seus próprios vereadores.

Vivemos 4 anos sob a égide do marketing, de um presidente que se passeia com fotografo atrás, e de um discurso marcadamente demagógico.

Fez tudo quanto era possível – tal como a campanha publicitária do Calcitrin – para aparecer em tudo quanto era jornal, rádio televisão.

Não por Caminha, mas pela sua imagem política, para não ser esquecido pelos seus pares em Lisboa.

Só esta imagem, paga com os nossos impostos, é que lhe interessava divulgar.

Dois exemplos de demagogia pura demonstrativa da gestão atual:

Wi-fi das Argas.

Quando V. Exa. o anunciou tudo eram facilidades.



Assembleia Municipal de Caminha

Num abrir e fechar de olhos, toda a Serra de Arga ficaria coberta pela rede Hi-fi, para usufruto dos seus habitantes e viajantes.

Na última Assembleia Municipal, ficamos a saber que tudo é dificuldade – ler página 17 da Ata nº 24/13-17 de 21-04-2017.

Nem daqui a anos teremos Wi-fi na Serra de Arga.

Outro exemplo simples.

Dívida do Ferry.

V. Exa. propalou aos 4 ventos que era uma asneira cobrar a dívida do Ferry na barra do Tribunal, como o Executivo PSD de Júlia Paula estava a fazer.

Não era assim que deveria ser feito.

Tinha que ser através do diálogo fraterno com A Guarda.

Dois Alcaldes após, depois de muito diálogo, parte da dívida prescreveu, e a outra parte, “o executivo entendeu que não deve ser Caminha a desistir dessa postura e será o Tribunal que irá decidir sobre essa matéria” – linhas 24 e 25 da página 10 da Ata nº 24/13-17 de 21-04-2017.

A dívida volta ao Tribunal donde nunca deveria ter saído.

Aproveito para lembrar que nunca uma gestão autárquica, como esta, foi pautada com tanta falta de rigor, de transparência, de respeito pelos outros e pela diferença, de ética e de cidadania.

Falta de rigor – não se cumpre a lei dos compromissos, paga-se tarde e a más horas. Presta-se o serviço e só depois se fazem os contratos. Veja-se o exemplo mais recente. Limpeza do Festival de Vilar de Mouros foi feita o ano passado e o contrato surge em março deste ano. Isto é uma ilegalidade grave.

Falta de transparência – a opacidade e a dificuldade de acesso à informação são a marca de água desta governação municipal. Fazem os vereadores esperar meses por respostas a requerimentos. Usam a página municipal para promover a imagem do presidente e não para colocar informações importantes para os munícipes.

Falta de respeito – Desde logo falta de respeito pelos funcionários municipais. Respira-se um clima de caça às bruxas, de perseguição, de intimidação, nunca



Assembleia Municipal de Caminha

perdendo uma oportunidade para a humilhação pública, de elementos do anterior executivo.

Falta de tolerância – respira-se um clima de medo no Concelho de Caminha. O lema agora usado é de que, quem não é por nós é contra nós, personificado nas palavras usadas nesta assembleia quando disse e cito-o: “quem se mete com o PS leva”. E se o disse melhor o fez instalando no Concelho o medo!

O seu lema “Mais e melhor”, revelou-se um projeto sem desígnio para o Concelho de Caminha, no qual nem a sua própria equipa acreditou, abandonando-o.

Estiveram 4 anos a navegar à vista.

Temos o Concelho parado e com uma dívida escondida muito superior aos quase 6 milhões de Euros, com mais de 60 dias que consta nesta informação municipal.

Foi o que deu o CALCITRIN.

Há 3 situações que me ficarão na memória para sempre, e que foram perpetradas pelo vosso executivo:

A instalação de uma superfície comercial como o Continente destro da malha urbana de Vila Praia de Âncora, tem sido e é a principal causa de morte do comércio local de V. P. de Âncora.

Os senhores sabiam e sabem isto muito bem.

Mas não o deixaram de fazer para colher dividendos políticos.

Os Senhores sabiam, desde o primeiro momento, que a Ancorensis Cooperativa de Ensino não teria outra solução que não o seu encerramento.

Os senhores enganaram a Direção da Ancorensis, enganaram toda uma comunidade escolar, enganaram a população de Vila P. de Âncora.

Infelizmente, agora a nível nacional muitas mais irão fechar, algumas até em concelhos vizinhos. Foi esse o resultado da política da geringonça nacional.

Para seguirem a política nacional da geringonça, para ficarem bem vistos em Lisboa, para retirarem dividendos políticos, não tiveram o mínimo pejo em prejudicar de uma forma gravíssima e imperdoável a vila de Vila Praia de Âncora, todo o Vale do Âncora e o Concelho de Caminha.

Imperdoável meus Senhores.



Assembleia Municipal de Caminha

Imperdoável.

Assim com é imperdoável o novo PDM que V. Exas. aprovaram.

Vamos herdar um pesadelo que se abateu sobre todos os caminhenses, que lhes devasta o património, compromete o futuro do Concelho e mata o seu interior e que é de vossa inteira responsabilidade.

O novo PDM é um Monstro e V. Exas. são os seus criadores.

A vossa gestão não vai deixar saudades, e tenho a certeza que a população do Concelho de Caminha, vai saber retirar as devidas conclusões.”

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e leu o seguinte:

“Exmos. Membros da Assembleia Municipal de Caminha, o presente está a demonstrar que a estratégia para o Concelho de Caminha está no caminho certo, que no presente vivemos momentos bons, momentos históricos, momentos de uma visão e de um trabalho que se está a refletir no presente e com efeitos para o futuro. Sem dúvida percebemos que o slogan mais e melhor não foi um acaso nem um chavão.

Certamente estamos todos felizes por nestes últimos anos haver bandeira azul em 4 praias do concelho de caminha, e como a memória às vezes é curta, nunca é demais lembrar que quando muitos não acreditavam na bandeira azul para Vila Praia de Âncora, este executivo lutou e esteve ao lado deste desejo de toda a população.

Nesta época balnear, continuamos a fazer história: as quatro praias do município, designadamente: Caminha, Moledo, Vila Praia de Âncora e Forte do Cão, vão exhibir a "Bandeira Azul da Europa";

As razões de satisfação são ainda mais justificadas porque, os candidatos do Partido Socialista se comprometeram a tudo fazer no sentido de alcançar este objetivo, e cumpriram a promessa feita.



Assembleia Municipal de Caminha

É verdade que nada acontece por acaso e os números são públicos e indiscutíveis ao nível do turismo no nosso Concelho, é a confirmação de que estamos no rumo certo e a fazer história, batendo todos os recordes do passado, com uma estratégia bem definida, com visão e com competência na promoção e gestão do nosso Concelho.

Dou nota dos números já divulgados na comunicação Social para que todos possamos refletir:

- O número de dormidas nas unidades hoteleiras do concelho de Caminha, em 2016, cresceu 37% face ao ano anterior, o que se traduz em mais 18 mil dormidas do que em 2015.
- Em 2016, comparativamente a 2015, a região do Minho, em dormidas, cresceu 19%; o Norte 14% e o Alto Minho, região onde Caminha se integra, cresceu 25%.
- O número do concelho de caminha é maior do que o verificado em Portugal, no Norte e no Alto Minho.

Estes números refletem bem o que está a ser feito no Concelho de Caminha.

Relativamente à estratégia do município, à bandeira azul e aos vários eventos referi noutras assembleias que: "o sucesso agrada ao município e à população em geral, representa uma promoção efetiva do nosso município, concorre para o aumento de mais visitantes e permite melhorar as condições turísticas, económicas e de empregabilidade do nosso município".

Fica agora plenamente demonstrado que o executivo liderado pelo Sr. Presidente Miguel Alves está a cumprir o que prometeu e que a estratégia para o concelho de Caminha é a correta.

Todos percebemos o que está a acontecer, está a haver um acréscimo de pessoas que visitam a nossa terra e uma maior procura das nossas unidades hoteleiras e de restauração;

Um crescimento das atividades comerciais e hoteleiras, impulsionadas pelo acréscimo da procura turística a nível interno e externo;

Sr. Presidente Miguel Alves, a população do concelho de caminha sabe que pode contar consigo para no presente e no futuro



Assembleia Municipal de Caminha

O Partido Socialista vai continuar a lutar para assegurar este sucesso nos próximos anos, esperando que estes sinais de qualidade signifiquem mais investimento, mais emprego e coesão social para os naturais e residentes e mais qualidade de vida para a todos aqueles que, nos momentos de férias e de lazer, nos visitam.”

A **Senhora Deputada Fernanda Viana**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e leu o seguinte:

“O Concelho de Caminha tem sido notícia pelas mais variadas razões. Uma delas, em particular, deu-me ainda mais esperança no futuro, e considero ser o prémio ao excelente trabalho desenvolvido pelo executivo atual: em abril de 2017 há menos 47% de desempregados do que em dezembro de 2013.

De acordo com os números publicados pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional este mês, foram contabilizados 538 desempregados inscritos no mês de abril no concelho de Caminha. Este número configura uma descida de 9% face ao mês anterior e uma descida de 25% face ao mês homólogo do ano passado.

Para o Partido Socialista de Caminha, estes números reforçam a evidência de que a economia do concelho está a crescer e o desemprego a diminuir de forma constante e continuada. Há dias o Concelho de Caminha foi elogiado publicamente por apresentar uma taxa de crescimento do Turismo de 37% acima da média do país e da região. Recentemente, Caminha foi distinguido como o 69 concelho de todo o país que mais dinheiro em impostos devolve aos seus cidadãos. Agora, podemos confirmar que o número de desempregados tem vindo a descer desde que o PSD deixou o poder no nosso concelho.

O PS de Caminha felicita as empresas, as famílias e o Governo de Portugal por estas notícias, mas não pode deixar de sublinhar a influência da Câmara Municipal de Caminha nestas vitórias. A estratégia de Miguel Alves tem resultados! Só o sectarismo impede alguém de ver como a nossa economia está a dar urna lição á região e ao país. Bons resultados como estes têm de ser exaltados por todos nós,



Assembleia Municipal de Caminha

pela cidadania do concelho. Longe vão os tempos em que as empresas encerravam, em que o Turismo definhava e os comerciantes se revoltavam contra o imobilismo do Município.

A visão do executivo atual, que entende que a necessidade de uma estratégia cultural, desportiva e turística de excelência, com urna programação que enriquece a nossa comunidade, mas também atrai outras gentes, a forma calorosa como recebemos os peregrinos que nos visitam em massa, é urna visão de futuro! Que bom ver o concelho de Caminha cheio de gente, todo o ano, e não apenas residualmente, uns dias de agosto, como há meia dúzia de anos atrás. E justamente esta efervescência e vitalidade trazem prosperidade, e por isso emprego, à nossa terra.

Senhor Presidente, felicito-o, e ao seu executivo, por mais esta grande vitória, que é o bem-estar e progresso dos caminhenses. Convém lembrar que em dezembro de 2013 havia 1007 desempregados no Concelho de Caminha, ou seja, que com o PS o número de desempregados desceu 47% em pouco mais de 3 anos! Cada vez se percebe melhor porque é que Caminha não quer regressar ao passado, e à ausência de uma estratégia que não promovia empregabilidade.

Hoje, com a estratégia e visão de Miguel Alves e do seu Executivo, Caminha é futuro!”

O Senhor Deputado José Gaspar Pereira, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e leu o seguinte:

“Entre 308 concelhos de Portugal, Caminha é o 17º que regista uma maior recuperação de preços no imobiliário, depois da profunda crise que atingiu o nosso país.

Numa lista publicada por um jornal de referência nacional sobre as melhores performances de saída da crise económica e imobiliária, Caminha foi o único concelho do distrito a integrar esta seleção, refira-se que este estudo foi baseado



Assembleia Municipal de Caminha

no Confidencial Imobiliário, que reuniu informação das 400 mediadoras imobiliárias de todo o país.

Neste estudo, Caminha surge na 17ª posição a nível nacional, com uma recuperação de 15% com o preço por metro quadrado de 868 euros. Refira-se que no norte, para além de Caminha, apenas surgem representados os concelhos do Porto e Braga.

Este resultado confirma uma estratégia acertada que foi tão criticada pela oposição: a estratégia da aposta na comunicação, na divulgação do concelho e do turismo, a estratégia de diminuição do IMI por duas vezes só num mandato de modo a inverter os pesados impostos que antes se cobravam no concelho, inibindo o investimento e a procura de habitação, da estratégia de baixar por duas vezes o IRS cobrado aos residentes em Caminha. Esta política foi acertada porque beneficiou as famílias e porque veio dar um enorme balão de oxigénio à nossa construção civil e ao nosso imobiliário. Não fomos notícia por terem fechado os Aurélios ou outras empresas, como víamos no passado, fomos notícia por nos destacarmos no país como um dos concelhos onde melhor recupera o imobiliário depois da crise que nos afetou!

O executivo liderado por Miguel Alves está a rentabilizar o nosso território, e minhas Caras e Caros Deputados, estou certo e o Partido Socialista está certo que é este o caminho a seguir na certeza que nos próximos tempos seremos prendados com mais notícias desta natureza, com mais informações que nos vão poder orgulhar do caminho que decidimos tomar em 2013.”

O **Senhora Deputada Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e leu o seguinte:

“Porque estamos no Verão, altura do ano em que o nosso Concelho mais "mexe" com as suas festas e romarias, com a animação que nos é proposta pelo Município, pelas nossas Juntas e Associações, quero agradecer.



Assembleia Municipal de Caminha

Quero agradecer a todas as entidades que nos proporcionam estes bons momentos, mas principalmente, e porque acho que é totalmente merecido, ao Sr. Presidente Miguel Alves.

O Tripadvisor, que é nem mais nem menos do que o serviço mais popular e a maior comunidade de viagens do mundo, com mais de 32 milhões de membros e mais de 100 milhões de comentários e opiniões sobre hotéis, restaurantes, atrações e outros negócios relacionados a viagens divulgou o concelho de Caminha, e passo a citar: "o 5.º destino com maior crescimento na procura dos últimos anos para destino de Praia, o único do Norte, e ser considerado uma das 'Estrelas Emergentes', é ou não é um orgulho?! Ver gente insuspeita escrever que, e passo a citar " Das praias marítimas e fluviais, às festas tradicionais e à sua fantástica gastronomia, Caminha tem tudo para umas férias inesquecíveis" é ou não é gratificante? isto, caros munícipes é a prova de que o caminho seguido é o correto, é a prova de que os agentes turísticos do nosso concelho estão de parabéns, é a prova do excelente trabalho que o nosso executivo está a realizar. Por isso obrigada!

Mas não foi só esta plataforma a falar do nosso concelho, também a Coca-Cola, marca de prestígio e distribuição Mundial, escolheu uma das nossas belíssimas praias para a sua campanha de Verão chamada "Sente o Verão"! Moledo, uma das 30 praias mundiais a ser divulgada por esta marca. Quão gratificante é ir por aí fora e ver, nos sítios menos esperados, isto!

Que orgulho, certamente, sentimos todos ao ver o nosso concelho representado por esse Mundo fora!

Caros Munícipes, esta escolha não aparece do vazio... esta escolha aparece porque o nosso Concelho tem 4 bandeiras azuis, aparece porque o nosso concelho teve desde 2013 um aumento substancial do número de visitantes, aparece porque o nosso concelho está no rumo certo, porque o nosso concelho, apesar de quem pensa e apregoa o contrário, tem uma estratégia bem definida, estratégia esta que ajudou a recuperar o prestígio do nosso Concelho, a projetá-lo pelo Mundo!



Assembleia Municipal de Caminha

Quando olhamos para estas escolhas, é com enorme satisfação que vemos que o município de Caminha se destaca agora, não pelas piores razões, como já aconteceu, mas sim pelo seu prestígio e por se destacar como um caso de sucesso!

Por isso Sr. Presidente, permita-me que na sua pessoa agradeça a todos os que consigo trabalharam! muito obrigada, obrigada pelo muito que foi feito, obrigada pelo prestígio que devolveu ao nosso concelho, obrigada pela estratégia!

Caros Múncipes do concelho de Caminha, há ainda muito por fazer, muito futuro por cumprir, muita obra por concretizar. Este não é o tempo de regressar ao passado, é sim o tempo de continuar a prestigiar o nosso concelho, é tempo de continuar a construir o futuro, é tempo de fazer o que ainda não foi feito!"

A Senhora Josefina Covinha, Presidente da Junta de Freguesia de Lanhelas, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros múnícipes e comunicação social, e leu o seguinte:

"Antes de iniciar a minha breve intervenção queria manifestar nesta Assembleia, que não me revejo nem no tom, nem na forma como um colega Presidente de Junta se dirigiu ao Senhor Presidente de Câmara, que em nada dignifica esta Assembleia, nem os Presidentes de Junta.

Estamos a chegar ao final deste mandato, e como provavelmente só haverá mais uma assembleia, queria prestar contas a todos os presentes e também a toda a população Lanhelense, das obras levadas a cabo, ao longo destes quatro anos, num trabalho conjunto entre a freguesia de Lanhelas e a Câmara Municipal.

Dos grandes investimentos com relevância para a freguesia refiro a reestruturação do Campo de Futebol, com relvado sintético e novos balneários; o projeto da Ecovia, com a Estrada da beirada do Rio toda requalificada e alargada; a benfeitoria no edifício da Escola Básica do 1.º ciclo, onde todas as janelas e a porta foram substituídas, com caixilharia de alumínio lacado e vidros duplos.



Assembleia Municipal de Caminha

Fizemos a requalificação de várias artérias: Travessa do Sobreiro, Caminho do Serradouro, Caminho da Bouça Velha, Rua da Boavista, troço da Rua do Alto da Boavista, Acesso ao Monte Góios; Rua da Liberdade (no centro da freguesia), troço da Rua da Roda, Largo de Marrocos e Rua de Santo António, em obra. De sublinhar a importância dada às infraestruturas da rede de água, que foi substituída em todas as intervenções, rede de águas pluviais nalguns casos e intervenção na rede de saneamento, sempre que necessário.

Fizeram-se inúmeros arranjos por toda a freguesia, conforme as necessidades mais prementes: em vários muros de suporte, no Cruzeiro e escadório, obras de impermeabilização e pintura no edifício da sede da Junta de Freguesia, grades, plataforma no Rio Minho e limpeza sistemática da Presa do Freijoal.

No campo cultural e recreativo, foram desenvolvidas diversas atividades, em colaboração com as nossas gentes de todas as faixas etárias: teatro, culinária, hora do conto, “presépio vivo”, entre outras.

As nossas coletividades foram apoiadas de forma sistemática e pontual.

A obra do saneamento na Travessa da Cancela, aspiração de há anos, será uma realidade, obra já adjudicada pela Câmara Municipal, com início nos próximos dias. Assumimos e cumprimos o projeto da colocação da Imagem de Nossa Senhora na freguesia, no âmbito do centenário das Aparições de Fátima.

Foi desenvolvido um trabalho rigoroso, atento e empenhado. O Senhor Presidente da Câmara e a sua equipa interpretaram bem as nossas necessidades e não se pouparam a esforços.

Este é, sem sombra de dúvida, o executivo, que mais investiu em Lanhelas, desde o vinte e cinco de abril.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, deu início à sua intervenção e leu o seguinte:

“Recentemente, em cerimónia de apresentação decorrida no forte da Lagarteira, em Vila Praia de Âncora, o sr. Presidente da Câmara Municipal congratulou-se com os números avançados pelo Presidente do Turismo do Porto e Norte de Portugal



Assembleia Municipal de Caminha

que colocam o município de Caminha como destino preferencial nas escolhas turísticas. A CDU também se satisfaz com esse registo, particularmente porque ele reflete a vocação especial do concelho de Caminha. Há, em nosso entender, um efeito positivo na promoção que nos últimos anos se tem feito do município de Caminha, elevando a oferta e integrando a cultura, a identidade local e, acima de tudo, acompanhando bem as tendências nacionais e internacionais no que ao turismo diz respeito. Queremos entender que há uma estratégia pensada e articulada com outras dimensões, do ensino e formação à indústria hoteleira e de restauração, do desporto às bases produtoras da pesca e da agricultura, do comércio à gestão do território. Queremos acreditar nessa possibilidade estratégica, porque nos mantemos há demasiado tempo no desnorte de nada ser pensado, de nada se traduzir num maior e melhor aproveitamento do potencial geográfico e humano das terras e das gentes dos vales do Âncora e do Coura-Minho. Queremos acreditar, mas receamos que apenas se viva uma conjuntura favorável, um momento muito especial para o país, um tempo em que se prova ao mundo que há formas de resolver os problemas sem empobrecer as populações. O Verão será o momento certo para concelho de Caminha provar este crescimento turístico, porque, embora seja natural a época estival ser mais favorável ao setor, não deixará de ter de ser bem mais expressivo o aumento de visitantes para que a lógica de valorização turística verificada se comprove. Em nossa opinião, tal como já por variadas vezes referimos, falta muito investimento na criação de estruturas comerciais e industriais que poderão complementar a oferta turística. E neste domínio, parece-nos que em certa medida este executivo também fez a mesma leitura, particularmente no que respeita à possibilidade do município gerir infraestruturas que sejam focos de atração e de desenvolvimento. O Forte da Lagarteira é de facto um bom exemplo, e desse processo só se desliga quem tem poucos horizontes, pouca capacidade política para ver além das luzes do momento, mesmo que à cor bonita da bela esperança vestida. O PCP e a CDU sabem reconhecer o que de positivo é feito, independentemente dos autores, mas sabem igualmente insistir no tanto que ainda falta. Já desafiámos o executivo para



Assembleia Municipal de Caminha

promover na zona do Portinho de Vila Praia de Âncora uma dinâmica comercial ligada ao mar, mas tem havido incapacidade para ir além da restauração e, mais recentemente, do desporto. Durante este mandato chegámos mesmo a apontar caminhos de valorização da vocação natural do município, fomentando e associando o concelho de Caminha à formação nas artes do mar, quer da pesca profissional, quer da pesca desportiva, quer ainda dos desportos náuticos. Não fora a boa vontade e empenho de associações desportivas e da escola pública, que em passos miudinhos vai procurando integrar o meio nos currículos, e pouco significado teria para as camadas mais jovens dizer-se que somos uma terra de mar. E a verdade é que as populações, sobretudo através do movimento associativa, têm demonstrado disponibilidade, independentemente das lideranças políticas, para participar da vida do município, não havendo qualquer défice de participação ou de cidadania que vos mantenha tão centrados nos orçamentos participativos, sobretudo pelo cariz de concurso e campeonato que lhe vão imprimindo. São demasiados recursos e tempo para o resultado e o impacto orçamental desta medida, provando apenas a vossa obstinação, sobre a qual não fazemos qualquer apreciação.

Em ano final de mandato é também importante perceber-se em que condições deixam o concelho para o futuro. O município de Caminha há mais de 40 anos que é conduzido sucessivamente pelo PSD e pelo PS, somando à sua conta corrente, só em mandatos do PSD, o PREDE, num total de 2,5 Milhões €, o PAEL, de 2,2 M€, empréstimos totais que, contas do atual executivo, ascendem a 13,7 M€, ao que somamos a opção ruínosa no negócio das Piscinas de Vila Praia de Âncora, que nos fará pagar 4 vezes o seu valor, acrescentando ainda a perda patrimonial na cedência dos direitos de superfície e na venda da participação municipal nas Eólicas, considerada, na altura, pela agora candidata do PSD à Câmara Municipal de Caminha, como uma fonte de energia que não tinha futuro. Dos 12 anos de PSD resultou ainda a acumulação de dívidas no pagamento da água, o avolumar de processos judiciais que podem imputar ao município condenações acima dos 3 M€, ou a perda nos valores culturais, do que foi exemplo o tratamento que mereceu o



Assembleia Municipal de Caminha

mítico Festival de Vilar de Mouros. Não vale aqui a voz da Marisa nem as palavras de Ângelo Firmino, o famoso Boss AC, porque não é preciso perder tanto para depois se querer ganhar ainda mais. Assim é fácil, porque afinal de contas quem paga é o município e os munícipes.

Mas à conta do PS conta-se também o início do negócio das águas e o descuido urbanístico nos anos 80 e 90 do século passado, só replicado pelo PSD na Praça da República de Vila Praia de Âncora. Mas voltando à conta corrente do atual PS na Câmara, contamos também com empréstimos, embora em valor gasto inferior a 1 M€ e dívidas de água que não são ainda conhecidas, embora possam defender com recuperação no limite de endividamento municipal, colando-se ao PSD ao não sair da lista dos devedores a fornecedores com pagamentos a mais de 60 dias. No entanto, em abono da verdade, os ganhos na pacificação social, na projeção do município e na cultura, são reconhecidos.

O executivo municipal atual beneficiou ainda de um contexto favorável em Assembleia Municipal, com o PSD a demitir-se do papel que lhe competia na oposição, deixando essa tarefa à CDU, a única força que ao longo deste período se associou ao que de bom foi decidido no município, não deixando de estar contra o que entendíamos não ser defensável. Durante 4 anos o PSD esteve apenas centrado no ardil da mobilização popular procurando arrecadar votos e promovendo a crispação entre autarquias. E nos momentos mais difíceis, naqueles em que era necessário estar com as populações, o PSD escolheu o lado que quis defender.

Enquanto a CDU procurou sempre a informação, o PSD desgastou a desinformação, criando confusões que atestaram bem a sua capacidade, do que é exemplo bem recente o caso dos CTT, empresa privatizada pelo PSD, após a inclusão dessa medida num dos PEC's do PS. Não aceitamos que não soubessem disso, caso contrário teriam pedido desculpa pelo lapso. Sabiam do que falavam, mas mais importante do que estarem com a CDU a exercer o direito de oposição responsável e consequente, preferiram dar mais uma vez corpo à estratégia nacional que só vê na desgraça do município a vossa graça. Por isso procuraram a



Assembleia Municipal de Caminha

desgraça do município nos documentos de maior importância, como as prestações de contas e os orçamentos; por isso votaram contra empréstimos que visavam pagar condenações em tribunal por processos do próprio PSD na liderança da Câmara; por isso não se associaram à moção por nós apresentada pela dignificação da Assembleia Municipal.

Mas à ação de oposição responsável da CDU tão pouco soube responder o PS. Até à data não foi trazida a esta assembleia qualquer relatório de observância do Estatuto do Direito de Oposição; às questões e pedidos por nós levantados, nem uma palavra, e assim terminaremos o mandato desconhecendo o verdadeiro património municipal e o estado em que se encontra. Assim terminaremos sem saber se os comodatos estão a prosseguir os fins a que se destinaram, ou não. Assim terminaremos o mandato, contestados de forma impiedosa pelo PS sempre que em questões ambientais e de conservação da orla costeira levantamos dúvidas ou questionámos as alternativas, do que foi e é exemplo a recuperação dunar e o já anunciado “Passeio Dr. Francisco Sampaio”, obra sobre a qual mantemos as mais sérias reservas, e que o PS, tal como fez com o caso do provedor do Município, avança nomes sem consolidar soluções.

Soluções que tantas vezes são simples, como o envolvimento do movimento associativo na animação cultural e artística do município, com o seu já reconhecido potencial. Mas soluções em outras iniciativas, como a organizada, em parceria, pelo Agrupamento de Escolas e o Município de Caminha que uniu jovens alunos dos vales do Âncora e do Coura-Minho à vizinha A Guarda, lembrando a Guerra Civil Espanhola, mas sobretudo as ligações entre estas margens, medindo-se a conjuntura dos tempos políticos nos fluxos das gentes, ora no sentido de Espanha, ora no sentido de Portugal. Esta iniciativa corporiza em parte o que temos vindo a defender em matéria de ligação entre o Concelho de A Guarda e o Concelho de Caminha. Estas são as pontes que nos unem, suportadas pela história e por tantas estórias. Disse.”



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes e Comunicação Social, e disse que as intervenções que o Partido Socialista ali apresentou são intervenções sobre o evidente, estão enxertadas opiniões perante factos que são públicos e notórios, são factos que não são dados da Câmara Municipal, nem de nenhuma entidade dependente de outra ou com a sua credibilidade ferida, são dados independentes de entidades independentes que demonstram aquilo que se vê na rua, que se conversa e que se sabe, ou seja, é que a economia da Município está a recuperar, está a trabalhar e estes são números muito evidentes, o número que representa o Município como o 6.º Município de todo o País que mais devolve impostos às pessoas, através de uma política fiscal que ajuda as pessoas, famílias e empresas num momento muito difícil quando era mais fácil resolver os problemas da Câmara Municipal, castigando as pessoas, mas, entendeu o executivo baixar os impostos, porque os impostos do passado estavam demasiado altos, não se podia continuar como no passado a castigas as famílias por aquilo que o próprio Município não sabe fazer, e tem que se ser inventivos criando soluções ao invés de se ir aos bolsos das pessoas tirando-lhe o dinheiro que não tem, baixou-se o IRS e o IMI e isso tem reflexos na economia do imobiliário, e recorda o Senhor Presidente que quando tomaram posse e nos momentos anteriores à tomada de posse vivia-se momentos muito difíceis na construções civil do Concelho, e existia uma economia muito dependente desse fator, mas, hoje as coisas estão diferentes e para melhor, porque foi realizado um trabalho e não é o Município apenas que o refere, é que as entidades independentes dizem que o Município no conjunto dos 308 Municípios de todo o País está em decimo sétimo na recuperação dos preços e dos valores do imobiliário, ou seja, a lei da oferta e da procura trabalha aqui e como a procura cada vez é maior é natural que os preços subam e existe um surto importante de desenvolvimento, e também existem os números do desempregados que são no momento 538 pessoas que estão desempregadas, e são 538 problemas que o Município tem por resolver, e são pessoas que dizem respeito às nossas



Assembleia Municipal de Caminha

comunidades e Freguesias, porque se fosse apenas um desempregado seria um problema por resolver, ou seja, existem situações muito difíceis no Concelho de Caminha, porque ainda o País não fez o trabalho requalificação e qualificação para que todos possam ter as mesmas oportunidades no acesso ao emprego e ao seu futuro. Disse ainda o Senhor Presidente que ninguém pode esquecer que quando este executivo chegou à Câmara Municipal havia mais de mil desempregados no Concelho de Caminha, não podia haver naquele momento um numero de desempregados que nada tem a ver com a Câmara, e agora este numero de desempregados também não tem relação com a autarquia, mas, tem a ver com a dinâmica da economia do Concelho, com os bons resultados que se tem obtido através de uma politica do Governo que conseguiu reverter uma politica que defendia que os portugueses para viverem melhor tinham que ser mais pobres, isso foi errado, e hoje é evidente que durante o PSD no governo no País errou na medicina e naquilo que apresentava como solução para todos os males. Disse ainda o Senhor Presidente que isto se torna evidente rua a rua, freguesia a freguesia aquilo que acontece no Concelho, o prestígio que foi se recuperando e que era dele, não foi esta Câmara que trouxe esse prestígio apenas se limitou a recuperar o prestígio perdido por tantas más decisões, por um exercício de poder que esmagava as pessoas e a opinião das pessoas, que tinha uma incapacidade de pôr Associações e pessoas a trabalhar em conjunto por uma forma de comunicar que era mais uma forma de que beneficiava a pessoa e menos o Concelho de Caminha, mas, isso mudou radicalmente e é evidente, e por isso o Senhor Presidente saúda todas as intervenções do Partido Socialista, mas também a intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, pois através da sua critica, consegue ser mais eficaz no dialogo com o executivo e na capacidade de os chamar atenção para os problemas, porque, também consegue reconhecer o trabalho que se faz e a comparação clara daquilo que existe entre o comportamento e uma ação politica deste executivo e de executivos anteriores. Disse ainda o Senhor Presidente ao Senhor Deputado que existe ainda muito caminho por fazer e algumas das matérias que ali referiu fazem parte desse



Assembleia Municipal de Caminha

caminho por fazer. Refere também o Senhor Presidente que essa ligação ao mar que tem defendido ao longo deste mandato para Vila Praia de Âncora, é uma ligação que o executivo tenta potenciar, primeiro ao nível do imaterial com esta recuperação do dialogo sobre o mar, do passado sobre o mar, da historia de Vila Praia de Âncora relacionada com o mar, mas, também na aposta que se fez através da Bandeira Azul, na aposta que se fez para que os meninos até aos 8 anos aprendam a nadar nas Piscinas de Vila Praia de Âncora estabelecendo já uma ligação umbilical com a água, na aposta que se fez na pratica desportiva, mas, ainda existe mais por fazer, e julga o Senhor Presidente que o fator essencial é aquele que também ali referiu, que tem a ver com delegação de competências por parte do Estado e Governo nas Autarquias Locais. Disse o Senhor Presidente que a Câmara Municipal de Caminha já transmitiu ao Governo da República que mediante determinados compromissos, quer ser ela a gerir o espaço comercial ou o espaço ligado ao produto do mar que hoje existe no Portinho de Vila Praia de Âncora, porque, não faz sentido que sejam decisões tomadas em Lisboa em uma empresa ou no Governo que possam influenciar de forma indelével aquilo que é necessário fazer com os pescadores de Vila Praia de Âncora e com as caraterísticas dos problemas e das soluções dos desafios que se tem em Vila Praia de Âncora, embora perceba o Senhor Presidente que haja uma componente vocacional, educativa e material que deve ser mais desenvolvida, apesar de hoje existir um contexto que permite dar melhor resposta a essa necessidade.

Quanto aos empréstimos disse o Senhor Presidente que esta Câmara contraiu empréstimos de curto prazo, mas, existe uma diferença substantiva em relação ao passado é que este executivo paga os empréstimos, e encontram-se todos pagos exceto o que se contraiu este ano que se pagará no final do ano como sempre se fez. Disse o Senhor Presidente que existe uma divida que terá que ser colmatada, a qual está muito associada às questões da água, que vai precisar de um trabalho substantivo que acomode todas as despesas para se poder ocorrer aquelas que são importantes para se poder baixar no compito geral a divida da Câmara e o passivo, este é um esforço que se vai ter que fazer nos próximos anos,



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

encontramo-nos num ciclo político que se vai renovar em breve e essa caminhada também obriga pontualmente a se continuar este caminho e estratégia, a qual é totalmente diferente à do passado, e seguindo esse caminho existe a certeza que essa estratégia seguirá esses resultados.

O Senhor Presidente saudou a intervenção do Senhor Deputado Manuel Amial, não só pela sua postura de lealdade institucional por aquilo que são as suas convicções, e quanto à homenagem ao Dr.º Francisco Sampaio disse o Senhor Presidente que foi um momento marcante e importante que claramente evidenciou uma ligação específica do Dr.º Francisco Sampaio não só a Vila Praia de Âncora, mas, também à sua relação com o turismo, com a promoção do território e da gastronomia e trazendo algo que significava isso com a recuperação para Vila Praia de Âncora e para o Concelho de Caminha da utilização do Forte da Lagarteira, referindo o Senhor Presidente que o presente que o executivo deu ao Dr.º Francisco Sampaio foi um presente simbólico, mas, que honrou a história e legado do Dr.º Francisco Sampaio e informou também o Senhor Presidente que a obra desse passeio que se inicia no Parque Ramos Pereira será consignada, e iniciará já na próxima segunda feira, este é um investimento importante que terá como complemento a ponte sobre o Rio Âncora, pois trata-se de uma obra distinta e terá o seu início um pouco mais tarde.

Para terminar disse o Senhor Presidente que não vai responder ao Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora, o qual o voltou a insultar ali, e como os insultos não merecem resposta, merecem ficar com quem os faz.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Rui Taxa disse o Senhor Presidente julga que lhe devem receitar “memofante”, porque tem tido problemas relacionados com a memória, quanto àquilo que tem dito, uma vez que se tem repetido durante estes quatro anos sempre com o mesmo discurso e argumentos, e ainda não deve ter percebido que ninguém ouve aquilo que tem para dizer e isso do ponto de vista do combate dialético é interessante, porque já respondeu mais do que uma vez, mas, sobre a perseguição e medo disse o Senhor Presidente que sobre essa matéria não existe nenhuma dúvida, e as intervenções do Senhor Deputado até o



Assembleia Municipal de Caminha

ajuda em relação ao seu partido, porque estão sempre a dizer que ele é demasiado libertário nessa matéria, que devia ter uma atuação mais firme com aqueles que não estão sintonizados com a estratégia da Câmara, mas, aquilo que lhe interessa é fazer algo diferente daquilo que foi feito durante o passado, e isso terminou na Câmara Municipal de Caminha, os funcionários da Câmara hoje não são perseguidos, os funcionários da Câmara pensam diferente e na última vez que estive com todos os funcionários incentivou-os à participação cívica, no combate eleitoral em cada uma das listas que entenderem, isso nunca acontecia, como não manda chamar alguém ao Terreiro porque ouviu dizer que tinha dito determinada coisa, portanto, isso hoje não acontece na Câmara. Disse ainda o Senhor Presidente que a realidade de hoje na Câmara é completamente diferente, e mais, imaginem que se existisse à 4 anos atrás um funcionário da Câmara com altas responsabilidades, que passasse o tempo a insultar o Presidente da Câmara em vários quadrantes, imagem o que lhe poderia acontecer, mas, isso hoje não acontece, hoje os funcionários estão no seu posto de trabalho, demonstram aquilo que tem que fazer e como é natural estão sujeitas nas suas posturas à avaliação das pessoas quanto ao seu comportamento, logo, esta é uma alteração substantiva.

Quanto á tosse que o Senhor Deputado ouviu em Vila Praia de Âncora disse o Senhor Presidente que passando de alto a possibilidade de ser por causa de algum tipo de efeito radiativo de Chernobil, julga o Senhor Presidente que essa tosse existe, mas, podia não existir, o que seria fácil, bastava fazer o que o seu partido fazia, não deixava falar as oposições, não havia tosse que calasse essas oposições, as pessoas não falavam, estavam proibidas de falar nas sessões solenes do 25 de Abril, mas, isso acabou, e por isso agora pode falar e como é natural cria algumas alergias ás pessoas, mas, também não pode estar a atacar constantemente as pessoas, porque não gostam daquilo que diz, contudo, aquilo que é importante dizer é que as políticas de debate franco, hoje estão instaladas para bem ou para mal no Concelho de Caminha e a opção é muito clara para o futuro, porque, se se quer ter esta pacificação social que existe, esta capacidade



Assembleia Municipal de Caminha

de se debater de forma igual com regras iguais nestas Assembleias, na Rua e Associações existe um caminho que tem que ser este de continuidade, mas, se se quer voltar para trás e chegar-se no dia 02 de outubro a vários gabinetes da Câmara Municipal despejados e tapados a preto, aí também se tem uma aposta clara que deve ser feita por quem a defende que se regresse a esse período, mas, hoje as questões são colocadas de forma clara, mas, tem que se ter memória para que a memória não se apague.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, propôs réplica, para a qual não houve inscrições, seguindo para um pequeno intervalo para se passar à ordem do dia.

3.º – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – **Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo**

O **Senhor Deputado Alberto Magalhães**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e leu o seguinte:

“Após decorridos quase quatro anos de gestão camarária do Partido Socialista no concelho de Caminha;

Após análise aos documentos relativos à situação financeira da Câmara Municipal de Caminha, no decorrer destes anos;

Após análise à situação financeira atual e, face aos documentos disponíveis;

A bancada do Partido Social Democrata, nesta assembleia ordinária, a última antes das próximas eleições autárquicas, reafirma o seguinte:

O atual executivo, na apresentação das contas de 2013, e após leitura dos documentos, procedeu, como já referimos, a uma habilidade contabilística, maquiavelicamente pensada, no distorcer uma análise comparativa, permitindo-



Assembleia Municipal de Caminha

lhes que fosse possível mentir aquando da apresentação de contas de 2013, suportada no Anuário da OTOC, de que a Câmara Municipal de então, de 2012 para 2013, tivesse aumentado as dívidas de curto prazo em cerca de 7,1 milhões! Estamos a falar do valor de 5 milhões, respeitantes às Piscinas Municipais.

Tudo mentira.... Tudo premeditado.

Temos que concluir, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, quando dizia que não havia dinheiro nem para comprar um prego, não era verdade, pois o executivo anterior deixou 2,4 milhões em bancos + o recebimento do IVA (500 mil euros). Isto tudo comprovado nos documentos da vossa própria auditoria.

Em Caminha em 32.12.2012 e em 31.12.2013 (relatório da auditoria) nas contas apresentadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Dr. Miguel Alves, tinha uma situação financeira estável, porque as dívidas de curto prazo a fornecedores e os empréstimos bancários eram de 4 milhões de euros , mas tinha em bancos, + iva + ferry + clientes diversos mais de 5 milhões de euros , logo nos diz que haviam ativos realizáveis em valor de cerca de 1 milhão face ao que eram as dívidas excluídas do lançamento da obra das piscinas.

Pegando no quadro que analisa o Ativo Realizável e o Passivo Exigível, comparamos as contas de 2013 e as contas de 2015 para se perceber o que melhorou ou piorou e podemos verificar que a CM de Caminha foi a que mais piorou porque diminuiu em mais de 1 milhão de euros os valores ativos realizáveis (bancos + iva +ferry + clientes diversos) e aumentou as dívidas a fornecedores de curto prazo em mais de 1,5 milhões de euros, o que vem por nós, PSD, sido denunciado em Assembleias Municipais.

O que valeu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Caminha, que não teve capacidade de gestão financeira, foram os cerca de 2,4 milhões que existiam em bancos a 31.10.2013 + cerca de 500 mil euros do IVA, recebidos em 2016, mas que infelizmente foram gastos de forma reprovável, ao ponto de em 31.12.2016 existirem somente cerca de 500 mil euros.

Claro que em 2013 também houve prejuízo, mas em parte devido ao pagamento do subsídio de férias, pago na totalidade e que não estava orçamentado, valor de



Assembleia Municipal de Caminha

cerca de 600 mil euros, conforme consta do relatório de contas elaborado pelo executivo da responsabilidade do Sr. Presidente da Câmara de Caminha, Dr. Miguel Alves.

É também preocupante a situação do município perante a Empresa Águas do Noroeste, pois em 31.12.2015, era credora de cerca de 400 mil euros, e em 31.12.2016 aumenta para mais de 2 milhões de euros.

Quase nos atrevemos a dizer que em 2016 a CMC não pagou as faturas, mas utilizou a receita dos munícipes para outros fins.

Temo-nos debruçado sempre sobre toda a informação disponibilizada pelo executivo, pois consideramo-la uma radiografia do estado de degradação financeira das contas do município, validadas e assinadas, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha.

Para terminar, Senhor Presidente o Senhores Deputados, teria sido de bom tom que o executivo camarário, ao longo destes quase 4 anos de governação, tivesse sempre presente um mapa da evolução das dívidas e da diminuição brutal das disponibilidades, certamente que parariam para repensar a estratégia suicida.

O descalabro financeiro a que o executivo camarário chegou em 2016, quando comparado com igual período de 2013, diz-nos que:

Em junho de 2013, as dívidas assumidas e não pagas resultantes de faturação, eram de 1.048,428.90 euros, e em junho de 2016, é de 5,915,843,25 euros.

Prometeram fazer muito mais e muito melhor, mas fizeram muito menos, com muito mais dinheiro que o executivo PSD deixou.”

O **Senhor Deputado Vitor Brás**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e leu o seguinte:

“Sr. Presidente da Camara Municipal de Caminha,

Caminha é o 6º Município de Portugal que mais IRS devolve em média à sua população.



Assembleia Municipal de Caminha

Não poderíamos estar mais satisfeitos com esta informação, uma informação que nos é dada pelo Sr. ° Presidente, mas principalmente uma informação que nos chega através do Jornal de Negócios a partir de uma fonte oficial, como a Autoridade Tributaria.

Esta informação chegou no dia 12 de junho através de uma fonte fidedigna como a do Jornal de Negócios, que só é, um meio de informação especializado nesta matéria, e que, traz uma tabela onde elenca uma serie de Municípios por ordem decrescente, tendo em conta a taxa de Participação variável no IRS e a poupança média de IRS em euros.

Como podemos constatar nessa tabela, o Município de Caminha vem em 6º Lugar a nível Nacional, entre 104 Municípios, que este ano resolveram prescindir de Parte do IRS, transferido pelo Estado, em prol do alívio fiscal às famílias.

Relembro também, que este executivo liderado por Miguel Alves, já desceu também, o IMI por duas vezes.

Sr. ° Presidente Miguel Alves, excelente trabalho.

De facto, é de salientar e enaltecer a política que vem seguindo, diria até, que afinal havia, e há, outro caminho.

O caminho do alívio fiscal,

O caminho da retoma,

O caminho contra a austeridade sega,

Sr. ° Presidente da Assembleia Municipal

Caros Deputados

Caro público

O Município de Caminha apenas está ligeiramente atrás dos Municípios de: Lisboa; Albufeira; Óbidos; e Cascais.

Com uma taxa variável de 3.5%, que represente, uma poupança em média de IRS na ordem dos 56 Euros.

Verificamos que poupamos exatamente o mesmo, que o Concelho de Cascais que está em 5º Lugar nesta Tabela Nacional.

Sr. ° Presidente da Camara,



Assembleia Municipal de Caminha

Hoje respiramos melhor enquanto Municípes do Concelho de Caminha, não vivemos asfixiados com taxas e taxinhas.

Hoje somos um concelho mais apetecível e capas de atraís mais gente, e gente jovem, que é, deixe-me que lhe diga, "um público-alvo, para a nossa sustentabilidade e crescimento.

Menos impostos,

Mais retoma,

Mais gente e mais dinheiro para as famílias.

Assumi e bem esta política, no nosso entender, foi uma boa estratégia e os resultados saltam a vista de quem os quer ver.

Se não vejamos o crescimento do turismo, o decréscimo do desemprego, por exemplo.

Para terminar, Sr. ° Presidente da Assembleia Municipal

Esta postura do Presidente Miguel Alves, é tão evidente e tão gritante que, mesmo através da Taxa Variável de 3.5%, que vem para os cofres do município, o Sr.° Presidente prescinde deles em prol dos Municípes, realizando já, a 3º edição do Orçamento Participativo, não só reforçando uma promessa eleitoral, como também investindo mais, dando às pessoas a oportunidade, de escolherem, aquilo que querem ver ser executado.

Muitos Parabéns Sr. ° Presidente Miguel Alves, pelo excelente trabalho pela excelente visão estratégica.

Muitos parabéns por definitivamente catapultar o Concelho de Caminha para o plano Nacional, desta feita, claro está, pelas melhores razões."

O Senhor António Brás, Presidente da Junta de Âncora, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros municípes e comunicação social, e leu o seguinte:

"Em primeiro lugar gostaria de deixar patente a minha satisfação pessoal, e sem qualquer dúvida de que a minha satisfação é refletida por todos os Ancorenses,



Assembleia Municipal de Caminha

obviamente pelo facto de o Executivo Camarário contar a partir de agora com um elemento de Âncora.

Da minha Terra.

Não só da nossa Âncora, mas acima de tudo um ilustre Ancorense do Vale do Âncora, reconhecido pela sua competência e a sua dedicação às causas públicas e das nossas comunidades.

Permita-me Sr. Presidente, que com a devida humildade saúde e me orgulhe por estar a referir-me ao Sr. Vereador Manuel Luís Martins, que com certeza, saberá dar continuidade ao bom trabalho desenvolvido pelo Ex. Vereador sr. Rui Teixeira. Mas sinto-me na obrigação moral de referir de forma grata, sem rodeios ou subterfúgios o desempenho deste Executivo, pelo trabalho que vem desenvolvendo em prol do nosso Concelho, sobretudo e como me compete por tudo que fez e vai continuar a fazer por Âncora, num simples mandato, que se aproxima do fim.

Já tem muito trabalho desenvolvido em Âncora

Diria mais.

Diria que sem ter recorrido a qualquer inventariação, mas porque também as minhas memórias de 52 anos de existência me dizem que nenhum outro Executivo Camarário promoveu e produziu tanta obra em Âncora num só mandato.

Por acréscimo, num mandato em que não abunda o aspeto financeiro, foi, no entanto, um mandato em que este Executivo soube fazer obra através da cooperação e do diálogo.

Como? Julgo que, usando a mestria, a arte e o engenho que somente está ao alcance dos mais audazes.

O Executivo do Presidente Miguel Alves está a fazer e a continuar a fazer obra em Âncora.

Sim em Âncora. Aquela Freguesia periférica ao Concelho que sempre permanecia na retaguarda do investimento municipal.

Essa condição de permanência na cauda dos interesses do município conferiu a Âncora o estatuto de Freguesia do litoral com precariedades em diversos domínios, ao nível das acessibilidades, do investimento no turismo, na qualidade de vida, na



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

requalificação do património, etc..... Caindo vertiginosamente o emprego, aumentando drasticamente a saída dos Ancorenses para procurar novas formas de subsistência. Uma situação que vai voltando à normalidade...

Aliás, como qualquer outro povo guerreiro que não se limita a constatar os infortúnios e os desvanecios de quem nos governa naturalmente o faria.

Em boa hora, chegou o Sr. Presidente Miguel Alves e Âncora deixou se ser a 1ª freguesia a receber das circunvizinhas “lixos e águas residuais” e passou por direito próprio para a linha da frente ao receber o saneamento Aspra-Viso-Currais 1ª fase, esta já concluída e a Rua de Sta. Luzia completamente pavimentada.

A 2ª fase prevista para os próximos meses, creio que sim. E em fase de execução está a zona baixa do Lugar da Igreja.

Bem-Haja Sr. Presidente..

Importa aqui salientar que Âncora foi desta feita a porta de entrada dessa infraestrutura do “futuro” que é o gaz natural, e importa salientar, não propriamente por ter sido a primeira, mas sim, porque pela 1ª vez os Ancorenses não foram os últimos.

Obrigado Sr. Presidente, Obrigado Sr. Vereadores, por reverterem uma tendência que persistia no tempo e conseguirem fazer dos últimos os primeiros.

O investimento nas Dunas dos Caldeirões permitiu intervir e requalificar uma parte significativa das margens do Rio Âncora e a zona envolvente ao campo de futebol Paulino Velho Gomes.

As obras de requalificação da Sede da Junta nas quais a Câmara participou e teve uma ação preponderante ao ceder mão-de-obra do estaleiro de Caminha para o efeito, anexou-se esta, à demonstração de vontades manifestadas com a intervenção da reparação e correção das assimetrias na passagem de nível da Gelfa.

Sr. Presidente, Âncora debate-se ainda com graves e grandes lacunas ao nível das acessibilidades, mesmo que neste mandato tenham sido melhoradas várias artérias, naquilo que constituiu um esforço conjunto entre a Junta e a Câmara a saber:



Assembleia Municipal de Caminha

O largo das Afonsas que foi drenado e pavimentado

- A Rua da Lapa pavimentada,
- A Rua do Teixeira pavimentada e argamassada
- Rua da Cidade alargada e pavimentada
- A travessa do PT pavimentada e argamassada
- Rua do Pinheiro Manso pavimentada e alargada no troço mais ao norte que liga à Rua do Pinto, troço este que ainda se encontrava em terra batida, no Séc. XII
- A Travessa do Calvário pavimentada
- A Rua do Sobrado constituía uma velha aspiração e merecida, da Freguesia de Âncora.

Há décadas prometida. Há décadas adiada.

Sr. Presidente V. Ex^a não prometeu. V. Exa fez aquilo que qualquer autarca determinado faria, arregaçou as mangas e está a fazer a tão almejada pavimentação e o encaminhamento de águas pluviais. Nesta porta sul da nossa Freguesia.

- A Rua das Palmeiras, foi pavimentada com entubamento de águas pluviais, tal como parte da Rua da Bargiela em que foi feita uma intervenção idêntica e zonas degradadas do Largo dos Carvalhinhos.
- Permita-me Sr. Presidente que me alongue mais um bocadinho.

Compreenderei perfeitamente se os presentes e os que nos seguem via Internet me acharem maçador, mas o número de intervenções promovidas na minha freguesia neste mandato e que resultam em benefícios diretos para a minha freguesia fazem com que me alongue a enumera-las.

Como já atrás referi, Sr. Presidente, tudo isto é sinónimo de cooperação, de diálogo que resulta em benefício das populações.

A cooperação verificou-se também na cedência de meios humanos e materiais, direcionados para o apoio às populações em trabalhos diversos.

Também aqui, que eu tenha conhecimento, estamos Sr. Presidente a falar de algo inédito.

Sr. Presidente, Srs. Vereadores, muito obrigado pelo vosso trabalho.



Assembleia Municipal de Caminha

Mas também não deixa de ter a maior relevância para a minha freguesia Sr. Presidente, o lançamento da Rua do Calvário que também se julgava impossível desde há muitos anos, V. Exa deu-lhe vida.

V/ Exa adjudicou mais uma obra considerada impossível.

Uma obra que considero representar um enorme esforço financeiro acrescido se tivermos em conta o contexto de desinvestimento a que Âncora esteve sujeita. E que a mim me cabe contestar

Para terminar Sr. Presidente tenho que deixar um pedido.

Um pedido para que neste mar de sucessos e conquistas se encontre rapidamente uma solução para que não possa a Lusa Águas com a sua prestação paupérrima manchar todo este trabalho desenvolvido até aqui.

Sr. Presidente, estou plenamente convicto que também neste domínio, usando do diálogo que lhe é peculiar conseguirá V. Exa trazer à razão a Luso-Águas.”

O Senhor Deputado Rui Lages, deu início à sua intervenção e leu o seguinte:

“Na presente informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal podemos observar o dinamismo, empenho, as diligências efetuadas e a concretização de obras que o atual executivo efetuou desde a última Assembleia, ocorrida a 21 de abril de 2017.

São 29 páginas de informação que muito bem retratam aquilo que se fez em apenas dois meses.

Contudo, Senhor Presidente gostaria de focar a minha intervenção no que concerne às obras realizadas no âmbito da Polis Litoral Norte.

Como bem sabemos, este foi um programa que o anterior executivo não aproveitou e que, agora, finalmente, começamos a ver obra feita e outra protocolada que em muito vem beneficiar a qualidade de vida dos nossos munícipes, dos turistas e, em concreto e em muito especial, a comunidade piscatória de Caminha.

No âmbito da Polis, já temos inúmeras obras realizadas, como sendo:



Assembleia Municipal de Caminha

- O reforço e proteção dos sistemas dunares e renaturalização de áreas naturais, como sendo a reabertura do canal de escoamento, na Foz do Rio Âncora e sua envolvente, uma obra de aproximadamente 530 mil euros;
- A colocação de geotubos na Praia de Moledo, uma obra de 80 mil euros.
- A construção da Ecovia no troço Capela Sto. Isidoro — Moledo, uma obra de 305 mil euros;
- A construção da Ecovia entre a Capela de Sto. Isidoro — Vila Praia de Âncora, onde se inclui a ponte pedonal Francisco Sampaio, uma obra de 204 mil euros;
- A construção do Parque de Estacionamento da Praia da Gelfa, e as suas infraestruturas de apoio, uma obra de aproximadamente 225 mil euros;
- A requalificação do Pinhal da Gelfa e a sua valorização, uma obra de 300 mil euros.

Senhor Presidente, muitos parabéns por estas obras já executadas, que os nossos munícipes e visitantes já podem desfrutar. Em apenas 3 anos, já muitos benefícios tivemos com o Programa Polis.

Mas, mais obras irão ser realizadas e, aqui, permita-me realçar, Presidente Miguel Alves, a tão desejada obra de intervenção de modernização do Cais dos Pescadores em Caminha.

A Revitalização da Frente Ribeirinha de Caminha é um anseio de décadas das populações do nosso concelho. Este é um investimento de 1 milhão de euros que fará justiça à comunidade piscatória que, há muitos anos, reivindicava um cais seguro, que dignificasse o seu trabalho.

Este foi um projeto que envolveu a Câmara de Caminha, a Junta de Freguesia de Caminha e Vilarelho, a Polis Litoral Norte, a Capitania do Porto de Caminha e a comunidade piscatória.

Os pescadores estiveram esquecidos e abandonados durante demasiado tempo. Durante décadas nada se fez! É hora de criar condições de trabalho e de segurança para estes homens e mulheres que vivem do nosso rio, que vivem do nosso mar.

Caro Presidente,



Assembleia Municipal de Caminha

Deixo-lhe aqui três perguntas muito concretas para as quais gostaria de obter uma resposta.

- Para quando está prevista a intervenção de desassoreamento do Rio Minho?
- Para quando está prevista a concretização da Ponte Francisco Sampaio, sob o Rio Âncora?
- Para quando o início das Obras de Revitalização da Frente Ribeirinha de Caminha - Cais dos Pescadores?

Não poderia, contudo, terminar esta minha intervenção sem realçar o investimento que foi feito na nossa floresta, ainda este ano.

Aprovámos há pouco um voto de pesar pelas vítimas dos incêndios que ocorreram na região centro do país.

Parabenizo este executivo por ser preventivo, na defesa da floresta e não reativo.

A defesa da floresta tem de ser feita preventivamente e este executivo conseguiu para o concelho meio milhão de euros para a defesa da floresta contra incêndios, com a aprovação da candidatura de execução de Rede da Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho de Caminha.

As freguesias abrangidas serão as Argas, Lanhelas, Seixas, Vilar de Mouros, Argela, Dem, Gondar e Orbacém, Riba de Âncora, Âncora, Azevedo, Vilarelho e Vila Praia de Âncora.

Para além disso, o executivo, aproveitando a passagem do Rali de Portugal, procedeu á beneficiação de vários estradões florestais, facilitando a prevenção de eventuais incêndios.

Estas ações preventivas podem não ser o suficiente para travar todos os incêndios, mas há uma certeza, podemos dormir de consciência tranquila porque tudo está a ser feito para a defesa da nossa floresta, da nossa terra e das nossas populações.

Senhor presidente, um especial agradecimento pela sua visão, um especial agradecimento pela sua perspicácia na defesa da nossa paisagem verde, um especial agradecimento por ter conseguido fazer aprovar nesta Assembleia um PDM que, também ele, protege a floresta e as habitações do flagelo dos incêndios.



Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Presidente, Miguel Alves, Senhores Vereadores Guilherme Lagido, Rui Fernandes, Manuel Luis.

Muito Obrigado.”

O Senhor Deputado Manuel Falcão, deu inicio à sua intervenção e leu o seguinte:

“Aproximamo-nos do final de mais um ciclo autárquico

Ainda não é tempo de fazer o balanço da governa liderada pelo Miguel Alves, pois que ainda tem de intenso trabalho por diante, mas já é vi concidadãos e para todos sem exceção, o excelente trabalho, que foi feito até agora.

O Concelho de Caminha deixou de ser titulo nos jornais pelos piores motivos, ou seja, por uma litigância judicial sem precedentes que caracterizou os mandatos da anterior Presidente da Câmara Municipal, Dra. Júlia Paula, incluindo o afastamento compulsivo de dois elementos da sua vereação do PSD, para passar a ser manchete nacional pelo êxito nas políticas de emprego, de crescimento económico, das políticas sociais, culturais e outras.

Caminha passou a ser também noticia, entre outros, pelo ressurgimento do decano dos festivais de verão, o nosso tão querido Vilar de Mouros resgatado pelo Miguel Alves da sentença de morte a que foi condenado pela anterior liderança municipal do PSD, mas também por esse enorme evento à escala mundial que é o Rally de Portugal, que a Câmara Municipal do Partido Socialista conseguiu fazer regressar ao nosso Concelho, com um retorno de milhões de euros para a nossa economia local.

E tudo num quadro de uma gestão de recursos rigorosa e responsável, sem o recurso às obras faraónicas, extravagantes e populistas que custam milhões e milhões de euros a todos nós e que hipotecam o futuro dos vindouros, obras que, salvo algumas exceções, apenas servem para a vaidade dos políticos que as ordenam e que não traduzem qualquer mais valia para o bem-estar da população.

Dou apenas um exemplo muito claro: em ano de eleições, quando o mais óbvio seria canalizar todos os recursos económicos para fazer obras de betão que encham o olho, a Câmara Municipal decidiu apostar na criação da rede primária e



Assembleia Municipal de Caminha

secundária de defesa florestal num investimento, já garantido, de meio milhão de euros! Podia asfaltar caminhos, podia inaugurar fontenários, podia distribuir cabazes, mas preferiu apostar os recursos na construção invisível, mas tangível do futuro de todos nós. As circunstâncias trágicas de Pedrógão Grande e dos Concelhos vizinhos, dão razão à aposta do nosso executivo.

Ainda assim, a Câmara Municipal de Caminha e o Miguel Alves, tiveram de lidar com as pesadas indemnização resultantes das sucessivas condenações nos processos judiciais instaurados contra o Município na gestão da Dr.^a Júlia Paula, assumindo, numa postura de seriedade e responsabilidade de o pagamento desses devaneios, com os respetivos credores.

Assim aconteceu nos processos do Dólmen da Barrosa, onde foi possível resolver um problema com décadas investindo-se mais de 300 mil euros; da Senhora Teresa Amorim que foi despedida de forma ilícita e prepotente, originando um pedido de indemnização que já foi pago; do Dr. Dionísio Marques que obrigou a Câmara a fazer obras que custaram mais de 100 mil euros e que custará meio milhão de euros de indemnizações por rendas não pagas durante anos a fio; do Eng.^o Bento Chão, em que, com franqueza e verticalidade foi consensualizado entre os interessados o pagamento dos valores devidos.

Mas atenção, porque outros encargos vêm a caminho, fruto do mesmo carácter litigante da Dr.^a Júlia Paula, enquanto Presidente da Câmara Municipal.

São particularmente preocupantes os processos comumente conhecidos como o processo do externato e o processo do Coto da Pena, em que, pela enésima vez a Câmara Municipal sob a liderança da Dr.^a Júlia Paula foi estrepitosamente derrotada.

São processos que representam mais do mesmo, milhões de euros de indemnização a cargo do nosso Município que, em boa verdade, seremos todos nós a pagar.

No entanto, com a seriedade, a perspicácia e o empenho do Miguel Alves temos a fundada esperança de que, também nestes processos a Câmara Municipal irá



Assembleia Municipal de Caminha

honrar os seus compromissos através de uma negociação favorável aos interesses de todos nós.

Felizmente hoje vivemos num Concelho reconhecidamente sério, com o qual podemos contar, cujos indicadores, ao contrário do que antes sucedia, nos anunciam e projetam as melhores notícias para o futuro e de que já no presente podemos usufruir.”

O **Senhora Deputada Sónia Lajoso**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara, porque quando chegou a esta Câmara encontrou um Festival de Vilar de Mouros e uma marca que não era nossa, apesar do Senhor Presidente da Câmara ter sido apelidado nesta Assembleia como um paraquedista, contudo, a Senhora Deputada também é refugiada, apesar de cá estar desde os seis meses de idade, e em 10 dias o Senhor Presidente da Câmara deu a Vilar de Mouros e ao Concelho de Caminha a marca Vilar de Mouros a custo zero, apesar de muitos Deputados ali presentes os quais foram eleitos pelo povo, serem facebookianos, disseram que o Festival de Vilar de Mouros ia ser um fracasso, e, enganaram-se porque no ano passado passaram por Vilar de Mouros vinte e duas mil pessoas, e a Senhora Deputada até esteve com alguns Senhores Deputados que votaram contra e no último dia muitas pessoas não conseguiram entrar para se poder garantir condições de segurança necessárias, contudo, provavelmente este ano terá que se ampliar mais o espaço. Relativamente ao Rally de Portugal, novamente contra, votou a bancada do PSD disse a Senhora Deputada que, a opção política deste executivo foi sim, e a adesão à WRC Vodafone Rally de Portugal foi uma aposta deste executivo, e foi uma aposta votada pela maioria e o qual levou à limpeza e a plataformas de recuperação que servem os acessos às matas, e o Rally de Portugal move muitas pessoas para o nosso Concelho, o que mais uma vez agradece ao Senhor Presidente.



Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente à Krisália disse a Senhora Deputada que mais uma vez a bancada do PSD contra, e fica admirada, porque existe muita gente que tem jeito para o teatro, e neste momento está a peça de teatro o “Auto da India” a caminhar por todas as freguesias do Concelho, o que agradece mais uma vez ao Senhor Presidente.

Disse ainda a Senhora Deputada que ainda há pouco tempo se realizou o “Entre Margens” com a “Meia Maratona de Caminha” o que originou um Sunsete total, o que não se pode deixar de reconhecer.

Para terminar a Senhora Deputada falou no Carnaval de Caminha, o qual deixou de ser Nacional e passou a ser um Carnaval Internacional.

Por fim disse a Senhora Deputada que o Senhor Presidente da Assembleia é uma pessoa muito educada, o qual lhe tem ensinado muito, e como todos sabem ela já é Deputada há 8 anos e esteve numa homenagem de um homem que não o reconhece como político e o qual admira e respeita, o Dr. ° Francisco Sampaio, onde confidenciavam no final das sessões das Assembleias, e como ele sabe deve haver respeito, pelo que, não vale tudo. Disse ainda a Senhora Deputada que não vale tudo, e dirigindo-se mais concretamente ao representante de bancada do PSD, ao Senhor Deputado Rui Taxa disse-lhe que o conhece desde sempre, desde a sua família, apesar de ter estudado em Coimbra como o Senhor Presidente da Câmara não estudou medicina, mas, dá um conselho ao Senhor Deputado, dentro dos poucos conhecimentos que a Senhora Deputada tem com os seus ilustres colegas de profissão ao longo de 21 anos na sua longa caminhada para ter consideração e respeito no uso, e aconselha-o a tomar sertalina ou parosextina, e sabe porquê? porque esteve 4 anos a ofender o Senhor Presidente da Mesa, que sempre o tem respeitado e irá continuar a respeitá-lo, porém, a Senhora Deputada não podia deixar de ali lhe dizer isso, porque o Senhor Deputado pediu a demissão do Senhor Presidente, ou seja, a demissão da mesa, e nesse momento o Senhor Presidente disse-lhe que fizesse a proposta, mas, agora, pergunta a Senhora Deputada com tanta má opinião que tem, o porquê de nunca ter pedido a demissão da mesa.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara**, quanto às questões colocadas pelo Senhor Deputado Rui Lages disse que no âmbito da Polis as obras têm aparecido, e estão a fazer-se com comissão liquidatária, porque a Polis está a terminar, a qual já devia ter terminado em 2014, mas, conseguiu-se arranjar um bom relacionamento e realiza-se obra. Quanto à Ponte sobre o Rio Âncora esta trata-se de uma obra distinta da Ecovia que irá desde o sul do Parque Ramos Pereira até à Gelfa, estas são obras distintas, adjudicadas a empreiteiros distintos com orçamento distintos, e a obra da Ponte segundo aquilo que está planeado deverá começar até ao final de julho, a qual está dependente de acabar a obra que está a decorrer junto à ponte ferroviária, quando esta terminar aí essa obra terá condições de começar, uma vez que já existe concurso feito e vencedor, logo, existem condições para que a obra avance; a Ecovia que vai levar as pessoas no futuro desde o final da Ramos Pereira até à Ponte, essa obra vai ser consignada na próxima segunda feira, dia 26 a qual já se encontra pronta para avançar, o Cais da Rua este um anseio dos pescadores de décadas arrancará também na próxima segunda-feira, contudo, existiam muitas dúvidas sobre essa matéria, já se encontra lá instalado uma parte do estaleiro e na segunda feira, começa uma obra que ninguém imaginava que se podia fazer e com esta obra arranca também a obra da marginal de Caminha que é um grande objetivo para os próximos anos, chega de power point, chega de promessas, de fotografias em sucessivos cadernos eleitorais, agora esta obra arranca e estão lá os homens e máquinas a trabalhar a partir da próxima segunda-feira.

Quanto ao desassoreamento do Rio Minho, disse o Senhor Presidente que esta é uma obra em que o concurso já se encontra realizado, e está-se à espera do mês de agosto porque só nesse momento é que se pode arrancar com esse trabalho, porque essa questão tem a ver com a fauna que ali existe. Disse ainda o Senhor Presidente que essa areia vai servir para reforçar a duna do Camarido desde a Foz até à praia de Moledo.



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

Para terminar disse o Senhor Presidente que ao longo dos últimos dias, sobretudo desde que os acontecimentos de Pedrogão Grande tomaram conta da nossa informação, ouviu-se muito a dor o constrangimento e a consternação das pessoas, todavia, viu-se e leu-se nos jornais no debate político, aquilo que tem a ver com a designada falta de coragem política dos agentes que estão no terreno, nas autarquias ou no governo para legislar contra os interesses e os apetites do imobiliário e para promover aquilo que é sadio nos termos da expansão urbana e da ocupação da floresta, essa carapuça pode servir a muita gente por todo o País, mas, essa é uma carapuça que não serve ao Concelho de Caminha, contra os interesse de muito poucos, contra a pressão e alguma chantagem política, este executivo sob a liderança nesta matéria do Senhor Vice Presidente fez aprovar um Plano Diretor Municipal que não só repôs a legalidade no Concelho de Caminha, mas, tomou opções difíceis do ponto de vista do debate político, as quais tinham que ser tomadas, e quando se vê na televisão que o País e os políticos não cumprem, porque não se cumprem os afastamentos de construção de edificações relativamente à floresta e lembra ali os ataques ferozes em que o executivo foi alvo, em particular o Senhor Vice Presidente, por defender e introduzir no novo PDM margens de segurança relativamente à edificação e á floresta, e o cuidado a zonas que teoricamente são expansivas para dois ou três interessados em manter a pressão do imobiliário sobre as praias, mais concretamente da estrada que liga o Hotel Porta do Sol à Foz do Minho, mas, em particular a única via de acesso que liga à estrada Nacional 13 à Gelfa, então, como se pode defender expansão urbanística total sob a Duna e aquela área enquanto não houver soluções quanto a estas questões e alternativas que evitem aquilo que se passou e podem voltar a acontecer em termos de risco nestas zonas do nosso Concelho. Disse ainda o Senhor Presidente que apesar do debate do PDM não ter sido fácil, e talvez tenha sido o momento mais importante do debate político estrutural do Concelho de Caminha, porque, depois de 20 anos sem estratégia, apareceu uma estratégia que é avaliada e criticada muitas das vezes nem sempre é compreendida e independentemente dos erros, das omissões ou das imperfeições que possa haver



(Handwritten signatures in blue ink)

Assembleia Municipal de Caminha

num Plano Diretor Municipal tão global e estruturante como este, e na verdade existem opções que se revelam certas e este é o momento de sublinhar isso depois das intervenções que ali se ouviram, e o Senhor Vice Presidente que deu a cara em nome do executivo, ao lado do Presidente da Câmara, mas, deve-se fazer justiça por aquilo que defenderam e se hoje se falou de processos judiciais, e a Câmara Municipal hoje também tem processos judiciais intentados contra ela e são praticamente todos sobre a questão de não se permitir a construção de edificação em cima e das distancias da floresta, mas, é este o posicionamento do executivo e desse modo, não cabe a carapuça da coragem politica e sublinha uma forma de agir a qual deve ser ressalvada, e a qual é dirigida ao Senhor Vice Presidente o qual coordenou esse debate e coordenou a implementação de um PDM que é estruturante e será estruturante para o Concelho e o qual representa o futuro e não o passado.

b) – Aprovação da Ata da Sessão ordinária de 21 de abril 2017

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão ordinária de 21 de abril 2017**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez umas pequenas alterações à sua intervenção, as quais foram consideradas e alteradas.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 0 votos contra e 3 abstenções dos Senhores Presidentes de Junta Carlos Castro, Paulo Gonçalves e Secretário Junta Caminha/Vilarelho José Esteves, por não terem estado presentes.



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

c) – Nomeação da Prestação de Serviços de Revisor Oficial de Contas à Firma Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A.

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de maio de dois mil e dezassete, relativa à “**Nomeação da Prestação de Serviços de Revisor Oficial de Contas à Firma Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A.**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos do n.º 1 do art.º 77 da lei 73/2013 de 03 de setembro, compete à Assembleia Municipal nomear, sob proposta do órgão executivo, o auditor externo responsável pela Certificação Legal das Contas, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a nomeação da firma “Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A. para a prestação de serviços de Revisor Oficial de Contas.”.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 19 votos a favor, 0 voto contra e 9 abstenções dos Senhores Deputados Alberto Magalhães, Júlia Paula, Rui Taxa, Lilita Gonçalves, José Luis de Lima, Luciano Amorim, Manuel Amial e o Senhor Presidente de Junta de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

d) – Atribuição de Subsídio à Junta de Freguesia de Âncora para apoio na Requalificação da Escola EB1 de Âncora



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de junho de dois mil e dezassete, relativa à **“Atribuição de Subsidio à Junta de Freguesia de Âncora para apoio na Requalificação da Escola EB1 de Âncora”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios da população, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o subsidio à “Junta de Freguesia de Âncora para apoio na Requalificação da Escola EB1 de Âncora”.

O **Senhor António Brás, Presidente da Junta de Âncora**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte:

“Muito obrigada Sr. Presidente,

Espero agora conseguir ser mais breve.

Este é um ponto em que sou forçosamente obrigado a intervir, não apenas para me congratular com o desbloqueamento da verba prevista para as obras de requalificação das obras da EB1 de Âncora, não só, mas também pelo facto das obras que vão ser realizadas, para melhor acomodar os nossos alunos, mas também pelo que já foi feito, inclusivamente pelo altruísmo de muitos, mas também da então Sr.ª Vereadora Ana São João.

Evidentemente estou a referenciar, o pavimento novo das salas de aula que foi efetuado. Isto em 2015 ao cabo 6 décadas, inúmeros remendos e imenso desconforto causado durante anos aos alunos e aos quadros docentes.

Sr. Presidente servirá agora, esta verba singela, que não duvido seja produto do imenso esforço financeiro da Câmara para promover melhoramentos de assinalável importância na nossa escola.



Assembleia Municipal de Caminha

Mas deixe que lhe diga Sr. Presidente, tudo isto não basta. Não será motivo suficiente para que baixemos os braços. E embora a nossa escola precise com urgência do espaço de recreio melhorado: A verdade é que é muito e muito bom.

O excelente que fica acima do muito bom, surge neste contexto Sr. Presidente pela aposta declarada do Município e particularmente de V. Exa na Educação, no Conhecimento, na Inovação de procedimentos, e culmina naquilo que é a modernização dos equipamentos.

Que como voltei a referir o recreio também precisa de melhoramentos, melhoramentos esses que deveriam ter também doravante a consideração do Município.

Sr. Presidente, bem-haja. “

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 29 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 29 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

e) – Atribuição de Subsídio à União de Freguesias de Moledo e Cristelo para apoio na Requalificação da Escola EB1 do Cruzeiro

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de junho de dois mil e dezassete, relativa à “**Atribuição de Subsídio à União de Freguesias de Moledo e Cristelo para apoio na Requalificação da Escola EB1 do Cruzeiro**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



Assembleia Municipal de Caminha

Assim e porque nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios da população, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o subsídio à “União de Freguesias de Moledo e Cristelo para apoio na Requalificação da Escola EB1 do Cruzeiro”.

O Senhor Joaquim Guardão, Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e leu o seguinte:

“Senhor Presidente, a minha intervenção vai ser breve, contudo para que a mesma faça sentido vou ter que fazer um pequeno enquadramento.

Desde entrada em funcionamento e já lá vão 27 anos, o Jardim-de-infância de Moledo tem vindo ano, após ano, a ter um crescimento substancial. Esse crescimento deve-se, naturalmente, à dinâmica dada pelas instituições, Junta de Freguesia, Município e Agrupamento de Escolas, mas sobretudo ao empenho e à dedicação das Senhoras Educadoras das Senhoras Auxiliares bem como à confiança que os pais e ou encarregados de educação têm depositado no nosso estabelecimento.

Fruto disso, apraz-me dizer que no presente ano letivo temos 48 crianças, sendo que deste número, apenas 26 são residentes na nossa freguesia e as restantes 22 são originárias de freguesias vizinhas.

Esta vinda de crianças de outras freguesias para o nosso jardim-de-infância tem originado um crescimento de matrículas na Escola EB1 do Cruzeiro, provenientes de alunos que transitam do Jardim, porque não querem perder os colegas mas também pelos pais e ou encarregados de educação que assim o desejam, sendo certo que no ano letivo 2017 / 2018 vai esta escola ter de por a funcionar, mais uma sala de aulas em virtude de passarmos de 59 alunos do ano ainda em curso para os 78 alunos no próximo ano letivo.



[Handwritten signatures in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Com este aumento de alunos na Escola EB1 do Cruzeiro, torna-se necessário e urgente realizar algumas obras que vão colmatar lacunas há muito existentes e que após a sua realização irão ser criadas melhores condições para os alunos, para os professores e para as auxiliares que trabalham naquele estabelecimento de ensino. Por isso, em nome dos alunos, em nome dos professores e em nome das auxiliares, agradeço ao Município a atribuição deste subsídio.”

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 29 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 29 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

f) – Medida de Ocupação de Espaço Público para Instalação de Esplanadas na Avenida Ramos Pereira em Vila Praia de Âncora

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de junho de dois mil e dezassete, relativa à **“Medida de Ocupação de Espaço Público para Instalação de Esplanadas na Avenida Ramos Pereira em Vila Praia de Âncora”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º2 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do Município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a solução proposta apresentada pelos



Assembleia Municipal de Caminha

serviços para a instalação de esplanadas na Avenida Ramos Pereira em Vila Praia de Âncora.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, deu início à sua intervenção e leu o seguinte:

“A adoção de medidas excepcionais não pode nem devem, em nosso entender, ultrapassar o quadro de referência em vigor, particularmente quando pelo volume mobilizado, financeiro e infraestrutural, prova que o carácter de exceccionalidade não o é na verdade.

Em tempo útil alertámos para a situação das esplanadas na Avenida Dr. Ramos Pereira em Vila Praia de Âncora. Em setembro de 2016, em sessão desta assembleia referimo-nos à gestão das esplanadas feita no Parque e Avenida Dra. Ramos Pereira e Av. do Castelo, em Vila Praia de Âncora, considerando que havia uma completa desordem, tanto no conceito como na prática, indiferente aos regulamentos aprovados. Exemplificámos referindo que se, para uma esplanada era uma área descoberta, para outros se tratava de uma área hermeticamente fechada. Se para uns pressupunha a ocupação integral do passeio, para outros implicava a ocupação do passeio mais a área retirada ao estacionamento. Se para uns era permitida a circulação de pessoas e cadeiras de rodas pelo meio da esplanada, para outros os peões tinham que circundar a esplanada. Se para uns as esplanadas contemplavam apenas mesas e cadeiras, para outros contemplavam também balcões e outras estruturas. E tudo isto sem por em causa a existência das esplanadas, mais até porque as consideramos um importante elemento de fruição e bem-estar ajustado a estas zonas. No entanto apelámos à ação uniformizadora para garantir a valorização estética, não esquecendo a mobilidade nos passeios, particularmente daqueles que a tem reduzida.

Na altura desta nossa intervenção, nem uma palavra do executivo, pelo que agora saudamos a preocupação, mais até porque o que verificamos atualmente é que nem a exceccionalidade de 2015, nem o REGULAMENTO MUNICIPAL PARA OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E PUBLICIDADE nos parecem integralmente



Assembleia Municipal de Caminha

cumpridos; mas mais que tudo, não garantiram a uniformização por nós defendida. Hoje não é possível, a pé, fazer a avenida do lado nascente em linha reta. É uma obrigação ziguezaguear para chegar ao destino. O corredor, independentemente do 1,20 m, no caso das espianadas abertas, ou de 1,50 m, no caso das esplanadas fechadas, é, de facto, um caminho sinuoso, e dado o cariz fixo de certas construções, contrariando a indicação “amovível” defendida no regulamento e na medida excecional, torna o impacto visual ainda maior. Os guarda-ventos, que não devem exceder o 1,50 de altura, ou, ao abrigo do regulamento, não contrariado pela medida excecional, de que não são permitidas esplanadas fechadas que utilizem mais de metade do pavimento, não é o que nos parece existir no local, e não será esta medida excecional que resolverá a situação. O problema não está no regulamento ou na medida excecional. O problema está em fazer cumprir aquilo que é deliberado pela assembleia. Levar esta assembleia a aprovar, por exemplo, a obrigatoriedade de garantir um corredor longitudinal reto, com largura mínima de 1,20 m, livre de qualquer obstáculo, situando-se junto à fachada do estabelecimento, com o qual até podemos concordar, quando a Câmara Municipal permitiu que fossem construídas soluções diferentes, fora do quadro regulamentar, é no mínimo estranho. Como procederão os proprietários desses estabelecimentos? Aprovar em Assembleia Municipal que a plataforma ou estrado pousado, logo não fixo, deve ser nivelado à cota do passeio existente, usando materiais e cores consentidos pelos serviços, quando o que hoje vemos são soluções, materiais e cores distintas e estrados desnivelados, acreditando que se assim estão é porque os serviços camarários o consentiram, levanta-nos dúvidas sobre o cuidado e obediência da Câmara Municipal face às deliberações desta assembleia.

Assim queira o executivo explicar o que fará esta medida excecional? Olhando para o que já existe no momento, esta medida destina-se a quem? Olhando para o que lá existe, esta medida obrigará os proprietários a alterar o que lá instalaram? Olhando ao que lá existe, entendemos que consentido pelos serviços, mais até porque em Vila Praia de Âncora há suficientes funcionários do município, alguns



Assembleia Municipal de Caminha

com responsabilidades de chefia, e que, com certeza, há já muito tempo verificaram o mesmo que nós, mas dizíamos, olhando ao que lá existe e ao número de estabelecimentos que já instalaram esplanada, é esta medida, no tempo, consequente. É que em 2015 a medida de exceção foi aprovada em fevereiro, e agora estamos em junho.

Importa também, por questões meramente formais, definir o nome da medida, uma vez que pelos estabelecimentos abrangidos não se deve consignar apenas à Avenida Dr. Ramos Pereira. Tão pouco percebemos porque não abranger o Largo Pedro Bogalho e mesmo a Av. do Campo do Castelo.

Tendo em conta as questões por nós levantadas aguardamos esclarecimentos para melhor ajuizarmos o voto, tendo em conta que a votação desta medida, em nosso entender, não deve ser um ato meramente administrativo para dar cumprimento aos procedimentos que ditam a existência desta medida excepcional.”
“A Assembleia Municipal não serve apenas para isso”, disse ainda.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e solicita um pedido de esclarecimento quanto à proposta ali apresentada, uma vez que o título da proposta foi alterado de “medida excepcional” para “medida de ocupação” da via pública para instalação de esplanadas, e o conteúdo do corpo da proposta mantém-se, e aquilo que a Senhora Deputada pergunta se tudo é alterado, ou seja, o título e o conteúdo da proposta, e as informações anexas à proposta referem a aprovação da medida excepcional para vigorar no presente ano e nos anos vindouros, contudo, refere a Senhora Deputada que se for uma medida excepcional só é referente ao presente ano, mas, para ser para anos vindouros terá que ser pela forma de regimento, não existe outra forma, pelo que, não basta alterar o título, e dessa forma levanta ali duas questões formais, as quais deixa à consideração.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse que esta iniciativa surgiu porque tinha havido uma medida excecional em 2015 e como medida excecional era uma medida com carater experimental e haviam vários fatores que após a aplicação da medida criaram alguns problemas, e porquê? Porque, esta era de carater provisório para a época de Verão e a maior parte das pessoas não retiraram as esplanadas o que criou uma situação complexa; uma outra situação criada foi a dimensão das esplanadas, porque nessa medida de 2015 as esplanadas apenas poderiam abranger a fachada dos estabelecimentos, mas houve proprietários que se sentiam prejudicados porque uns tinham umas medidas e outros não, portanto, não havia um consenso, e ainda existia mais um problema que estava associado à circulação de pessoas. E, aquilo que se pretende com esta medida é que após a avaliação da experiencia de 2015 e 2016, se criasse uma homogeneidade que fosse ao encontro do resultado dessa experiencia, ou seja, disciplinou-se o corredor de circulação junto da fachada dos prédios, abriu-se a possibilidade de as esplanadas poderem vigorar o ano inteiro e a possibilidade de as esplanadas cobrirem a fachada e poderem aumentar até 50% da área desde que ocupando fachadas de prédios vizinhos os condomínios assim o autorizassem. Quanto a esta medida se se trata de excecional ou não disse o Senhor Vereador que aquilo que se pretende é que com esta alteração à medida, ainda com carater experimental, se produz resultados mais seguros. E aquilo que executivo entendeu é que aquela frente marítima de Vila Praia de Âncora é um local excecional, e o qual fica valorizado com a criação de esplanadas e até mesmo arranjando-se um modelo, porque, existia sempre certas criatividades que acabam muitas vezes por soverter as medidas, e aquilo que se pretende é fruir aquela paisagem que ali se tem, em condições e com alguma comodidade, sempre com um carater amovível e nunca com a perspetiva de criar esplanadas como acontece em outras cidades que são praticamente não ocupação de espaço público, mas tomada do espaço público, ou



Assembleia Municipal de Caminha

seja, estruturas fixas com caráter definitivo e não é isso que se pretende com a aprovação desta medida. Disse ainda o Senhor Vereador que concorda com a Senhora Deputada Júlia Paula que quando o executivo tiver a solução completamente estabilizadas terá que se criar um regulamento para isso.

Quanto à questão de se tornar esta medida extensível fora da Av.^a Ramos Pereira, disse o Senhor Vereador que existe um Regulamento para ocupação de espaço público e aquilo que a Av.^a Ramos Pereira tem de diferente na ocupação de espaço público, é que se está a ocupar espaço público, como passeio e estacionamento, ou seja, tem características diferentes, pelo que, julga o Senhor Vereador que esta medida não se deve generalizar a todo o Concelho, deve ser mantida no domínio da Av.^a Ramos Pereira e paulatinamente tem que se aperfeiçoar esta implementação e como todos sabem não se torna fácil regular porque cada um tem a sua criatividade, e mesmo este ano já se teve que intervir de maneira a disciplinar algumas intervenções abusivas de espaço pública, o que foi possível melhorar um pouco e tem que se ter presente que não podemos querer tudo ao mesmo tempo, ou seja, não se pode estimular para que as pessoas usufruam do espaço e depois criar muitas medidas restritivas, logo, esta medida excecional vai manter esta caráter excecional por algum tempo para que depois seja convertida em regulamento.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, agradeceu a explicação do Senhor Vice-Presidente, mas, existem duas questões que são prévias e que tem que ser esclarecidas, pois trata-se da questão formal da própria proposta e relativamente à explicação que ali foi dada, ficou claro que se trata de uma medida excecional, pelo que não faz sentido a alteração ao título, porque continua a ser uma medida excecional e no corpo da informação técnica refere para o presente ano e anos vindouros, e isso não é compatível, porque quando se trata de uma medida excecional terá que se referir ao presente ano e depois regulamentar para anos vindouros e desse modo, a Senhora Deputada julga que se deveria manter o título da proposta inicial para o presente ano.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que levantaram ali algumas questões que continuam sem resposta, sendo que uma delas tem a ver com a questão formal, com a qual também concordam, referindo que nunca a CDU assumiu a mudança de nome, como deveriam todos ter reparado pelo teor da sua intervenção, uma vez que não houve qualquer alteração na indicação dos serviços. Portanto, disse, como se mantinha a indicação dos serviços de que era “caráter excecional”, a sua intervenção foi sempre nesse sentido. No entanto, frisou que continuam com a mesma dúvida. Mais disse que se vai criar uma medida excecional em junho, perante uma situação que já se encontra instalada, e questiona novamente, uma vez que ainda não foi respondido, “o que vai acontecer ao que já se encontra instalado?”, “a quem se vai destinar, afinal, esta medida?” pelo que se torna importante esclarecer, para dessa forma se ajuizar melhor sobre aquilo que ali se vai aqui decidir, ou então, voltando ao dito inicialmente, está a pedir-se à Assembleia Municipal que carimbe mais uma proposta da Câmara Municipal de Caminha numa tramitação apenas administrativa e essa não é a função da Assembleia Municipal. Ou seja, para a CDU torna-se necessário que lhes seja dito com toda a clareza o que vai acontecer aos proprietários que neste momento já têm as soluções implementadas e sendo esta medida excecional, pergunta, se em junho é consequente?

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido**, disse que se esta medida for ali aprovada, os proprietários terão que cumprir aquilo que ali está definido.

O Senhor Vereador perguntou ao Senhor Deputado Joaquim Celestino se já tinha reparado se as situações que estão implementadas contrariam as medidas que ali estão para ser aprovadas. E aquilo que o Senhor Vereador responde é que existem medidas contraditórios, nomeadamente naquilo que diz respeito ao corredor de circulação, e como já explicou, aquilo que se pretende é disciplinar essa componente para que o corredor de circulação se faça sempre do mesmo lado



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

para evitar os ziguezagues que falava. Mais uma vez o Senhor Vereador refere que se se está ali a aprovar uma medida, e terá que ser cumprida.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, solicitou um pedido de esclarecimento o qual tem a ver com a condução dos trabalhos, porque foi apresentada uma proposta e houve duas pessoas que se inscreveram para discutir a proposta e um interveniente prescindiu e no exercício dessa discursão o Senhor Vice-Presidente deu esclarecimentos e eles sentiram a necessidade de pedir outros esclarecimentos, ou seja, estão a fazer a discursão e não tem que estar inscritos. Perguntou ainda a Senhora Deputada ao Senhor Vice-Presidente se está a votar uma proposta que no seu título continua a ser uma medida excecional e que vai vigorar para o presente ano, e a qual será corrigida com o compromisso ali assumido.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, perguntou se todas as soluções que lá estão foram devidamente acompanhadas pelos serviços camarários e, portanto, se foram construídas com o consentimento dos serviços da Câmara Municipal de Caminha. Disse ainda que esta questão é extremamente importante, já que se irá votar algo que obrigará as pessoas a seguir o modelo que se irá definir, e, portanto, se elas o fizeram ao arrepio dos modelos que já estavam em vigor, tanto do Regulamento como da questão excecional de 2015, é uma coisa, no entanto, se o fizeram com o consentimento dos serviços camarários, essa é uma coisa completamente diferente. Daí que se solicita esse esclarecimento.

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido**, em resposta disse que foram feitas ao arrepio do regulamento que estava em vigor, e como se estava em uma fase de avaliação do impacto da medida, entendeu o executivo que se deviam fazer ajustamentos à medida, ou seja, é aquilo que ali se está a propor, e se esta nova experiência resultar, será transformada em regulamento, se não resultar, irão fazer-se os ajustamentos que forem necessários.



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que depreendia, após as palavras do Senhor Vice-Presidente, que os serviços nunca poderiam consentir algo que contrariasse os regulamentos, obtendo a anuência, com a expressão “naturalmente”, do **Senhor Vereador Guilherme Lagido**.

O **Senhor Presidente da Junta de Vile, José Luis Lima**, ausentou-se por motivos pessoais.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, disse em modo de declaração de voto que a bancada do PSD vota favoravelmente a proposta, com o compromisso da ressalva na ata com o caráter excepcional e que só é para o ano em curso (2017).

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse, em modo de declaração de voto, que a bancada da CDU vota favoravelmente a proposta, sob duas premissas, sendo a primeira que a proposta é de caráter excepcional e a segunda porque foi garantido que tudo aquilo que foi feito, foi realizado dentro do enquadramento legal, e o que não foi realizado dentro do enquadramento legal, foi do desconhecimento dos Serviços do Município.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

g) – Implementação de Sinalética na União de Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de junho de dois mil e dezassete, relativa à “**Implementação de Sinalética na União de Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a implementação da sinalética nas seguintes artérias da União de Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho:

Rua da Retorta:

- **Sinal C15 (Estacionamento Proibido)**, no sentido poente-nascente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com o Largo Dr. Bento Coelho da Rocha;
- **Sinal C21 (Fim de Paragem ou Estacionamento Proibido)**, no sentido poente-nascente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, vinte metros para além do fim da passadeira existente;
- **Linha Amarela Descontínua (12cm)**, no sentido poente-nascente, pintada no pavimento do lado direito do sentido de trânsito, entre a sinalética de proibição de estacionamento proibido e fim de proibição de estacionamento acima indicados;

Travessa A. dos Santos Gavinho:

- **Sinal C15 (Estacionamento Proibido) + Placa Adicional modelo 10b “Exceto Cargas e Descargas”**, no sentido nascente-poente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua Visconde Sousa Rego;



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

- **Sinal C15 (Estacionamento Proibido)**, no sentido nascente-poente, colocado no lado esquerdo do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua Visconde Sousa Rego;
- **Sinal C1 (Sentido Proibido)**, no sentido poente-nascente, colocado no lado direito, junto ao entroncamento com o Largo da Feira;

Rua Dr. Frederico Augusto Lourenço:

- **Sinal C15 (Estacionamento Proibido)**, no sentido norte-sul, colocado no lado direito do sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao último lugar de estacionamento na baía de estacionamento existente e antes do gaveto à direita formado pelos edifícios, no limite sul do edifício com o nº10;
- **Sinal C15 (Estacionamento Proibido)**, no sentido norte-sul, colocado no lado esquerdo do sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao último lugar de estacionamento na baía de estacionamento existente, paralelo ao sinal anteriormente referido, no limite norte do edifício com nº01;
- **Sinal C21 (Fim de Paragem ou Estacionamento Proibido)**, no sentido norte-sul, colocado no lado direito do sentido de trânsito, imediatamente antes do primeiro lugar de estacionamento na baía de estacionamento existente, no limite norte do edifício nº18;
- **Linha Amarela Descontínua (12cm)**, pintada no pavimento em ambos os lados do sentido de trânsito, entre a sinalética de proibição de estacionamento proibido e fim de proibição de estacionamento acima indicados;

Rua Visconde de Sousa Rego:

- Anular a postura de trânsito existente e implementar a que a seguir se indica, bem como a sinalética correspondente:
- **Sinal A25 (Trânsito nos dois Sentidos)**, no sentido sul-norte, colocado no lado direito do sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao entroncamento com a rua de Santo António;
- **Sinal C1 (Sentido Proibido) + Sinal D1a (Sentido Obrigatório à Direita)**, no sentido sul-norte, colocado no lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a Travessa do Repuxo;



Assembleia Municipal de Caminha

- **Sinal C2 (Trânsito Proibido) + Placa Adicional modelo 10b “Exceto Moradores, Cargas e Descargas, entre as 15:00h e as 19:00h”**, no sentido norte-sul, colocado no lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a Rua Cmdt. Lino Felgueiras da Silva;

Travessa do Repuxo:

- **Sinal A25 (Trânsito nos dois Sentidos)**, no sentido norte-sul, colocado no lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a Calçada da Escola;
- **Sinal H1a (Estacionamento Autorizado)**, no sentido poente-nascente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua Visconde Sousa Rego;
- **Sinal C15 (Estacionamento Proibido) + Placa Adicional modelo 10b “Exceto Cargas e Descargas - 2 lugares”**, no sentido nascente-poente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, em frente ao nº7, (ficando os estacionamento condicionado entre o nº7 e a rua Visconde Sousa Rego);

Arruamento sem Topónimo entre o Largo da Feira e a rua Visconde Sousa Rego (chamada de “Quelha do Tomás”):

- **Eliminação da sinalética existente junto ao entroncamento com a rua Visconde Sousa Rego, sentido poente-nascente: Sinal D2b (Sentido Obrigatório à direita ou em frente);**

Rua de São João:

- **Sinal C15 (Estacionamento Proibido) + Placa Adicional modelo 10b “Exceto Cargas e Descargas dias úteis das 08:00h às 20:00h”**, no sentido norte-sul, colocado no lado esquerdo do sentido de trânsito, em frente ao nº12 “Casa Crespo”;

Praça Conselheiro Siva Torres:

- **Sinal H1a (Estacionamento Autorizado) + Placa Adicional modelo 11f (motociclos)**, no sentido norte-sul, colocado no lado direito do sentido de trânsito, no início do lugar de estacionamento existente imediatamente antes da Praça de Táxis;



Assembleia Municipal de Caminha

[Handwritten signatures in blue ink]

Largo da Feira:

- **Implementação de Passagem Para Peões (passadeira) + Sinal A7 (Passagem para peões)**, colocado em ambos os sentidos de trânsito, imediatamente antes da barra de paragem da referida passadeira a implementar no alinhamento da passagem pelo interior do prédio para a rua Visconde Sousa Rego;
- **Implementação de Passagem Para Peões (passadeira) + Sinal A7 (Passagem para peões)**, colocado em ambos os sentidos de trânsito, imediatamente antes da barra de paragem da referida passadeira a implementar junto à Travessa A. dos Santos Gavina;

Rua da Corredoura:

- **Barra de Cedência de Prioridade (30cm) + Triângulo** pintado no pavimento junto entroncamento com a Avenida Saraiva de Carvalho;

Rua do Escuro:

- **Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos)**, no sentido nascente-poente, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua Nossa Senhora da Graça;
- **Barra de Paragem (30cm) + STOP** pintado no pavimento junto ao sinal anteriormente indicado;
- **Execução de Separador central**, ao eixo das faixas de rodagem, junto ao entroncamento com a rua Nossa Senhora da Graça
- **Sinal D1a (Sentido Obrigatório à Direita)**, no sentido poente-nascente, colocado no ceto do separador central, junto ao entroncamento para indicação de quem segue na Rua Nossa Senhora da Graça e pretende virar para a rua do Escuro;

Rua do Condado:

- **Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos)**, no sentido norte-sul, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua do Escuro;



Handwritten signatures in blue ink, one above the other.

Assembleia Municipal de Caminha

Rua Dona Urraca:

- **Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos)**, no sentido norte-sul, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua do Escuro;

Arruamento sem topónimo (circundante ao denominado “Loteamento da Urraca”):

- **Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos)**, no sentido sul-norte, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua do Escuro;

Arruamento sem topónimo entre a Rua do Pombal e Av. Dr. Dantas Carneiro (EN13):

- **Implementação de Passagem Para Peões (passadeira) + Sinal A7 (Passagem para peões)**, colocado em ambos os sentidos de trânsito, imediatamente antes da barra de paragem da referida passadeira a implementar sensivelmente a meio do arruamento, entre o edifício “Espelho de Água” e o canteiro existente e a remodelar;

Largo da Estação:

- **Sinal H1a (Estacionamento Autorizado) + Placa Adicional modelo 11d (deficientes)**, colocado a meio no primeiro lugar de estacionamento a contar do lado direito para quem está de frente para a Estação de Caminhos de Ferro;
- **Sinal H1a (Estacionamento Autorizado) + Placa Adicional modelo 10a (Táxis)**, colocado a meio do segundo lugar de estacionamento a contar do lado direito para quem está de frente para a Estação de Caminhos de Ferro;
- **Sinal C15 (Estacionamento Proibido) + Placa Adicional modelo 10b “Exceto Cargas e Descargas”**, colocado a meio dos restantes lugares de estacionamento existentes em frente à Estação de Caminhos de Ferro;



Assembleia Municipal de Caminha

- **Linha Amarela Descontínua (12cm)**, pintada no pavimento junto ao passeio nos lugares indicados anteriormente com estacionamento proibido condicionado;
- **Sinal C16 (Paragem e Estacionamento Proibidos)**, colocado em cada um dos segmentos retos do canteiro existente no largo da Estação, um voltado para a Av. Saraiva de Carvalho e outro voltado para a Estação;
- **Linha Amarela Descontínua (12cm)**, pintada no pavimento junto ao lancil do canteiro existente no Largo da Estação, em complemento à sinalética de paragem e estacionamento proibidos anteriormente indicada;
- **Sinal D1c (Sentido Obrigatório em Frente)**, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto à saída do denominado Parque de Estacionamento da Estação;
- **Sinal C1 (Sentido Proibido)**, colocado no centro do arco de cada um dos semi-círculos do canteiro existente no largo da Estação, um voltado para a Av. Saraiva de Carvalho e outro voltado para a Estação;

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

h) – Implementação de Sinalética na União de Freguesias de Venade e Azevedo

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de maio de dois mil e dezassete,



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

relativa à “**Implementação de Sinalética na União de Freguesias de Venade e Azevedo**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a implementação da sinalética nas seguintes artérias da União de Freguesias de Venade e Azevedo:

Avenida Barão de São Roque:

- Sinal C13 (Proibição de exceder a velocidade máxima de 20km/h) + Sinal A2a (Lomba), no sentido poente-nascente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, 50 metros antes da passadeira existente junto à EB1/JI de Venade;
- Sinal A7 (Passagem para peões), no sentido poente-nascente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, imediatamente antes da passadeira existente junto à EB1/JI de Venade;
- Sinal C13 (Proibição de exceder a velocidade máxima de 20km/h) + Sinal A2a (Lomba), no sentido nascente-poente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, 50 metros antes da passadeira existente junto à EB1/JI de Venade;
- Sinal A7 (Passagem para peões), no sentido nascente-poente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, imediatamente antes da passadeira existente junto à EB1/JI de Venade;
- Sinal C20 (fim de limitação de velocidade), no sentido nascente-poente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, 50 metros após a passadeira existente junto à EB1/JI de Venade;

Rua do Socorro:

- Sinal C13 (Proibição de exceder a velocidade máxima de 20km/h), no sentido sul-norte, colocado no lado direito do sentido de trânsito, 50 metros antes do entroncamento com a Avenida Dr. Lúcio Jesus Mourão Poço;

Rua Padre Luís Serro:



Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature and a smaller one below it.

Assembleia Municipal de Caminha

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), no sentido poente-nascente, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua José Salgueiro;
- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), no sentido nascente-poente, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua de Ribas;

Rua das Fontainhas:

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), no sentido sul-norte, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a Avenida Barão de São Roque;
- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), no sentido norte-sul, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua de São Sebastião;

Avenida Dr. Lúcio Jesus Mourão Poço:

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), no sentido poente-nascente, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua do Socorro;
- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), no sentido nascente-poente, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua de Ribas;

Rua de Ribas:

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), no sentido sul-norte, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a Avenida Barão de São Roque;
- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), no sentido norte-sul, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua de São Sebastião;

Rua das Barenhas:

- Sinal H4 (Via pública sem saída), no sul-norte, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a Rua da Mouteira;



Assembleia Municipal de Caminha

Travessa da Mouteira:

- Sinal H4 (Via pública sem saída), no sul-norte, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a Rua da Mouteira;

Rua das Pedrinhas:

- Sinal H4 (Via pública sem saída), no sul-norte, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a Avenida Barão de São Roque;

Rua da Valcova:

- Sinal H4 (Via pública sem saída), no poente-nascente, colocado do lado direito do sentido de trânsito junto ao entroncamento com a rua da Escusa;

Travessa de Valcova:

- Sinal H4 (Via pública sem saída), no poente-nascente, colocado do lado direito do sentido de trânsito junto ao entroncamento com a rua da Escusa.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração, e declarou encerrada a Sessão, quando eram 01H35M, do dia 24 de junho de 2017, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

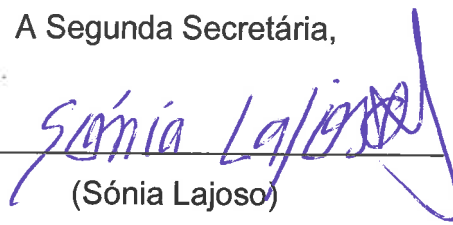
O Primeiro Secretário,



Assembleia Municipal de Caminha

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária,



(Sónia Lajoso)

O Presidente,



(Luís Augusto Pestana Mourão)



MUNICÍPIO DE CAMINHA

INFORMAÇÃO INTERNA
N.º 020 - GPG

PARECER	DESPACHO
Visto, Ao Sr. Presidente para os devidos efeitos. 4-maio-2017 JcuidR	Reunir-se em praça para reunião de Câmara. 10/5/17

De: Gabinete de Planeamento e Gestão

Para: Chefe da Divisão de Finanças e Administração

ASSUNTO: Prestação de serviços de Revisor Oficial de Contas

Segundo a Lei 73/2013, de 03 de setembro, as autarquias locais devem ter um auditor externo responsável pela certificação legal de contas, sendo nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo.

Sendo assim, segue em anexo proposta de serviços de Revisor Oficial de Contas da firma "Santos Carvalho & Associados SROC, S.A" para a prestação de contas do exercício 2017.

À consideração superior.

Município de Caminha, 04 de maio de 2017

O Gabinete de Gestão e Planeamento



Carina Aldeia

MUNICIPIO DE CAMINHA
CONTRIBUINTE N.º 500843139
PRAÇA CALOUSTE GULBENKIAN
4910-113-CAMINHA

IMPRESSO	PAGINA
2017/05/10	1

PROPOSTA DE CABIMENTO

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
D21531	anamaria	2017/05/10	1276	2017

DESCRIÇÃO DA DESPESA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS- ANO 2017

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

TIPO DESP: 2314-ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA/HONORARIOS
ORGÂNICA : 0102 CAMARA MUNICIPAL
ECONÓMICA: 020214 Estudos, pareceres, projectos e consultadoria
PLANO :

DOTAÇÃO DISPONÍVEL
15.238,00
A CABIMENTAR
14.900,00
SALDO APÓS CABIMENTO
338,00

EXTENSO

CATORZE MIL E NOVECENTOS EUROS

PROPOSTA CABIMENTADA EM 2017/05/10

SERVIÇO REQUISITANTE

Ana Maria Saraiva

(anamaria)

AUTORIZAÇÃO

__ / __ / __

PROCESSADO POR COMPUTADOR

MUNICÍPIO DE CAMINHA

Proposta de serviços de
Revisor Oficial de Contas

Santos Carvalho & Associados
SROC, S.A.

Ex.mos Senhores,

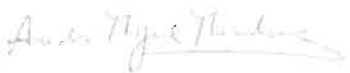
A presente proposta de prestação de serviços é apresentada na sequência do Vosso pedido e visa apresentar a abordagem e a experiência da NEXIA, bem como o nosso entendimento do trabalho a realizar e a metodologia que nos propomos seguir, assim como as nossas condições.

Desde já gostaríamos de realçar que a possibilidade de apresentarmos esta proposta representa para nós um honra e uma oportunidade para demonstrarmos a forma eficiente como normalmente realizamos o nosso trabalho, bem como as vantagens que poderemos trazer para Município de Caminha (doravante designada "**Município**") na eventualidade de virmos a ser contratados para os serviços em seguida apresentados.

Nos primeiros capítulos apresentamos as principais razões que acreditamos serem fatores que nos diferenciam face a outras empresas que prestam serviços semelhantes aos que agora nos propomos e descrevemos a nossa experiência profissional.

Nos capítulos finais apresentamos o âmbito dos serviços a realizar, bem como os honorários propostos.

Com os nossos melhores cumprimentos,



André Miguel Mendonça
Administrador



Índice

Porquê a NEXIA ?	4
A equipa da NEXIA	8
Âmbito dos serviços	11
Agenda dos trabalhos	12
Uma oferta financeira competitiva	13
Contactos	15
Anexo I – As nossas credenciais	16

Esta proposta foi preparada pela Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A., uma empresa membro em Portugal da NEXIA Internacional e encontra-se em todos os aspetos sujeita a negociação e a formalização por meio de uma carta de compromisso ou de um contrato específico.

Esta proposta é estritamente confidencial e foi entregue para utilização exclusiva do Município de Caminha, a fim de fornecer informações suficientes para tomar a decisão de contratar ou não os serviços da NEXIA. Este documento não pode ser divulgado, revisto ou copiado, no todo ou em parte, sem o nosso consentimento prévio e por escrito. Qualquer disseminação para além do permitido prejudicaria os interesses comerciais de NEXIA.

Porquê a NEXIA ?

A NEXIA International é uma rede global de auditores independentes e de consultores. A chave para o sucesso da NEXIA é simples e reside na sua representatividade global, através de firmas membro localizadas nos dez maiores centros económico-financeiros mundiais. Este facto significa que a NEXIA é capaz de providenciar um serviço de qualidade aos seus clientes com necessidades internacionais.

A NEXIA INTERNATIONAL foi fundada em 1971 por duas empresas, a Oppenheim Appel Dixon & Associates, EUA, e a Spicer & Pegler, GB. Estas entidades serviam mais de metade das empresas localizadas nos principais centros financeiros de Nova York e de Londres.

Desde 1971 até aos dias de hoje, um dos maiores fatores de sucesso da NEXIA Internacional encontra-se na vontade com que os seus membros, firmas independentes, se disponibilizam para partilhar a experiência e conhecimentos dos seus *partners* em benefício dos clientes da rede. A NEXIA orgulha-se igualmente da forma como estes conhecimentos, particularmente nas áreas fiscais e das IFRS, são transmitidos para o público por via de diferentes publicações.

A NEXIA INTERNATIONAL tem a sua sede em Londres e ocupa o 8º lugar no ranking mundial das redes de organizações de auditores e consultores, contando com cerca de 23.131 colaboradores, distribuídos por 590 escritórios em mais de 120 países. O seu volume negócios total foi da ordem dos 3.207 milhões de dólares em 2016.

Atualmente a NEXIA INTERNATIONAL é ainda membro permanente do Forum of Firms do IFAC.



Porquê a NEXIA ?

1 Capacidade técnica

Os profissionais que irão fornecer os serviços foram escolhidos pela sua competência, profissionalismo e experiência.

A equipa terá um apoio de revisores oficiais de contas (ROC), com experiência significativa na prestação de serviços de auditoria e consultoria a entidades Públicas, garantindo desta forma relevância e qualidade no trabalho desenvolvido por todos os profissionais da equipa NEXIA.

Isto também significa que os eventuais pormenores técnicos serão considerados no âmbito da atividade da Empresa e não apenas na sua teoria.

2 Compromisso de um elevado nível de comunicação

Acreditamos que o Município deseja escolher uma equipa de auditores com que consiga construir uma relação de trabalho efetiva. Isto significa que terá que existir uma comunicação aberta entre os auditores e a vossa Instituição. A abordagem seguida pela NEXIA baseia-se na escuta ativa dos nossos clientes, na discussão prévia dos assuntos identificados e no controlo interno do trabalho que realizamos, com vista a assegurar que todos os membros da equipa atuem de forma proactiva na identificação dos problemas e na apresentação das soluções, caso estas existam.

A nossa filosofia de trabalho encontra-se altamente direcionada para a antecipação de problemas ou de obstáculos aos objetivos traçados pelos nossos interlocutores, com vista à apresentação rápida de respostas às questões que forem colocadas à nossa consideração, proporcionando desta forma um valor acrescentado para os nossos clientes.



Porquê a NEXIA ?

3 A nossa metodologia

A nossa metodologia de trabalho é essencial. A NEXIA investe significativamente nesta área para se encontrar sempre entre os líderes. Esta metodologia assenta na compreensão da atividade de cada cliente e da conjuntura em que opera, na identificação e perceção dos riscos e numa procura constante de melhoramento dos processos de cada cliente.

As demonstrações financeiras, reflexo do conjunto de operações e transações, são assim analisadas numa perspetiva global de avaliação da atividade, considerando os diversos fatores internos e externos que condicionam a mesma, e não apenas na sua vertente financeira. Para atingir estes objetivos, a NEXIA utiliza equipas multidisciplinares com conhecimento específico da atividade de cada cliente.

O sucesso da nossa metodologia reside essencialmente na competência dos profissionais envolvidos no trabalho.

4 Compromisso com a qualidade de reporte

Colocámos uma ênfase elevada na prestação de reportes com qualidade ao Órgão Executivo, os quais permitam fornecer uma visão clara e concisa sobre o estado das demonstrações financeiras e se possível criar valor para os nossos clientes.

Neste sentido temos por hábito, em todos os nossos clientes de auditoria, a emissão, para além, dos documentos legalmente exigidos, de um relatório onde se encontram listadas todas as eventuais situações, que não sendo materialmente relevantes, consubstanciam oportunidades de melhoria.



Porquê a NEXIA ?

5 Integridade e ética

A integridade e a ética profissional são valores absolutos para a NEXIA e são os princípios que orientam todo o nosso trabalho.

O dever de confidencialidade é inerente em todos os aspetos das nossas relações com qualquer um dos nossos clientes.

6 Uma oferta financeira competitiva

A nossa proposta financeira reflete o nosso interesse e empenho em sermos seleccionados para a realização deste(s) trabalho(s).

Acreditamos que a nossa proposta financeira cumpre os objetivos definidos pelo **Município de Caminha**, não só devido ao seu custo financeiro, mas também devido à experiência e competências dos profissionais que serão envolvidos neste trabalho.

Acreditamos que a combinação desses fatores é única e encontra-se à altura do desafio que nos foi apresentado.



A equipa da NEXIA

A nossa equipa encontra-se estruturada com vista a atender às necessidades da Empresa. Os nossos profissionais dedicados irão criar e manter relações eficazes e duradouras com os vossos colaboradores e comprometer-se-ão a prestar-lhes sempre a sua melhor atenção.

Constituímos a nossa equipa de uma maneira que acreditamos que possa apoiar e servir os interesses do **Município**, através de:

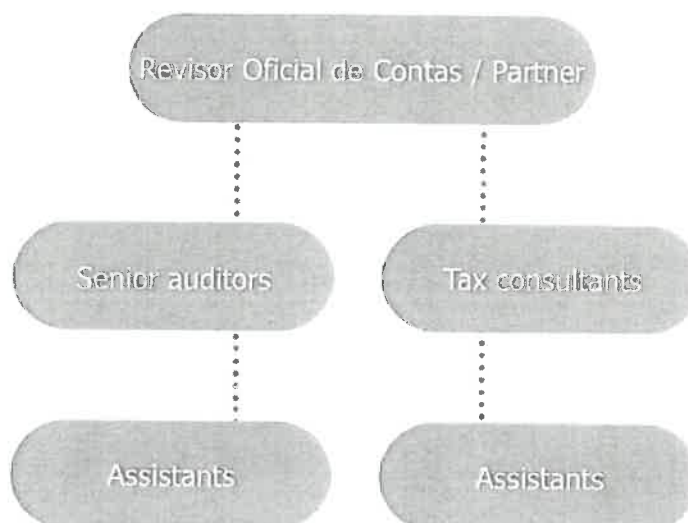
- ✓ Uma comunicação contínua e proactiva com o Órgão Executivo e com a Responsável pela Área Financeira. Esta comunicação será assegurada diretamente pelo Partner envolvido no projeto. Nós esperamos que esta equipa, através da sua total disponibilidade e proximidade, possa efetivamente ajudar as entidades a monitorizar e controlar os riscos financeiros e fiscais decorrentes da sua atividade;
- ✓ Uma equipa multidisciplinar. A nossa equipa de auditoria irá incorporar profissionais que se encontram devidamente preparados para o trabalho que nos propomos realizar;
- ✓ Uma equipa com experiência adequada, obtida pela sua anterior participação direta em projetos similares.



A equipa da NEXIA

Consideramos que num trabalho com a natureza e com o âmbito que agora nos propomos prestar, a experiência e o profissionalismos dos nossos colaboradores são fator-chave de sucesso.

A nossa equipa encontra-se estruturada através do esquema que se segue:



A equipa da NEXIA



Nome

– André Mendonça

Posição

– Senior Partner

Qualificação e
experiência

- Revisor Oficial de Contas (ROC);
- Técnico Oficial de Contas (TOC);
- Licenciado em Economia;
- Nove anos de experiência profissional no departamento de auditoria da KPMG Portugal.
- Durante 2008 e parte de 2009 foi professor convidado da Universidade Católica Portuguesa;
- Experiência significativa de auditoria a entidades do Setor Industrial / Comercial e Público.



Nome

– Paula Matos

Posição

– Partner

Qualificação e
experiência

- Licenciada em Economia;
- Mais de 20 anos de experiência em auditoria a empresas industriais e a sociedades financeiras.



Nome

– Sílvia Lopes

Posição

– Sénior

Qualificação e
experiência

- Licenciada em Contabilidade e Finanças;
- Experiência em auditoria a empresas industriais e a sociedades financeiras e em Municípios

Âmbito dos serviços

1 Enquadramento

Segundo a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, do Regime Financeiro das Autarquias Locais, os serviços a prestar pelo Revisor Oficial de Contas, **relativos ao exercício 2017**, encontram-se previstos no Artigo 77.º da referida Lei e incluem:

Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;

Participar aos Órgãos Municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do Município;

Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;

Remeter semestralmente à Câmara Municipal e à assembleia municipal informação sobre a respetiva situação económica e financeira; e

Emitir a certificação legal das contas e parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela Assembleia Municipal.

Agenda dos trabalhos

Na eventualidade de irmos a prestar os serviços referidos nesta proposta, encontramos-nos imediatamente disponíveis para planearmos o início dos trabalhos de auditoria.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

Oferta financeira competitiva

Honorários

Os nossos honorários são calculados com base no número de horas e nas taxas horárias de cada profissional e variam de acordo com a responsabilidade envolvida e a experiência e conhecimentos requeridos a cada membro da nossa equipa de trabalho.

Na determinação do número de horas previstas para a realização do trabalho referido, tomamos em consideração a colaboração e a assistência que nos será prestada pelos Serviços Financeiros do Município.

Será ainda de salientar que os honorários apresentados incluem um desconto adicional, tendo em conta o papel social relevante da Instituição.

Desta forma, propomos os honorários de **Euro 14.900** para os serviços solicitados.



Oferta financeira competitiva

Despesas e faturação

Os honorários anteriormente referidos excluem IVA, o qual será calculado à taxa normal em vigor à data de cada fatura (neste momento 23%) e todas as despesas de deslocação e alimentação que venham a ser incorridas pelos nossos profissionais na prestação dos serviços de revisão de contas.

A nossa proposta mantém-se válida por um período de 60 dias, extensível mediante o nosso consentimento escrito.



Contactos

Pessoas de Contacto:

André Mendonça

Morada: Edifício Porto Center
Campo 24 de Agosto, 129 - 7º andar
4300 - 504 Porto
Portugal

Telefone: (+351) 961 785 987

Fax: (+351) 225 193 661

E-mails: amendonca@santoscarsroc.pt

URL: www.santoscarsroc.pt





Anexo I – As nossas credenciais

A NEXIA em Portugal



Em Portugal, a NEXIA Internacional encontra-se representada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, S.A..

Esta Firma, fundada em 1989 por António Augusto Santos Carvalho, encontra-se registada na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, bem como na Lista de Auditores da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

A Firma conta ainda com a colaboração de cinco Revisores Oficiais de Contas, bem como de uma equipa de 13 profissionais licenciados com competências e experiência em diversas matérias do foro contabilístico e fiscal.

Os nossos profissionais caracterizam-se por desenvolverem a sua missão com um elevado espírito de equipa, lealdade e dedicação, sempre num ambiente de proatividade e procura de melhoria contínua. O acompanhamento sistemático dos nossos clientes e a compreensão das suas dificuldades são uma das chaves para o nosso sucesso.

A NEXIA em Portugal

Alguns dos nossos serviços

- ✓ Revisão Legal das Contas / Auditoria;
- ✓ Análise e consultoria fiscal;
- ✓ *Due diligence*;
- ✓ Fusões e aquisições;
- ✓ Contabilidade e *Reporting*;
- ✓ *Payroll*;
- ✓ Implementação de sistemas e procedimentos de controlo interno;
- ✓ Apoio à internacionalização dos negócios;
- ✓ Sistemas de melhoria de performance; e
- ✓ Auditoria à execução financeira de projetos subsidiados por fundos comunitários.

A NEXIA em Portugal

Alguns dos clientes **Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A.**

ABÍLIO MOREIRA DA SILVA & FILHOS, S.A.;

AGRO 94 – Produção Agrícola e Animal Associadas, S.A.;

AGROGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A.;

ÁGUAS DE CARVALHELHOS, S.A.;

ALTAVISA – Gestão de Patrimónios, S.A.;

ALTO DA PAIXÃO – Investimentos Imobiliários, S.A.;

ALTURA EQUILIBRADA, S.A.;

AMPLIAPRÁTICA, S.A.;

ANTÓNIO REBOUÇAS, S.A.;

APÊL – Arquitectura, Planeamento, Engenharia, S.A.;

ARCIL – Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã;

ARINAL – Investimentos Imobiliários, S.A.;

ASSOCIAÇÃO “AMIGOS DO COLISEU DO PORTO”;

B. T. L. – Indústrias Metalúrgicas, S.A.;

BAPTISTA & IRMÃO, S.A.;

BIGDOOR – Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, S.A.;

BRAGANÇA & FERREIRA, FERRAGENS, S.A.;

BRASÃO DE LA ESPADA – Design, Produção e Comercialização de Mobiliário, S.A.;

BREEZA, S.A.;

BRITISH COUNCIL – Representação Permanente em Portugal;

BRODEUR WORLDWIDE IBERIA, S.L.U.;

CACHAPUZ – Equipamentos para Paisagem, Lda.;

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DO ALTO CAVADO E BASTO, C.R.L.;

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE ANADIA, C.R.L.;

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DO BAIXO MONDEGO, C.R.L.;

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DA BEIRA BAIXA (SUL), C.R.L.;

A NEXIA em Portugal

Alguns dos clientes **Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A.** **(cont.)**

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DA BEIRA DOURO, C.R.L.;

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DO DOURO, CORGO E TÂMEGA, C.R.L.;

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MOGADOURO E VIMIOSO, C.R.L.;

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS E ESTARREJA, C.R.L.;

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE OLIVEIRA DO BAIRRO, C.R.L.;

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DA REGIÃO DE BRAGANÇA E ALTO DOURO, C.R.L.;

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE TERRAS DO SOUSA, AVE, BASTO E TÂMEGA, C.R.L.;

CANTO DAS AVES, S.A.;

CASFIG – Coord. de Âmbito Social e Fin. das Habitações Sociais de Guimarães, F.M.;

CESARIMO – Sociedade Imobiliária, S.A.;

CLÍNICA PRAXIS, S.A.;

COIMBRA IMPORTADORA, S.A.;

CONDE – Construção e Decoração, Lda.;

CORTICEIRA LUÍS & VALÉRIO, LDA.;

CUNHA & FERREIRA, S.A.;

D.F. COMBUSTÍVEIS, S.A.;

DMM – Desenvolvimento, Maquinagem e Montagem, l.da.;

E.I. – Empreendimentos e Investimentos Agrícolas do Douro, S.A.;

EDUKING – Investimentos Imobiliários, S.A.;

ENÉRTICA – Distribuição de Combustíveis, S.A.;

ENGENHARIA DE PROTOTIPAGEM ALVES & ALVES, S.A.;

EÓLICA DA SERRA DA BOA VIAGEM, S.A.;

ESP – Empresa de Serviços Petrolíferos, S.A.;

ESP, SGPS, S.A.;

ETIQUETAS DOMINGO PORTUGAL, Unipessoal, Lda.;

EXTRUSAL – Companhia Portuguesa de Extrusão, S.A.;

FASTIL – Fechos de Correr, S.A.;

A NEXIA em Portugal

Alguns dos clientes **Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A.** **(cont.)**

FI EXICEL PORTUGAL, Lda.;

FONTE DAS SETE BICAS – Sociedade de Imóveis, S.A.;

FRIOPESCA – Refrigeração de Aveiro, S.A.;

FUNDAÇÃO AEP;

FUTURE TRENDS, S.A.;

GARVAL – Sociedade de Garantia Mútua, S.A.;

GESPAÇOS – Gestão de Equipamentos Desportivos, E.M.;

GODILAC II, S.A.;

GRANSILFER – Granitos, Lda.;

GRANTAX – Fornecedores de Granito, Lda.;

GRINVE, S.G.P.S., Unipessoal, Lda.;

GÜHRING KG;

HELVÉTICA – S.G.P.S., S.A.;

HERDADE AMARELA – Comércio e Produção Agrícola, S.A.;

HEXAL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.;

HIDROELÉCTRICA DO ZÊZERE, S.A.;

HORQUIM – Representações, Lda.;

IGEMACI, ENGENHARIA, S.A.;

IMODELTA – Sociedade Imobiliária, S.A.;

IMOFLAT – Compra, Venda e Locação de Imóveis, Lda.;

INTERPOSTO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.;

INSTITUTO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO;

J.C. RIBEIRO, S.G.P.S., S.A.;

J.R.C. – Construções e Obras Públicas, S.A.;

JACQUOT PORTUGAL – Imp. / Exp. e Comércio de Produtos Alimentares e Afins, Lda.;

JORMANCOB – Componentes em Chapa para Estruturas Metálicas, Lda.;

JUALTEX – Moda e Acessórios, S.A.;

KLICK – Fechos de Correr, S.A.;

KURT O. JOHN – Componentes para Calçado, Lda.;

A NEXIA em Portugal

Alguns dos clientes **Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A.** **(cont.)**

LISGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A.;

LOGESP – Transportes em Cisternas, S.A.;

LOTUS, S.A.;

LUDITE – Rede de Frutarias, Lda.;

MAD – Madeiras e Derivados, S.A.;

MAEM – SGPS, S.A.;

MANUEL DA COSTA CARVALHO LIMA & FILHOS, LDA.;

MANUEL DE SOUSA LOPES, S.A.;

MASOIO – Representações, S.A.;

MBO BINDER – Máquinas Gráficas, S.A.;

MEDICAL RESEARCH NETWORK, LTD.;

METALINK – Construções Metálicas, S.A.;

METANORFER – Metalização de Ferro, S.A.;

MIGUEL VERÍSSIMO – Imobiliária, S.A.;

MOURA, MOUTINHO & MORAIS, LDA.;

MULTICALOR – Recuperação e Aproveit. de Energias, Lda.;

NORFERSTEEL – Construções e Metalomecânica, S.A.;

NORGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A.;

ONSOCER INTERNATIONAL – Gestão de Carreiras Desportivas, S.A.;

OLIVEIRA & SILVA – Confeccções, Lda.;

OPEXIL – Exportação e Importação, Lda.;

PACHECOS MOBILIÁRIO, LDA.;

PAM – Produção e Distribuição Hortícola do Litoral, Lda.;

PANORAMA D'OURO – Imobiliária, S.A.;

PARCEIAS – Empreendimentos Imobiliários, S.A.;

PASSO HISTÓRICO – Construções, S.A.;

PAULOSAUTO – Peças e Auto Industriais, Lda.;

PEDRO FRANÇA, S.A.;

PER AARSLEFF A/S – Sucursal em Portugal;

PETRATEX – Confeccções, S.A.;

PEÚGAS CARLOS MATA, LDA.;

PLURALCOMP – Compra e Venda de Imóveis, S.A.;

A NEXIA em Portugal

Alguns dos clientes **Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A.** **(cont.)**

PORCEL – Indústria Portuguesa de Porcelanas, S.A.;

PROCOAT – Representação de Produtos para Protecção e Decoração, Lda.;

PRODUSAN – Saúde e Gestão, S.A.;

R & G ROGRANIT GRALPE - Granitos, Lda.;

REDPOINT INTERNACIONAL, S.L.;

REGIÃO DE ÁGUEDA EDITORA, S.A.;

REVIGRÉS – Indústria de Revestimentos de Grés, Lda.;

RIOMETAIS – Comércio de Sucatas, Lda.;

S.P.G.M. – Sociedade de Investimento, S.A.;

SCHMIDT LIGHT METAL – Fundição Injectada, Lda.;

S.D.L. – Sociedade Distribuidora de Lubrificantes, Lda.;

SERREGUIQUINTA – Imobiliária, S.A.;

SILVA & VINHA, S.A.;

SOCIEDADE AGRÍCOLA DA CASA DO CRUZEIRO, S.A.;

SOCIEDADE DE PESCA MIRADOURO, S.A.;

SOPSA – Representações e Comércio, S.A.;

STARWOOD – Comércio Internacional, S.A.;

TIERNO – Investimentos Imobiliários, S.A.;

TINTAS LACCA, S.A.;

TINTAS TITAN, S.A.;

TOTEM – SGPS, S.A.;

TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS REPOLHO & RODRIGUES, S.A.;

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO, E.P.E.;

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE MATOSINHOS, E.P.E.;

UNITED FUSION – Capital e Participações, S.A.;

V.F. – Valdemar & Filhos, SGPS, S.A.;

VEM CÁ – Móveis, Porcelanas e Cristais, S.A.;

VIGUES – Corretores de Seguros, Lda.;

VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães, E.I.M., S.A.;

VINCKE-GEST – S.G.P.S., S.A.;

WÄRTSII Á PORTUGAL, S.A..

This proposal was prepared by Santos Carvalho & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a Portuguese member firm of NEXIA International, and is in all respects subject to negotiation, agreement and formalisation through an engagement letter or a specific contract.

This proposal is strictly confidential and was delivered exclusively for use within Município de Caminha, in order to provide sufficient information to make the decision to hire or not the services of NEXIA. This document may not be disclosed, reviewed or copied, in whole or in part, without our prior written consent. Any dissemination beyond the permitted would prejudice the commercial interests of NEXIA.



MUNICÍPIO DE CAMINHA
DIVISÃO FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten initials]

PARECER	DESPACHO
	<i>De acordo. deputado - se faz deliberar em próxima reunião de Câmara.</i>

PARA: SR. PRESIDENTE

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - "Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A." *26/4/17*

O contrato com a firma "Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A.", referente à prestação de serviços para "Auditoria p/ certificação Legal de Contas", terminou a 31/12/2016.

De acordo com o estabelecido no nº 1 do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, o auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

Nesta conformidade torna-se necessário preparar o processo para o presente exercício económico.

Tendo em conta o serviço prestado pela sociedade de revisores oficiais de contas, Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A, nos últimos três anos, poderá a mesma ser indicada para a certificação legal das contas relativas ao ano 2017.

À consideração superior.

MC, 26 abril 2017

A Chefe da DFA

[Handwritten signature]
Sandra Ferreira



MUNICÍPIO DE CAMINHA
DIVISÃO FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

face ao informado, prepare-se propostas
para próxima reunião de Câmara de modo a
atingirem 13 mil em à junta de Ancora e
12 mil em à junta de Moledo/Cristelo para

[Handwritten signature]

PARECER	DESPACHO
	realização de obras nas respetivas escolas lâncias em administração direta.

Promova-se as alterações dos anteriores memoriais
e os produtos considerados fundamentais

PARA: SR. PRESIDENTE

ASSUNTO: ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA FREGUESA DE ÂNCORA E UNIÃO DE FREGUESIAS DE
MOLEDO E CRISTELO, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE BENEFICIAÇÃO E REPARAÇÃO PARQUE ESCOLAR.

7/24/5/17

Após análise à informação interna DSC-SSAS de 17 de maio, cumpre-me comunicar o seguinte:

- Na elaboração do OM 2017 foi prevista a inscrição de € 13 000,00 para a *requalificação da escola básica de Ancora – projeto 2017/1/37 – investimento a realizar pela autarquia.*

Caso seja a Junta de Freguesia a realizar a intervenção terá que se efetuar modificação orçamental para transferir a verba de € 13 000,00 para a rubrica de *Transferências de Capital – Freguesias.*

O montante solicitado pela junta de freguesia para a realização do investimento é superior ao previsto em sede de orçamento em cerca de € 3 000,00.

- Para a intervenção na Escola EB1 do cruzeiro em Moledo não foi prevista nenhuma intervenção em sede de elaboração do OM 2017.

Consultando, à data de hoje, o saldo disponível para cabimento na rubrica *Transferências de Capital – Freguesias*, verifica-se que existe saldo disponível para promover a atribuição do subsídio no montante de € 12 000,00 conforme solicitado pela união de freguesias moledo e cristelo.

O saldo disponível para cabimento na rubrica de *Transferências de Capital Freguesias*, é suficiente para atribuir os referidos subsídios.

À consideração superior.

MC, 23 maio 2017

A Chefe da DFA

[Handwritten signature]

Sandra Ferreira

MUNICIPIO DE CAMINHA
CONTRIBUINTE N.º 500843139
PRAÇA CALOUSTE GULEBENKIAN
4910-113-CAMINHA

IMPRESSO	PAGINA
2017/05/31	1

PROPOSTA DE CABIMENTO

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
D21531	anamaria	2017/05/31	1439	2017

DESCRIÇÃO DA DESPESA

ATRIBUIÇÃO SUBSIDIO FREG. ANCORÁ E UNIÃO FREG. CRISTELO E MOLEDO/REQ. EB ANCORÁ E INTERVENÇÃO EB1 CRUZEIRO-MOLEDO

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

TIPO DESP: 8104-FREGUESIAS-TRANSF. CAPITAL
ORGÂNICA : 0102 CAMARA MUNICIPAL
ECONÓMICA: 08050102 Freguesias
PLANO :

DOTAÇÃO DISPONÍVEL
36.750,92
A CABIMENTAR
25.000,00
SALDO APÓS CABIMENTO
11.750,92

EXTENSO

VINTE E CINCO MIL EUROS

PROPOSTA CABIMENTADA EM 2017/05/31

SERVIÇO REQUISITANTE

Ana Maria Saraiva

AUTORIZAÇÃO

__ / __ / __

(anamaria)

PROCESSADO POR COMPUTADOR



[Handwritten initials]

PARECER	DESPACHO
<p><i>À Sr. Presidente para apreciar. Vereador 17.5.2014 [Signature]</i></p>	<p><i>A' DFA para informar sobre o assunto ocorrido que pode dar suporte às medidas indicadas pelo parecer do Sr. Vereador Rui Fernandes. 19/5/14</i></p>

De: Sr. Vereador Rui Fernandes

Para: Sr. Presidente Miguel Alves

ASSUNTO: Atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Âncora para execução de obras de reparação e beneficiação da Escola EB, 1 de Âncora e à União de Freguesias de Moledo e Cristelo para a concretização de obras de reparação e beneficiação na Escola EB1 do Cruzeiro, Moledo

Exmo. Senhor Presidente

Considerando as pretensões da Junta de Freguesia de Âncora e da União de Freguesias de Moledo e Cristelo para corrigir os problemas registados ao nível do património edificado da Escola EB, 1 de Âncora e da Escola EB1 do Cruzeiro, em Moledo, os quais põem em causa a segurança e o conforto daqueles que as frequentam e também dos que nelas trabalham.

Considerando que se trata de dois estabelecimentos de ensino com índices de frequência consideráveis e que, de acordo com as previsões, assistirão, nos próximos anos letivos, a um aumento do número de alunos.

Considerando que os referidos estabelecimentos desempenham com qualidade o seu papel primordial ao nível do ensino e aprendizagem das crianças do concelho e, por conseguinte, concorrem para a promoção e a salvaguarda dos direitos e interesses dos mesmos.

Considerando que assumimos o compromisso junto do Presidente da Junta de Freguesia de Âncora e da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB1 de Âncora de executar, durante o presente ano letivo, as obras de reparação e beneficiação necessárias à garantia da segurança e conforto dos alunos, pessoal docente e auxiliar.

Assim, proponho a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Âncora no valor de 15 000€ (quinze mil euros), para apoiar na execução das seguintes obras no edifício da Escola EB1 de Âncora: arranjo do telhado do edifício principal e da sala azul; pintura interior e exterior; reparação de mastros porta bandeiras e de fechaduras de portas.

Proponho também a atribuição de um subsídio à União de Freguesias de Moledo e Cristelo no valor de 12 000€ (doze mil euros), para apoiar na aquisição de equipamentos em falta e na execução das seguintes obras na Escola EB1 do Cruzeiro: rebaixamento do pé-direito do espaço do recreio; construção de um alpendre em chapa pré-pintada; lavagem do telhado; reparação/substituição de rufos e algerozes; reparação e pintura de alguns espaços; colocação de uma campainha exterior; substituição de grelhas de ventilação; reparação e substituição de fechaduras e puxadores de algumas portas; substituição de três quadros de lousa por outros em aglomerado de cor branca; aquisição e colocação de um quadro interativo; aquisição de oito bancos corridos em madeira e respetivas mesas e outras reparações no espaço interior que se apresentam deteriorados.

À consideração,

Caminha, 17 de maio de 2017

O Vereador do Setor de Saúde e Ação Social



(Rui Fernandes)



JUNTA DE FREGUESIA DE ÂNCORA

Data: 12/05/2017

V/Ref.ª:

N/Ref.ª: 058/17

Exmo. Senhor,

Presidente da Câmara Municipal de
Caminha

Praça Calouste Gulbenkian
4910-122 Caminha

*Pare putar ao
procurar que vamos levar
à próxima reunião
de Câmara*

J 25/5/17

Assunto: **Obras de reparações da Escola básica de Âncora**

Exm^o. Sr. Presidente,

A construção da Escola E.B.1 de Âncora remonta às políticas de educação do Estado Novo, representa para esta freguesia um importante elo de ligação com a comunidade local, gerando dinâmicas de carácter socioeconómico, mas sobretudo, assume-se como um estabelecimento de instrução que se pauta por índices de elevada procura dadas as condições que oferece aos seus alunos, tais como:

- a segurança, a relação de proximidade que é dispensada aos alunos, quer no plano didático, quer no acompanhamento auxiliar, resultante do esforço autárquico que se desenvolve desde há décadas, as excelentes condições geográficas a que se encontra exposta, o que por si só representa uma mais-valia e é razão suficiente para explicar os constantes apelos dos Encarregados de Educação, Quadro Docente e Auxiliar, complementado pela APEEBA (Associação de Pais e Encarregados de Educação E. B.1 de Âncora), que reivindicam permanentemente obras relativas a pinturas gerais, reparações do telhado e coberturas anexas ao edifício mãe, onde são frequentes as infiltrações de águas da chuva que para além de concorrerem para a degradação do edifício, tem causado distúrbios na instalação elétrica provocando constantes curto-circuitos, aliás como já foi devidamente reportado a V. Ex^a através de relatório técnico.

A Escola de Âncora mantém um número de alunos que ronda ano após ano **40 alunos**, é previsível que esse número possa crescer face ao aumento da procura das condições que naturalmente não existem em outros estabelecimentos de ensino.

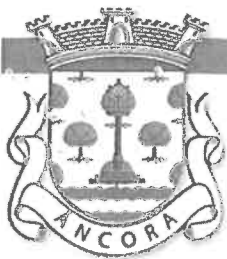
A Junta de Freguesia adquiriu o terreno circundante na perspetiva de vir a implementar novas valências para apoio da escola como possibilidade de recurso para atividades curriculares e extras curriculares.

Face às necessidades e urgência de proceder a reparações no edifício da Escola E.B.1 desta freguesia, face às inúmeras reivindicações registadas solicita-se a essa digníssima edilidade que proceda à transferência das verbas presentes no orçamento do município do corrente ano, de acordo com o teor do N/ **ofício 035/17**.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Junta de Freguesia

(António Manuel Alves Moreira Brás)



JUNTA DE FREGUESIA DE ÂNCORA

Data: 17/03/2017

V/Ref.º:

N/Ref.º: 035/17

Exmo. Senhor,

Presidente da Câmara Municipal de
Caminha

Praça Calouste Gulbenkian

4910-122 Caminha

Assunto: **Requalificação da Escola básica de Âncora**

Exmº Sr Presidente,

De acordo com a necessidade premente de proceder às reparações descritas no mapa que a este se junta, que visam reduzir os impactos negativos de degradação do edifício e simultaneamente melhorar as condições dos alunos, quadros docente e auxiliar, solicita-se a V. Exª se digne proceder com caráter de urgência à transferência da verba de 13 000.00€ prevista no Orçamento Municipal e descrita no Plano Plurianual de Investimento, como “**Requalificação da Escola básica de Âncora**”, sob o Código de Classificação Económica 02/07030205, para que possa ser cumprido o prazo estipulado para a execução das obras.

Com os melhores cumprimentos,

Este documento despoletou o reflexo sobre a situação da EB de Ancora. Junta ao prazo que levou à elaboração de proposta para a próxima reunião de Câmara

25/5/17

O Presidente da Junta de Freguesia

(António Manuel Alves Moreira Brás)





Requalificação da Escola Primária

		DESIGNAÇÃO			Quant	Unid	Preço Unitário	Total
CAP. 1 - Trabalhos Preparativos								
1.1	Montagem e desmontagem do estaleiro, movimento dos equipamentos necessários incluindo toda a limpeza da área circundante	1,00	vg	125,00 €		125,00 €		
1.2	Placar e sinalização nas medidas regulamentares, com as características da obra e entidades interveniente, a instalar em local bem visível a designar	1,00	un	50,00 €		50,00 €		
		Total capítulo					175,00 €	
CAP. 2 - Tratamento e Repinturas interiores								
2.1	Regularização das paredes e tetos danificadas, aplicação de massas de reparação, tratamento em primário com fornecimento dos materiais adequados à boa aderência dos produtos de acabamento, sujeitos à aprovação da fiscalização da obra.	1,00	vg	1.165,21 €		1.165,21 €		
2.2	Aplicação de 2 demãos de tinta plástica da Robbialac ou equivalente de acordo com as normas de boa prática, com fornecimento dos materiais adequados à boa aderência dos produtos de acabamento, sujeitos à aprovação da fiscalização da obra.	1,00	vg	2.154,36 €		2.154,36 €		
2.3	Tratamento e repintura em todas as portas interiores de madeira com verniz acetinado de acordo com as normas de boa prática, com fornecimento dos materiais adequados à boa aderência dos produtos de acabamento, sujeitos à aprovação da fiscalização da obra.	1,00	vg	589,00 €		589,00 €		
		Total capítulo					3.908,57 €	
CAP.3 Tratamento e repinturas exteriores								
3.1	Limpeza a jacto de água dos granitos e paredes de tinta desgastada.	1,00	vg	785,00 €		785,00 €		

(Handwritten signature and initials in blue ink)

3.2	Reparação com argamassas de cimento e tinta de areia nas fissuras existentes ou que venham revelar-se na sequência das limpezas.	1,00	vg	275,00 €	275,00 €
3.3	Aplicação de 1 demão de primário da Robbialac ou equivalente adequado a receber a pintura de acabamento, com fornecimento dos materiais adequados à boa aderência dos produtos de acabamento, sujeitos à aprovação da fiscalização da obra.	1,00	vg	1.258,00 €	1.258,00 €
3.4	Traçar a branco após lavagem todos os contornos das fachadas graníticas de acordo com as normas de boa prática.	1,00	vg	435,00 €	435,00 €
	Total capítulo			2.753,00 €	2.753,00 €
CAP.4 Impermeabilizações e reparação de infiltrações de água					
4.1	Levantamento, substituição e reposição de telhas nas zonas das salas de aula e alpendres, substituição de elementos estruturantes do telhado que se encontrem danificados.	1,00	vg	3.022,00 €	3.022,00 €
4.2	Acondicionamento substituição e reposição de placas de cobertura da Sala Azul aplicação de material impermeabilizante que possua as características deslizantes convenientes à boa evacuação de águas alojadas devido à baixa inclinação do telhado, com fornecimento dos materiais adequados à boa aderência dos produtos de acabamento, sujeitos à aprovação da fiscalização da obra.	1,00	vg	1.205,00 €	1.205,00 €
4.3	Limpeza das superfícies para a boa aderência na aplicação de matérias impermeabilizantes na lage de cobertura dos sanitários	1,00	vg	898,36 €	898,36 €
	Total capítulo			5.125,36 €	5.125,36 €
Cap.5 Reparações eléctricas					
5.1	Substituição de lâmpadas, candeeiros e outros elementos danificados pelas infiltrações de água, revisão e reposição de zonas de instalação elétrica em curto circuito e entretanto desativadas	1,00	vg	365,00 €	365,00 €
	Total capítulo			365,00 €	365,00 €
TOTAL				12.326,93 €	12.326,93 €

Acresce Iva à taxa legal em vigor



Grandes Opções do Plano e Orçamento 2017

Handwritten signatures and initials in blue ink.

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. /ACAO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO		RESPOSTA/SABEL	DATAS	REALIZADO	RESPOSTAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)				TOTAL PREVISÃO	
					AC	AA				DEFERIDO	460 DEFERIDO	ANOS SEQUENTES			OUTROS
												2018	2019		
1.1.1.1.1.1.1.	02/070205	003	2013/4	100.0	00FA	2013/06/01	2017/05/31/4	472.823,07 466.334,38	38.639,92 38.639,92	1.205.500,00 620.000,00	365.000,00 300.000,00	939.000,00 280.000,00	281.000,00 90.000,00	2.087.262,96 1.174.974,30	
1.1.1.1.1.1.1.	02/070205	002	2015	100.0	00FA	2015/06/01	2017/05/31/4	466.334,38 56.071,25	38.639,92 3.431,15	620.000,00 11.000,00	300.000,00 11.000,00	280.000,00	90.000,00	1.174.974,30 77.171,11	
1.1.1.1.1.1.1.	02/070207	0021	2015/2	15.0	85.0	00USP	2015/01/01	2016/12/31/4	162.509,44	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	315.387,21	
1.1.1.1.1.1.1.	02/070208	0022	2015/3	15.0	85.0	00USP	2015/01/01	2016/12/31/4	221.748,38	120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	371.076,17	
1.1.1.1.1.1.1.	02/070202	003	2015/4	100.0	00FA	2015/03/01	2017/12/31/4	34.705,46	28.121,79	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	44.705,46	
1.1.1.1.1.1.1.	02/070202	001	2016/1	100.0	00FA	2016/01/01	2016/12/31/2	6.077,44	6.077,44	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	55.077,44	
1.1.1.1.1.1.1.	02/070201	002	2016/2	100.0	00USP	2016/01/01	2016/12/31/0	4.562,41	4.562,41	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	44.562,41	
1.1.1.1.1.1.1.	02/070205	005	2016/5	100.0	00FA	2016/01/01	2016/12/31/0	280.000,00	280.000,00	280.000,00	280.000,00	280.000,00	280.000,00	280.000,00	
1.1.1.1.1.1.1.	02/070211	001	2017/1	100.0	00FA	2017/01/01	2017/12/31/0	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	
1.1.1.1.1.1.1.	02/070205	002	2017/2	100.0	00FA	2017/01/01	2017/12/31/0	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	
1.2.1.1.1.1.1.	02/070206	006	2016/6	100.0	00GT	2016/01/01	2016/12/31/0	6.218,67	6.218,67	675.500,00	26.500,00	649.000,00	231.000,00	912.218,67	
1.2.1.1.1.1.1.	02/070209	007	2016/7	100.0	00GT	2016/01/01	2017/12/31/0	6.188,69	6.188,69	675.500,00	26.500,00	649.000,00	231.000,00	912.218,69	
1.2.1.1.1.1.1.	02/070210	008	2016/8	100.0	00GT	2016/01/01	2017/12/31/0	6.188,69	6.188,69	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	
1.2.1.1.1.1.1.	02/070215	009	2016/9	100.0	00GT	2016/01/01	2016/12/31/0	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	
1.2.1.1.1.1.1.	02/070215	012	2016/14	100.0	00GT	2016/01/01	2016/05/08	105.000,00	105.000,00	5.000,00	5.000,00	109.000,00	23.000,00	340.000,00	
1.2.1.1.1.1.1.	02/070208	003	2017/3	15.0	85.0	00GT	2017/01/01	2017/12/31/0	540.000,00	540.000,00	540.000,00	540.000,00	540.000,00	1.540.000,00	
1.2.1.1.1.1.1.	02/070211	004	2017/4	100.0	00PROT	2017/01/01	2017/12/31/0	1.510,00	1.510,00	1.510,00	1.510,00	1.510,00	1.510,00	1.510,00	
2.1.1.1.1.1.1.	02/070205	000	2016/10	100.0	00DESC	2016/01/01	2016/12/31/3	900.027,02	61.772,86	3.933.640,00	1.203.490,00	2.730.150,00	1.829.234,00	1.000.000,00	
2.1.1.1.1.1.1.	02/070205	003	2016/13	100.0	00DESC	2016/01/01	2017/12/31/0	900.027,02	61.772,86	300.700,00	300.700,00	300.700,00	1.780.000,00	1.000.000,00	
2.1.1.1.1.1.1.	02/070207	008	2017/5	100.0	00SEOR	2017/01/01	2017/12/31/0	900.027,02	61.772,86	300.700,00	300.700,00	300.700,00	1.780.000,00	1.000.000,00	
2.1.1.1.1.1.1.	02/070208	009	2017/6	100.0	00SEOR	2017/01/01	2017/12/31/0	900.027,02	61.772,86	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	20.508,27	
2.1.1.1.1.1.1.	02/070208	010	2017/7	15.0	85.0	00OMAS	2017/01/01	2017/07/31/1	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	
2.1.1.1.1.1.1.	02/070205	011	2017/8	100.0	00PROT	2017/01/01	2017/12/31/0	237.780,00	237.780,00	237.780,00	237.780,00	237.780,00	1.200.000,00	1.000.000,00	
2.1.1.1.1.1.1.	02/070205	012	2017/9	100.0	00PROT	2017/01/01	2017/12/31/0	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	
2.1.1.1.1.1.1.	02/070205	012	2017/9	100.0	00PROT	2017/01/01	2017/12/31/0	13.000,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00	
								473.129,34	38.639,92	1.579.700,00	650.205,00	929.000,00	2.011.000,00	1.000.000,00	5.101.569,26

Handwritten mark resembling a stylized 'A' or similar symbol.



Fazer os informes, preparar as propostas
para próxima reunião de Câmara de modo a
atingirem 13 mil em à junta de Ânora e
12 mil em à junta de Moledo/Cristelo para

J
A
E

PARECER	DESPACHO
	realização de obras nas respetivas escolas básicas em administração direta.

Promove-se as atividades organizativas necessárias
e os produtos comerciais fundamentais

PARA: SR. PRESIDENTE

ASSUNTO: ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA FREGUESA DE ÂNCORA E UNIÃO DE FREGUESIAS DE
MOLEDO E CRISTELO, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE BENEFICIAÇÃO E REPARAÇÃO PARQUE ESCOLAR.

7/24/5/11

Após análise à informação interna DSC-SSAS de 17 de maio, cumpre-me comunicar o seguinte:

- Na elaboração do OM 2017 foi prevista a inscrição de € 13 000,00 para a **requalificação da escola básica de Ânora – projeto 2017/1/37 – investimento a realizar pela autarquia.**

Caso seja a Junta de Freguesia a realizar a intervenção terá que se efetuar modificação orçamental para transferir a verba de € 13 000,00 para a rubrica de *Transferências de Capital – Freguesias*.

O montante solicitado pela junta de freguesia para a realização do investimento é superior ao previsto em sede de orçamento em cerca de € 3 000,00.

- Para a intervenção na Escola EB1 do cruzeiro em Moledo não foi prevista nenhuma intervenção em sede de elaboração do OM 2017.

Consultando, à data de hoje, o saldo disponível para cabimento na rubrica *Transferências de Capital – Freguesias*, verifica-se que existe saldo disponível para promover a atribuição do subsídio no montante de € 12 000,00 conforme solicitado pela união de freguesias moledo e cristelo.

O saldo disponível para cabimento na rubrica de *Transferências de Capital Freguesias*, é suficiente para atribuir os referidos subsídios.

À consideração superior.

MC, 23 maio 2017

A Chefe da DFA

Sandra Ferreira

Sandra Ferreira

MUNICIPIO DE CAMINHA
CONTRIBUINTE N.º 500843139
PRAÇA CALOUSTE GULBENKIAN
4910-113-CAMINHA

IMPRESSO	PAGINA
2017/05/31	1

PROPOSTA DE CABIMENTO

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
D21531	anamaria	2017/05/31	1439	2017

DESCRIÇÃO DA DESPESA

ATRIBUIÇÃO SUBSIDIO FREG.ANCORA E UNIÃO FREG. CRISTELO E MOLEDO/REQ.EB ANCOR E INTERVENÇÃO EB1 CRUZEIRO-MOLEDO

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

TIPO DESP: 8104-FREGUESIAS-TRANSF.CAPITAL
ORGÂNICA : 0102 CAMARA MUNICIPAL
ECONÓMICA: 00050102 Freguesias
PLANO :

DOTAÇÃO DISPONÍVEL
30.750,92
A CABIMENTAR
25.000,00
SALDO APÓS CABIMENTO
11.750,92

EXTENSO

VINTE E CINCO MIL EUROS

PROPOSTA CABIMENTADA EM 2017/05/31

SERVIÇO REQUISITANTE

Ana Maria Saraiva

AUTORIZAÇÃO

__ / __ / __

(anamaria)

PROCESSADO POR COMPUTADOR



PARECER	DESPACHO
<p>À Sr. Presidente para apreciação.</p> <p>Vereador</p> <p>17.5.2014</p>	<p>A DFE para informar sobre o assunto ora em tela que possa dar resposta às necessidades evidenciadas pelo vereador do Sr. Vereador Rui Fernandes.</p> <p>19/5/14</p>

De: Sr. Vereador Rui Fernandes

Para: Sr. Presidente Miguel Alves

ASSUNTO: Atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Âncora para execução de obras de reparação e beneficiação da Escola EB, 1 de Âncora e à União de Freguesias de Moledo e Cristelo para a concretização de obras de reparação e beneficiação na Escola EB1 do Cruzeiro, Moledo

Exmo. Senhor Presidente

Considerando as pretensões da Junta de Freguesia de Âncora e da União de Freguesias de Moledo e Cristelo para corrigir os problemas registados ao nível do património edificado da Escola EB, 1 de Âncora e da Escola EB1 do Cruzeiro, em Moledo, os quais põem em causa a segurança e o conforto daqueles que as frequentam e também dos que nelas trabalham.

Considerando que se trata de dois estabelecimentos de ensino com índices de frequência consideráveis e que, de acordo com as previsões, assistirão, nos próximos anos letivos, a um aumento do número de alunos.

Considerando que os referidos estabelecimentos desempenham com qualidade o seu papel primordial ao nível do ensino e aprendizagem das crianças do concelho e, por conseguinte, concorrem para a promoção e a salvaguarda dos direitos e interesses dos mesmos.

Considerando que assumimos o compromisso junto do Presidente da Junta de Freguesia de Âncora e da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB1 de Âncora de executar, durante o presente ano letivo, as obras de reparação e beneficiação necessárias à garantia da segurança e conforto dos alunos, pessoal docente e auxiliar.

Assim, proponho a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Âncora no valor de 15 000€ (quinze mil euros), para apoiar na execução das seguintes obras no edifício da Escola EB1 de Âncora: arranjo do telhado do edifício principal e da sala azul; pintura interior e exterior; reparação de mastros porta bandeiras e de fechaduras de portas.

Proponho também a atribuição de um subsídio à União de Freguesias de Moledo e Cristelo no valor de 12 000€ (doze mil euros), para apoiar na aquisição de equipamentos em falta e na execução das seguintes obras na Escola EB1 do Cruzeiro: rebaixamento do pé-direito do espaço do recreio; construção de um alpendre em chapa pré-pintada; lavagem do telhado; reparação/substituição de rufos e algerozes; reparação e pintura de alguns espaços; colocação de uma campainha exterior; substituição de grelhas de ventilação; reparação e substituição de fechaduras e puxadores de algumas portas; substituição de três quadros de lousa por outros em aglomerado de cor branca; aquisição e colocação de um quadro interativo; aquisição de oito bancos corridos em madeira e respetivas mesas e outras reparações no espaço interior que se apresentam deteriorados.

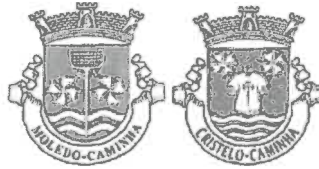
À consideração,

Caminha, 17 de maio de 2017

O Vereador do Setor de Saúde e Ação Social



(Rui Fernandes)



FREGUESIA DE MOLEDO E CRISTELO

Contribuinte N.º 510 838 022

CAE 84113

Exmo. Senhor

Município de Caminha

A/C Senhor Vereador RUI FERNANDES

Largo Calouste Gulbenkian

4910-113 Caminha

*Este documento despoletou a
reflexão sobre a situação da
EB1 do Cruzeiro em Moledo
jantar ao procurer que
concluiu a proposta que
me lidei a próxima
reunião de Câmara*

F. Costa

Sua Referência

Sua Comunicação de

Nossa Referência

Data

023/GV

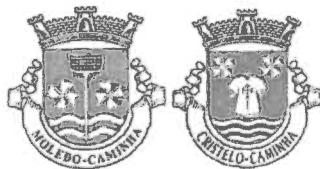
03/03/2017

Assunto: "ESCOLA EB1 DO CRUZEIRO – MOLEDO – PEDIDO DE SUBSIDIO"

Como é do conhecimento de Va. Exa., há muito tempo que a Escola EB1 do Cruzeiro em Moledo, quer via professores, quer através de Junta de Freguesia, tem vindo a solicitar a realização de inúmeras obras e ou fornecimento de equipamentos necessários ao bom funcionamento deste estabelecimento de ensino.

As obras a realizar e fornecimentos de equipamentos, dizem respeito à minimização do barulho ensurdecador causado pelo substancial pé-direito do espaço de recreio, rebaixando-o, construção de um alpendre em chapa pré pintada, que permita brincar no exterior (lado norte do recreio), lavagem do telhado em toda a sua superfície, reparação/substituição de rufos e algerozes, reparação e pintura de algumas zonas danificadas, colocação de campainha exterior, substituição de grelhas de ventilação, reparação e substituição de fechaduras e puxadores em algumas portas, substituição de três quadros pretos (lousa) por outros em aglomerado de cor branca, aquisição e colocação de quadro interactivo, aquisição de oito bancos corridos, em madeira e respectivas mesas, para permitir que os alunos tomem o lanche sentados, bem como outros arranjos

[Handwritten signature]



FREGUESIA DE MOLEDO E CRISTELO

Contribuinte N.º 510 838 022

CAE 84113

interiores que carecem de reparação tendo em conta o seu estado de deterioração.

Contudo, para que se possa fazer face quer aos trabalhos mencionados, quer no que se refere à aquisição dos equipamentos em falta, esta Junta de Freguesia necessita, no mínimo, e de acordo com os orçamentos apresentados, o montante de 12.000,00€, verba que não dispõem, conforme já tivemos oportunidade de o informar.

Assim, somos a solicitar os bons ofícios de Va. Exa., no sentido de que nos seja atribuído um subsídio no montante acima referido, para podermos dar sequência a estas lacunas, melhorando, estamos certos, as condições para os alunos, as condições para quem lecciona e as condições para as auxiliares que fazem o acompanhamento das nossas crianças.

Não posso deixar de salientar que a Escola EB1 do Cruzeiro em Moledo, tem vindo ao longo deste últimos anos a aumentar o número de alunos, situação que poderá levar a que tenhamos de proporcionar no próximo ano a abertura de mais uma sala de aulas.

Certos de que Va. Exa. tudo fará para que seja esta junta contemplada com a atribuição do subsídio em apreço, sou a apresentar os meus respeitosos cumprimentos.

O Presidente da Freguesia,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Joaquim Guardão', is written over a horizontal line.

(Joaquim Guardão)





DIVISÃO DE URBANISMO, PLANEAMENTO, OBRAS PÚBLICAS E EDIFÍCIOS

Handwritten initials in blue ink.

DESPACHO

Concordo com a proposta.
A consideração do Sr. Presidente para
agendá-la para reunião de Câmara
de 31/5/15
deputa-se proposta para
reunião de Câmara e posterior submissão à
Assembleia Municipal 31/5/15

P A R E C E R

Para: Vereador do Pelouro Dr. Guilherme Lagido

Assunto: Medida Excecional de Ocupação do Espaço Público com a Instalação de Esplanadas na Avenida Ramos Pereira em Vila Praia de Âncora

Por reunião ordinária da câmara municipal de caminha realizada no dia 4/02/2015, e assembleia municipal de 20/02/2015, foi aprovada a *Medida Excecional para Instalação de Esplanadas na Avenida Ramos Pereira em Vila Praia de Âncora*.

Esta medida, mediante licenciamento prévio, permitia a ampliação das esplanadas utilizando para tal o(s) lugar(es) de estacionamento público na frente dos estabelecimentos segundo o levantamento anexo à proposta.

A aplicação desta medida cingiu-se ao ano de 2015 no período compreendido entre 01/06/2015 e 30/09/2015.

Sucede, porém, que ao longo deste ano tem surgidos vários pedidos dos exploradores dos estabelecimentos situados na Avenida Ramos Pereira no sentido de se continuar a permitir a ampliação das esplanadas com recurso à ocupação dos lugares de estacionamento fixados naquela medida.

Em razão do mesmo fundamento que levou à aprovação daquela medida excecional – *reconhecida importância e localização estratégica dos estabelecimentos comerciais ali localizados* – propõe-se a aprovação de medida idêntica para vigorar no presente ano e anos vindouros em todo o período do ano.

Assim, com vista a regular não só esta medida excecional, mas também a ocupação da via pública com colocação de esplanadas na Avenida Ramos Pereira (entre o largo Pedro Bugalho e o extremo norte da Rua Laureano de Brito), propõe-se a fixação dos seguintes critérios:

- (1) Seja autorizada, mediante licenciamento prévio a conceder pela câmara municipal, a instalação e/ou ampliação de esplanadas utilizando-se para tal o(s) lugar(es) de estacionamento público identificado no Anexo I;



DIVISÃO DE URBANISMO, PLANEAMENTO, OBRAS PÚBLICAS E EDIFÍCIOS

- (2) A ocupação do espaço público com a colocação de esplanadas deverá, em todo o caso, garantir um corredor longitudinal reto, com largura mínima de 1.20m livres de quaisquer obstáculos. Esse corredor deverá situar-se imediatamente junto à fachada do estabelecimento;
- (3) A ocupação transversal não pode exceder a largura da fachada do respetivo estabelecimento. Excecionalmente e desde que devidamente suportada com cópia da assembleia de condóminos dos prédios confinantes, com a aprovação da totalidade dos condóminos, pode a ocupação estender-se para ambos os lados mais metade da largura da fachada do prédio contíguo.
- (4) Em caso algum será admissível a ocupação de maior número de lugares de estacionamento que aqueles que constam no mapa anexo ou a colocação de esplanadas no lado poente;
- (5) A ocupação das anteriores áreas destinadas a estacionamento far-se-á com recurso a uma plataforma ou estrado pousado, nivelados à cota do passeio existente, em material resistente, mas que, em caso algum, tenha caráter de incorporação no solo. Os materiais e cores a utilizar deverão obter consentimento dos serviços;
- (6) A proteção dos utilizadores contra eventuais quedas para a via pública deverá ser cuidadosamente salvaguardada, devendo recorrer-se a soluções transparentes e que, preferencialmente, possam também comportar-se como corta-vento. Não devendo possuir altura superior a 1,50m;
- (7) Estabelecimentos abrangidos:

Designação comercial do estabelecimento	Tipo de estabelecimento	Lugares de estacionamento a suprimir
Atlântico	Restaurante e Bebidas	a)
Portinho	Restaurante e Bebidas	a)
Adega Regional	Bebidas	2
Praia-Mar	Bebidas	1
Rias-Baixas	Restaurante e Bebidas	2
Verdes lírios	Restaurante e Bebidas	1
Oceano	Bebidas	b)
K'In (atualmente encerrado)	Bebidas	2
Vitória-Mar	Restaurante e Bebidas	1
Fortaleza	Restaurante e Bebidas	2
Portobello	Restaurante e Bebidas	2
Total =		13

- a) Lugares atualmente disponíveis e a partilhar entre os restaurantes "Atlântico" e "Portinho";
- b) Não abrangido pela presente proposta por não existirem lugares de estacionamento na frente do estabelecimento.

Segue em anexo (Anexo I) planta gráfica com a indicação/localização dos estabelecimentos e lugares de estacionamento a suprimir.

Em face do apresentado remete-se a aprovação da presente proposta, que deverá ser submetida a apreciação dos órgãos competentes (câmara municipal e assembleia municipal, por estar em causa a regulação de aspetos relacionados com o trânsito).



[Handwritten initials]

DIVISÃO DE URBANISMO, PLANEAMENTO, OBRAS PÚBLICAS E EDIFÍCIOS

À consideração superior.

Caminha, 24 de maio de 2017,
O Chefe de Divisão da DUPOE,

[Handwritten signature]
Miguel Penteado Costa, Eng. Civil



MUNICÍPIO DE CAMINHA

INFORMAÇÃO INTERNA	
N.º063/17/SMPC - Comandante Operacional Municipal	
PARECER	DESPACHO
	<p>Agendar para reuniões de Câmara para decisões. 1/6/17 deputa-se para reuniões de Câmara</p> <p>F. 11/6/17</p>

De: SMPC / Comandante Operacional Municipal

Para: Sr. Vereador Guilherme Lagido Domingos

ASSUNTO: Implementação de Sinalização – U.F. de Caminha e Vilarelho

O Sr. Presidente da junta da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho em reunião tida nesta Câmara Municipal vem solicitar a implementação de sinalética e alterações à postura de trânsito e estacionamento em diversos locais da freguesia.

Assim, após análise e visita aos locais indicados pela junta de freguesia, propomos a implementação das seguintes posturas de trânsito e estacionamento e respectiva sinalética:

Rua da Retorta:

- **Sinal C15 (Estacionamento Proibido)**, no sentido poente-nascente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com o Largo Dr. Bento Coelho da Rocha;
- **Sinal C21 (Fim de Paragem ou Estacionamento Proibido)**, no sentido poente-nascente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, vinte metros para além do fim da passadeira existente;
- **Linha Amarela Descontínua (12cm)**, no sentido poente-nascente, pintada no pavimento do lado direito do sentido de trânsito, entre a sinalética de proibição de estacionamento proibido e fim de proibição de estacionamento acima indicados;

Travessa A. dos Santos Gavinho:

- **Sinal C15 (Estacionamento Proibido) + Placa Adicional modelo 10b “Excepto Cargas e Descargas”**, no sentido nascente-poente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua Visconde Sousa Rego;
- **Sinal C15 (Estacionamento Proibido)**, no sentido nascente-poente, colocado no lado esquerdo do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua Visconde Sousa Rego;
- **Sinal C1 (Sentido Proibido)**, no sentido poente-nascente, colocado no lado direito, junto ao entroncamento com o Largo da Feira;

Rua Dr. Frederico Augusto Lourenço:

- **Sinal C15 (Estacionamento Proibido)**, no sentido norte-sul, colocado no lado direito do sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao último lugar de estacionamento na baía de estacionamento existente e antes do gaveto à direita formado pelos edifícios, no limite sul do edifício com o nº10;
- **Sinal C15 (Estacionamento Proibido)**, no sentido norte-sul, colocado no lado esquerdo do sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao último lugar de estacionamento na baía de estacionamento existente, paralelo ao sinal anteriormente referido, no limite norte do edifício com nº01;
- **Sinal C21 (Fim de Paragem ou Estacionamento Proibido)**, no sentido norte-sul, colocado no lado direito do sentido de trânsito, imediatamente antes do primeiro lugar de estacionamento na baía de estacionamento existente, no limite norte do edifício nº18;
- **Linha Amarela Descontínua (12cm)**, pintada no pavimento em ambos os lados do sentido de trânsito, entre a sinalética de proibição de estacionamento proibido e fim de proibição de estacionamento acima indicados;

Rua Visconde de Sousa Rego:

- Anular a postura de trânsito existente e implementar a que a seguir se indica, bem como a sinalética correspondente:
- **Sinal A25 (Trânsito nos dois Sentidos)**, no sentido sul-norte, colocado no lado direito do sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao entroncamento com a rua de Santo António;
- **Sinal C1 (Sentido Proibido) + Sinal D1a (Sentido Obrigatório à Direita)**, no sentido sul-norte, colocado no lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a Travessa do Repuxo;
- **Sinal C2 (Trânsito Proibido) + Placa Adicional modelo 10b “Excepto Moradores, Cargas e Descargas, entre as 15:00h e as 19:00h”**, no sentido norte-sul, colocado no lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a Rua Cmdt. Lino Felgueiras da Silva;

Travessa do Repuxo:

- **Sinal A25 (Trânsito nos dois Sentidos)**, no sentido norte-sul, colocado no lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a Calçada da Escola;
- **Sinal H1a (Estacionamento Autorizado)**, no sentido poente-nascente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua Visconde Sousa Rego;
- **Sinal C15 (Estacionamento Proibido) + Placa Adicional modelo 10b “Excepto Cargas e Descargas - 2 lugares”**, no sentido nascente-poente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, em frente ao nº7, (ficando os estacionamento condicionado entre o nº7 e a rua Visconde Sousa Rego);

Arruamento sem Topónimo entre o Largo da Feira e a rua Visconde Sousa Rego (chamada de “Quelha de Tomás”):

- **Eliminação da sinalética existente junto ao entroncamento com a rua Visconde Sousa Rego, sentido poente-nascente: Sinal D2b (Sentido Obrigatório à direita ou em frente);**

Rua de São João:

- **Sinal C15 (Estacionamento Proibido) + Placa Adicional modelo 10b “Excepto Cargas e Descargas dias úteis das 08:00h às 20:00h”,** no sentido norte-sul, colocado no lado esquerdo do sentido de trânsito, em frente ao nº12 “Casa Crespo”;

Praça Conselheiro Siva Torres:

- **Sinal H1a (Estacionamento Autorizado) + Placa Adicional modelo 11f (motociclos),** no sentido norte-sul, colocado no lado direito do sentido de trânsito, no início do lugar de estacionamento existente imediatamente antes da Praça de Táxis;

Largo da Feira:

- **Implementação de Passagem Para Peões (passadeira) + Sinal A7 (Passagem para peões),** colocado em ambos os sentidos de trânsito, imediatamente antes da barra de paragem da referida passadeira a implementar no alinhamento da passagem pelo interior do prédio para a rua Visconde Sousa Rego;
- **Implementação de Passagem Para Peões (passadeira) + Sinal A7 (Passagem para peões),** colocado em ambos os sentidos de trânsito, imediatamente antes da barra de paragem da referida passadeira a implementar junto à Travessa A. dos Santos Gavina;

Rua da Corredoura:

- **Barra de Cedência de Prioridade (30cm) + Triângulo pintado no pavimento** junto entroncamento com a Avenida Saraiva de Carvalho;

Rua do Escuro:

- **Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos),** no sentido nascente-poente, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua Nossa Senhora da Graça;
- **Barra de Paragem (30cm) + STOP pintado no pavimento** junto ao sinal anteriormente indicado;
- **Execução de Separador central, ao eixo das faixas de rodagem,** junto ao entroncamento com a rua Nossa Senhora da Graça
- **Sinal D1a (Sentido Obrigatório à Direita),** no sentido poente-nascente, colocado no centro do separador central, junto ao entroncamento para indicação de quem segue na Rua Nossa Senhora da Graça e pretende virar para a rua do Escuro;

Rua do Condado:

- **Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos),** no sentido norte-sul, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua do Escuro;

Rua Dona Urraca:

- **Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos),** no sentido norte-sul, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua do Escuro;

Arruamento sem topónimo (circundante ao denominado "Loteamento da Urruca"):

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), no sentido sul-norte, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua do Escuro;

Arruamento sem topónimo entre a Rua do Pombal e Av. Dr. Dantas Carneiro (EN13):

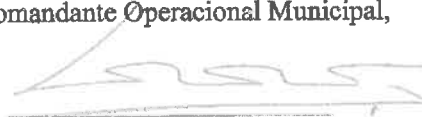
- Implementação de Passagem Para Peões (passadeira) + Sinal A7 (Passagem para peões), colocado em ambos os sentidos de trânsito, imediatamente antes da barra de paragem da referida passadeira a implementar sensivelmente a meio do arruamento, entre o edifício "Espelho de Água" e o canteiro existente e a remodelar;

Largo da Estação:

- Sinal H1a (Estacionamento Autorizado) + Placa Adicional modelo 11d (deficientes), colocado a meio no primeiro lugar de estacionamento a contar do lado direito para quem está de frente para a Estação de Caminhos de Ferro;
- Sinal H1a (Estacionamento Autorizado) + Placa Adicional modelo 10a (Táxis), colocado a meio do segundo lugar de estacionamento a contar do lado direito para quem está de frente para a Estação de Caminhos de Ferro;
- Sinal C15 (Estacionamento Proibido) + Placa Adicional modelo 10b "Excepto Cargas e Descargas", colocado a meio dos restantes lugares de estacionamento existentes em frente à Estação de Caminhos de Ferro;
- Linha Amarela Descontínua (12cm), pintada no pavimento junto ao passeio nos lugares indicados anteriormente com estacionamento proibido condicionado;
- Sinal C16 (Paragem e Estacionamento Proibidos), colocado em cada um dos segmentos rectos do canteiro existente no largo da Estação, um voltado para a Av. Saraiva de Carvalho e outro voltado para a Estação;
- Linha Amarela Descontínua (12cm), pintada no pavimento junto ao lancil do canteiro existente no Largo da Estação, em complemento à sinalética de paragem e estacionamento proibidos anteriormente indicada;
- Sinal D1c (Sentido Obrigatório em Frente), colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto à saída do denominado Parque de Estacionamento da Estação;
- Sinal C1 (Sentido Proibido), colocado no centro do arco de cada um dos semi-círculos do canteiro existente no largo da Estação, um voltado para a Av. Saraiva de Carvalho e outro voltado para a Estação;

Propomos ainda que se remeta a presente proposta de implementação de sinalética de trânsito para aprovação em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal. Quanto às propostas referentes à sinalética de estacionamento devem ser remetidas ao Sr. Presidente para despacho, dado ser uma competência nele delegada.

Caminha, 31 de maio de 2017
O Comandante Operacional Municipal,



Luís Saraiva



Exmo. Senhor

Vereador da Câmara Municipal de Caminha

Dr. Guilherme Lagido

V/REFº

DATA

N/Refº

Data

20/2017

25/05/2017

Assunto: Alterações à postura de trânsito, estacionamento e sinalética na União de Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho

Na sequência do estudo que apresentámos a V.Exª, no dia 18/05/2017, referente ao trânsito, estacionamento e sinalética da nossa freguesia, vimos, por este meio, reiterar a pertinência das alterações pretendidas, pelo que solicitamos para que sejam criadas as condições necessárias para a sua implementação nas seguintes artérias:

- Rua da Retorta;
- Travessa A. dos Santos Gavinho;
- Rua Dr. Frederico Augusto Lourenço;
- Rua Visconde de Sousa Rego;
- Travessa do Repuxo;
- Rua de São João;
- Largo da Feira;
- Rua da Corredoura;
- Rua do Escuro;



FREGUESIA DE CAMINHA (MATRIZ) E VILARELHO

NIPC N.º 610 836 414

CAE 64413



- Rua do Contado;
- Rua Dona Urraca;
- Arruamento sem topónimo (circundante ao denominado "Loteamento da Urraca");
- Arruamento sem topónimo entre a Rua do Pombal e Av. Dr. Dantas Carneiro (EN13);
- Largo da Estação.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Junta,


(José Miguel da Silva Lopes Gonçalves)



MUNICÍPIO DE CAMINHA

INFORMAÇÃO INTERNA N.º055/17/SMPC - Comandante Operacional Municipal	
PARECER	DESPACHO
	Concordo com a proposta. Agendar para reunião de Câmara 11/5/17

De: SMPC / Comandante Operacional Municipal

Para: Sr. Vereador Guilherme Lagido Domingos

Para reunião de Câmara

ASSUNTO: **Implementação de Sinalização – U.F. de Venade e Azevedo**

O Sr. Presidente da junta da União de Freguesias de Venade e Azevedo vem solicitar a implementação de sinalética em diversos arruamentos da freguesia.

Assim, e após visita ao local, propomos a implementação da seguinte sinalética:

Avenida Barão de São Roque:

- **Sinal C13 (Proibição de exceder a velocidade máxima de 20km/h) + Sinal A2a (Lomba)**, no sentido poente-nascente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, 50 metros antes da passadeira existente junto à EB1/JI de Venade;
- **Sinal A7 (Passagem para peões)**, no sentido poente-nascente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, imediatamente antes da passadeira existente junto à EB1/JI de Venade;
- **Sinal C13 (Proibição de exceder a velocidade máxima de 20km/h) + Sinal A2a (Lomba)**, no sentido nascente-poente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, 50 metros antes da passadeira existente junto à EB1/JI de Venade;
- **Sinal A7 (Passagem para peões)**, no sentido nascente-poente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, imediatamente antes da passadeira existente junto à EB1/JI de Venade;
- **Sinal C20 (fim de limitação de velocidade)**, no sentido nascente-poente, colocado no lado direito do sentido de trânsito, 50 metros após a passadeira existente junto à EB1/JI de Venade;

Rua do Socorro:

- **Sinal C13 (Proibição de exceder a velocidade máxima de 20km/h)**, no sentido sul-norte, colocado no lado direito do sentido de trânsito, 50 metros antes do entroncamento com a Avenida Dr. Lúcio Jesus Mourão Poço;

Rua Padre Luís Serro:

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), no sentido poente-nascente, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua José Salgueiro;
- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), no sentido nascente-poente, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua de Ribas;

Rua das Fontainhas:

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), no sentido sul-norte, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a Avenida Barão de São Roque;
- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), no sentido norte-sul, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua de São Sebastião;

Avenida Dr. Lúcio Jesus Mourão Poco:

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), no sentido poente-nascente, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua do Socorro;
- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), no sentido nascente-poente, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua de Ribas;

Rua de Ribas:

- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), no sentido sul-norte, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a Avenida Barão de São Roque;
- Sinal B2 (Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos), no sentido norte-sul, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a rua de São Sebastião;

Rua das Barenhas:

- Sinal H4 (Via pública sem saída), no sul-norte, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a Rua da Mouteira;

Travessa da Mouteira:

- Sinal H4 (Via pública sem saída), no sul-norte, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a Rua da Mouteira;

Rua das Pedrinhas:

- Sinal H4 (Via pública sem saída), no sul-norte, colocado do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a Avenida Barão de São Roque;

Rua da Valcova:

- Sinal H4 (Via pública sem saída), no poente-nascente, colocado do lado direito do sentido de trânsito junto ao entroncamento com a rua da Escusa;

Travessa de Valcova:

- Sinal H4 (Via pública sem saída), no poente-nascente, colocado do lado direito do sentido de trânsito junto ao entroncamento com a rua da Escusa;

Propomos ainda que se ainda remeta a presente proposta de implementação de sinalética de trânsito para aprovação em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal.

Caminha, 11 de maio de 2017
O Comandante Operacional Municipal,



Luís Saraiva

FW: SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Guilherme Lagido Domingos

qua 03-05-2017 10:44

Para Luis Saraiva <luis.saraiva@cm-caminha.pt>;

Bom dia Sr. Eng.º

Trate-me disto, com urgência.

Obrigado,

Lagido Domingos

De: Miguel Alves

Enviada: 3 de maio de 2017 09:40

Para: Guilherme Lagido Domingos <guilherme.lagido@cm-caminha.pt>

Assunto: FW: SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Vice,

Podes acompanhar e tratar disto?

Sobre as lombas redutoras, falamos. Não sei se devemos fazer tudo mas sei que devemos fazer alguma coisa, em especial a passadeira elevada. Esta é compromisso mesmo!

Obrigado

De: Freguesia Venade/Azevedo [<mailto:f.venadeazevedo@gmail.com>]

Enviada: 2 de maio de 2017 16:18

Para: Miguel Alves <miguel.alves@cm-caminha.pt>

Assunto: SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Exmo. Senhor Presidente, Dr. Miguel Alves:

No âmbito da implementação de sinalização e reforço da segurança rodoviária na freguesia de Venade e Azevedo, ve, esta Junta de Freguesia,, solicitar apoio técnico da Câmara Municipal, para colocação de sinais de "STOP" e "RUA SEM SAIDA" em várias artérias desta freguesia.

Ainda, no âmbito da segurança rodoviária, e porque somos frequentemente questionados, gostaríamos de saber qual o ponto de situação, relativamente à colocação de lombas redutores de velocidade na avenida Barão de São Roque, Rua José Joaquim Fernandes Salgueiro, e passadeira elevada junto da EB1/JI de Venade.

Com os melhores cumprimentos,
António Amorim



União das Freguesias de Venade e Azevedo

Edifício-Sede: Largo António J. A. Cruz 4910 - 354 Venade

Tel.: [+351 258 722 724](tel:+351258722724)

E-mail: f.venadeazevedo@gmail.com